

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTES LITORÂNEOS E INSULARES
Mestrado em Ciências Ambientais

ANA PAULA MACHADO

**Turismo de base comunitária e impactos ambientais em
comunidades tradicionais insulares no Litoral do Paraná**

Programa de Pós-Graduação
em Ambientes Litorâneos
e Insulares - UNESPAR

Paranaguá

2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTES LITORÂNEOS E INSULARES
Mestrado em Ciências Ambientais

ANA PAULA MACHADO

Turismo de base comunitária e impactos ambientais em comunidades tradicionais insulares no Litoral do Paraná

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambientes Litorâneos e Insulares – PALI – da Universidade Estadual do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Adilson Anacleto

Coorientadora: Profa. Dra. Luciane Scheuer

Paranaguá

2026

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e
Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP
e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Machado, Ana Paula
Turismo de base comunitária e impactos
ambientais em comunidades tradicionais insulares no
Litoral do Paraná / Ana Paula Machado. -- Paranaguá-
PR, 2026.
111 f.: il.

Orientador: Adilson Anacleto.
Coorientador: Luciane Scheuer.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado Acadêmico em Ambientes Litorâneos e
Insulares) -- Universidade Estadual do Paraná, 2026.

1. Turismo de Base Comunitária. 2.
Desenvolvimento Sustentável. 3. Gestão Costeira.
4. Comunidades Tradicionais. 5. Baía de Paranaguá.
I - Anacleto, Adilson (orient). II - Scheuer,
Luciane (coorient). III - Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Campus de Paranaguá

Credenciado pelo Decreto Estadual nº. 5.029/2016 - DOE 15/09/2016
Rua Comendador Correa Junior - CEP: 83203-560
PARANAGUÁ - PR



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Na presente data realizou-se a sessão pública de defesa da Dissertação intitulada **Turismo de Base Comunitária e impactos ambientais em comunidades tradicionais insulares no litoral do Paraná**, sob orientação de ADILSON ANACLETO, apresentada pela discente **Ana Paula Machado (20251PNG.PALI.20200024)** do Curso **MESTRADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS - AMBIENTES LITORÂNEOS E INSULARES (Paranaguá)**. Os trabalhos foram iniciados às 14 horas pelo Professor presidente da banca examinadora, constituída pelos seguintes membros:

- **Adilson Anacleto** (Presidente)
- **Luciane Scheuer** (Examinadora Interna)
- **Evandro Cardoso do Nascimento** (Examinador Externo)

A banca examinadora, tendo terminado a apresentação do conteúdo da Dissertação, passou à arguição da candidata. Em seguida, os examinadores reuniram-se para avaliação e deram o parecer final sobre o trabalho apresentado pela discente, tendo sido atribuído o seguinte resultado:

☒ Aprovado

☐ Reprovado

Observação / Apreciações:

A mestranda deve proceder ajustes de formação, corrigir o descritivo de objetivo geral e específicos, ampliar a conceituação de desenvolvimento sustentável para o TBC, promover a caracterização da região investigada, efetuar a discussão de resultados da matriz SWOT/FOFA.

Proclamados os resultados pelo presidente da banca examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu **ADILSON ANACLETO** lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da banca examinadora.

Paranaguá / PR, 16/04/2026

Evandro Cardoso do Nascimento

Luciane Scheuer

Adilson Anacleto

O desenvolvimento que não respeita a natureza
compromete o futuro que pretende construir.
Ignacy Sachs

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, fonte de sabedoria, força e direção em todos os momentos desta caminhada. À minha filha, razão maior do meu esforço e da minha perseverança, inspiração diária para seguir em frente com coragem e propósito. À minha família, pelo apoio e compreensão ao longo desta trajetória. Às comunidades envolvidas no turismo de base comunitária, que inspiraram esta pesquisa com sua resistência, cultura e saberes, dando sentido e propósito a cada etapa desta jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Com profunda gratidão, inicio este texto rendendo graças, acima de tudo, a Deus, fonte inesgotável de força, sabedoria e direção. Foi Ele quem me sustentou nos momentos de dúvida, cansaço e insegurança, renovando minhas forças sempre que pensei em desistir. Sem Sua presença constante, esta caminhada não teria sido possível.

À minha filha, Ana Larissa, razão maior do meu esforço e da minha perseverança, dedico cada conquista. Você é meu propósito diário, minha inspiração e o motivo pelo qual sigo acreditando que sempre é possível ir além. Que este trabalho também represente para você a importância da dedicação, da fé e da coragem de sonhar. Esta vitória é nossa.

Ao meu orientador, Professor Dr. Adilson Anacleto, minha eterna gratidão. Foi o senhor quem lembrou de mim e me incentivou a ingressar no mestrado quando nem eu mesma acreditava que seria capaz. Sua confiança fez toda a diferença. O senhor me convenceu de que eu poderia, de que eu era capaz, e esse gesto transformou minha trajetória. Sua orientação, paciência e incentivo foram fundamentais para que eu não desistisse no meio do caminho. Levarei seus ensinamentos para toda a vida.

À minha coorientadora, Professora Dra. Luciane Scheuer, agradeço pelo olhar atento, pelas contribuições precisas e pelo apoio fundamental no desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores que conheci ao longo desta caminhada Profa. Dra. Mônica Herek, Prof. Dr. Fernando Henrique Lermen, Profa. Dra. Camila, Profa. Dra. Val, obrigada pelo apoio, pelas palavras de incentivo e por não me deixarem desistir. Cada orientação e cada gesto de encorajamento contribuíram significativamente para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Aos meus tios, que sempre me apoiaram e acreditaram em mim, minha sincera gratidão pelo carinho e suporte constantes. Vocês são parte desta conquista.

Ao meu grande amigo Fabinho, agradeço por estar presente nos momentos mais desafiadores e por me lembrar da minha força quando eu mesma não conseguia enxergá-la. Sua amizade foi um porto seguro.

Aos amigos que caminharam ao meu lado, meu muito obrigada. Em especial, ao Ivanzinho, que, com generosidade e carinho, deixou seu horário de trabalho para me levar até a prova do processo seletivo, quando eu não tinha como ir. Seu gesto, feito com tanta disposição e boa

vontade, foi decisivo para que eu estivesse naquele lugar, momento que mudou minha vida. Minha eterna gratidão.

Expresso meu profundo reconhecimento à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná (FUNESPAR), pelo indispensável apoio financeiro por meio da bolsa de pesquisa, que tornou possível a dedicação exclusiva a este estudo. Da mesma forma, agradeço à Invest Paraná e a todo o Projeto Vocações Regionais Sustentáveis (VRS), pelo acolhimento, pela infraestrutura e pela oportunidade de integrar uma equipe tão comprometida com o desenvolvimento sustentável da Baía de Paranaguá. Aprendi e cresci imensamente com cada atividade, reunião e troca de experiências.

Aos colegas e amigos que o Projeto VRS me presenteou, agradeço pela parceria, pelas trocas, pelas risadas e pelo aprendizado coletivo. Trabalhar ao lado de vocês tornou esta jornada mais leve e significativa.

Às comunidades da Baía de Paranaguá, Ilha do Teixeira, Europinha, Eufrasina, Amparo, Piaçaguera, São Miguel e Ponta de Ubá, meu mais sincero agradecimento. Vocês me receberam de braços abertos, compartilharam suas histórias, seus saberes e seus sonhos. Esta pesquisa é, antes de tudo, um tributo à resistência, à cultura e à força de cada morador que mantém viva a identidade caiçara. Que este trabalho possa, de alguma forma, retribuir a generosidade com que fui acolhida.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste sonho. Que este agradecimento seja mais que palavras escritas; que seja a expressão sincera do reconhecimento por cada pessoa que caminhou ao meu lado. Esta conquista não é apenas minha é fruto do apoio, da fé, do incentivo e do amor de todos que fizeram parte desta jornada.

Muito obrigada!

RESUMO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) tem sido reconhecido como uma estratégia potencial para promover o desenvolvimento sustentável em territórios tradicionalmente marginalizados ao articular geração de renda, valorização cultural e conservação ambiental. Com um olhar interdisciplinar e o apoio do *Design Method Research* (DMR), estruturada a partir de 3 etapas metodológicas principais: Revisão sistemática de literatura (RSL) seguindo o protocolo PRISMA com um total de 78 artigos científicos analisados; Levantamento de campo quali-quantitativo, a pesquisa deu voz a 300 moradores por meio de aplicação de questionários semiestruturados de sete comunidades da Baía de Paranaguá (Ilha do Teixeira, Europinha, Eufrasina, Amparo, Piaçaguera, São Miguel e Ponta de Ubá); com oficinas participativas nas quais utilizou-se as ferramentas *Swimlane* (mapeamento da cadeia produtiva), *Value Proposition Canvas* (identificação de dores, ganhos e propostas de valor) e a dinâmica prospectiva “Manchetes do Amanhã”. Os dados quantitativos foram tratados através de estatística descritiva e multivariada enquanto o registro das falas e das oficinas foi realizado por uma análise de conteúdo. O estudo revelou que a força do turismo local está nas mãos das mulheres, que representam 76% do protagonismo, e no profundo respeito ambiental dos moradores (85%). Embora a atividade ainda seja pequena e não gere danos à natureza, ela esbarra em carências urgentes: apenas 40% das casas possuem saneamento e 78% das pessoas sofrem com o custo e a precariedade do transporte. Os resultados mostram que o TBC é uma alternativa cheia de esperança, capaz de reconciliar a conservação com a dignidade humana. No entanto, sua consolidação depende de políticas públicas que deixem de ser distantes e passem a fortalecer a autonomia caiçara, garantindo que o progresso não apague a identidade de quem cuida desse território há gerações.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Desenvolvimento Sustentável; Gestão Costeira; Comunidades Tradicionais; Baía de Paranaguá.

ABSTRACT

Community-Based Tourism (CBT) has been recognized as a potential strategy to promote sustainable development in traditionally marginalized territories, by linking income generation, cultural appreciation, and environmental conservation. With an interdisciplinary approach and the support of Design Method Research (DMR), this study is structured around three main methodological steps: a systematic literature review (SLR) following the PRISMA protocol, with a total of 78 scientific articles analyzed; a qualitative-quantitative field survey, giving voice to 300 residents through the application of semi-structured questionnaires from seven communities in the Paranaguá Bay (Ilha do Teixeira, Europinha, Eufrasina, Amparo, Piaçaguera, São Miguel, and Ponta de Ubá); and participatory workshops using the Swimlane tool (mapping the production chain), the Value Proposition Canvas (identifying pains, gains, and value propositions), and the prospective dynamic “Headlines of Tomorrow”. Quantitative data were analyzed using descriptive and multivariate statistics, while content analysis was performed on the recordings of speeches and workshops. The study revealed that the strength of local tourism lies in the hands of women, who represent 76% of the leading role, and in the profound environmental respect of the residents (85%). Although the activity is still small and does not harm nature, it faces urgent needs: only 40% of homes have sanitation, and 78% of people suffer from the cost and precariousness of transportation. The results show that community-based tourism is a hopeful alternative, capable of reconciling conservation with human dignity. However, its consolidation depends on public policies that cease to be distant and begin to strengthen the autonomy of the caiçara people, ensuring that progress does not erase the identity of those who have cared for this territory for generations.

Keywords: Community-Based Tourism; Sustainable Development; Coastal Management; Traditional Communities; Paranaguá Bay.

LISTA DE TABELAS E DE QUADROS

Tabela 1. Conceitos e definições do TBC conforme autores.	22
Tabela 2. Tabela de dados obtidos da pesquisa.....	50
Tabela 3. População, representatividade e amostra por comunidade	78
Tabela 4. Perfil consolidado dos participantes da pesquisa.	82
Tabela 5. Estrutura produtiva e condições socioeconômicas das comunidades	83
Tabela 6. Percepção ambiental e práticas de conservação.	84
Quadro 1. Etapas estruturantes da cadeia produtiva do TBC nas comunidades da baía de Paranaguá.....	84
Quadro 2. Gargalos estruturais do TBC.....	85
Quadro 3. Pontos fortes do TBC na Baía de Paranaguá	86
Quadro 4. Fragilidades estruturais e institucionais (Dores).....	86
Quadro 5. Ganhos desejados pelas comunidades no âmbito do TBC	87
Quadro 6. Propostas de valor identificadas pelas comunidades	87
Quadro 7. Manchetes do Amanhã: Visão de futuro projetada pelas comunidades	88
Quadro 8. Visão de Futuro Projetada para o TBC	88
Quadro 9. Expectativas de desenvolvimento do TBC.....	88
Quadro 10. Riscos percebidos na expansão do TBC	89
Quadro 11. Matriz SWOT do Turismo de Base Comunitária nas comunidades costeiras e insulares da Baía de Paranaguá.....	93

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Baía de Paranaguá.....	29
Figura 2. Mapa de Relevo do Município de Paranaguá – identificação das comunidades.....	30
Figura 3. Localização das sete comunidades que fazem parte do escopo do projeto..	32
Figura 4. Localização da Baía de Paranaguá no Litoral Paranaense.....	33
Figura 5. Representação sistemática do percurso metodológico do processo da revisão sistemática	46
Figura 6. Mapa Temático em relação aos estudos centrados em turismo de base comunitária.....	48
Figura 7. Produção científica por país	48
Figura 8. Dendrograma do corpus textual analisado.....	49
Figura 9. Aplicação da ferramenta <i>Swimlane</i> na oficina na comunidade – Ponta de Ubá.....	79
Figura 10. Aplicação da ferramenta VPC na oficina na comunidade – São Miguel.....	80
Figura 11. Aplicação da dinâmica “Manchetes do amanhã” na oficina na comunidade Eufrasina.....	81
Figura 12. Oficina com os líderes das comunidades, stakeholders e especialistas.....	81

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL	15
1.1 REFERÊNCIAS	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	22
2.2 CONFLITOS AMBIENTAIS E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	26
2.3 COMUNIDADES INSULARES NO LITORAL DO PARANÁ	29
2.4 REFERÊNCIAS	37
3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	42
3.1 INTRODUÇÃO.....	42
3.2 METODOLOGIA.....	43
3.3 RESULTADOS.....	46
3.4 DISCUSSÃO.....	51
3.4.1 Metodologias de pesquisa em TBC – Cluster 5.....	52
3.4.2 Planejamento e desenvolvimento do turismo de base comunitária – Cluster 1	53
3.4.3 Estudos de caso e modelos conceituais – Cluster 2.....	55
3.4.4 Desafios e limitações do Turismo de base comunitário – Cluster 4	56
3.4.5 Impactos econômicos, ambientais e culturais – Cluster 3	58
3.4.6 Metodologias Predominantes	59
3.4.7 Lacunas e Agenda de Pesquisa	60
3.4.8 Implicações para Políticas Públicas e Gestão	60
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
3.6 REFERÊNCIAS	64
4 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E IMPACTOS AMBIENTAIS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS INSULARES NO LITORAL DO PARANÁ	71
4.1 INTRODUÇÃO.....	71
4.2 METODOLOGIA.....	74
4.3 RESULTADOS.....	82
4.3.1 Perfil dos Participantes.....	82

4.4 DISCUSSÃO.....	89
4.5 ANÁLISE SWOT – TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA BAÍA DE PARANAGUÁ (PR).....	93
4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
4.7 REFERÊNCIAS	98
5 CONCLUSÃO: TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, IMPACTOS AMBIENTAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS INSULARES NO LITORAL DO PARANÁ – UMA REALIDADE POSSÍVEL.....	102
5.1 REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE.....	107

1 INTRODUÇÃO GERAL

O que é turismo? Para Barreto (1991, p. 47-48), o turismo é compreendido de forma simples e essencial, trata-se acima de tudo do deslocamento de pessoas e da atenção às suas necessidades, bem como às necessidades daqueles que as recebem. Nessa perspectiva, o turismo revela-se como um fenômeno de interação de integração entre o visitante e a comunidade anfitriã, abrangendo todas as atividades que surgem desse encontro. São essas relações que permitem ao indivíduo afastar-se, ainda que temporariamente, da sua rotina diária.

Ruschmann (1997, p. 12) complementa essa visão ao situar o turismo como parte integrante do estilo de vida de um número crescente de pessoas em todo o mundo. Essas pessoas viajam movidas por diferentes desejos, seja recreação ativa ou passiva, participação em conferências e reuniões, passeios ou negócios e ao longo dessa experiência utilizam uma ampla variedade de equipamentos e serviços criados especialmente para seu uso e satisfação. A experiência turística pode ocorrer nos mais diversos cenários como regiões costeiras, campos, montanhas, lagos, rios e tantos outros. Para que ela aconteça, no entanto, é condição fundamental a existência de tempo livre.

O turismo é compreendido pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001) como o conjunto de atividades realizadas por pessoas e estadas em lugares fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo inferior a um ano para lazer, negócios ou outros fins. Ao longo de sessenta anos de expansão constante, o turismo amadureceu em diversos nichos e se firmou como uma potência econômica mundial (Alieva; Usmonova, 2021). Esse protagonismo é acompanhado por um papel social vital, pois o setor funciona como um impulsor de desenvolvimento sustentável que gera trabalho e distribui oportunidades, impactando positivamente o cotidiano de diferentes grupos sociais.

O modelo tradicional de turismo orientado predominantemente por lógicas mercadológicas e pela maximização econômica, tem sido associado a impactos ambientais e sociais negativos como sobrecarga de recursos naturais, degradação de habitats e exclusão das comunidades locais dos processos decisórios (Alcobia, 2021; Lew, Hall, 1998). Para Haralamboupoulos e Pizam (1996), esses impactos causam preocupações em referência à conservação dos recursos naturais, à preservação das tradições culturais e à viabilidade econômica de longo prazo.

A primeira grande bifurcação na árvore do turismo separa o turismo de massa do turismo alternativo. O turismo de massa, predominante a partir da segunda metade do século XX, caracteriza-se pela produção em larga escala, pacotes padronizados, forte sazonalidade e elevada concentração de visitantes em destinos consolidados (Loiola, 2001). Esse modelo, embora eficiente do ponto de vista econômico, passou a ser criticado por seus impactos negativos: degradação ambiental, descaracterização cultural e exclusão das populações locais dos benefícios gerados (Alcobia, 2021; Lew, Hall, 1998). Em reação a essas críticas, emerge o chamado turismo alternativo, guarda-chuva conceitual que reúne modalidades comprometidas com escalas menores, maior respeito às culturas locais e preocupações ambientais (Berselli *et al.*, 2021). É desse tronco alternativo que nasceu um dos ramos mais próximos do turismo de base comunitária (TBC). Dentro do turismo alternativo, ganha destaque o turismo sustentável, definido pela OMT (2005) como aquele que atende às necessidades dos turistas e das regiões receptoras atuais, ao mesmo tempo que protege e amplia as oportunidades para o futuro. Esse conceito incorpora três dimensões indissociáveis: ambiental, econômica e sociocultural.

Um dos ramos mais conhecidos do turismo sustentável é o ecoturismo, voltado à apreciação da natureza e à educação ambiental (Reis; Silva, 2025). O ecoturismo, no entanto, nem sempre garante o protagonismo das populações locais muitas vezes, ele é operado por grandes empresas que apenas “vendem a natureza”, sem incluir a comunidade na gestão ou na partilha dos benefícios (Stronza; Gordillo, 2008).

A resposta aos modelos tradicionais de turismo surgiu o TBC, para colocar as pessoas no centro das decisões, valorizando o que eles têm de mais precioso “sua cultura e o meio ambiente” (Bramwell, 1993 e Sharpley, 2000). De acordo com Azwar *et al.*, (2023) essa abordagem tem se mostrado essencial para equilibrar o desenvolvimento financeiro com a justiça social e a preservação ambiental, garantindo que o progresso não apague as riquezas naturais e humanas das comunidades.

Além disso, Zanetoni; Araújo e Mariani (2024) consideram o TBC uma alternativa que maximiza oportunidades para os moradores locais, enquanto Giampiccoli e Saayman (2018) o associam ao empoderamento comunitário, à justiça social e à distribuição equitativa de benefícios. Chihungo (2018), reforça que essa modalidade é concebida para assegurar que os benefícios econômicos permaneçam na comunidade, ao mesmo tempo em que se preserva o patrimônio cultural e natural.

Irving (2009, p. 110) reforça que o TBC se distingue por quatro características centrais: gestão coletiva do empreendimento turístico; prioridade na geração de renda local; valorização do patrimônio cultural e natural do território e participação ativa nos processos decisórios. Esses elementos estão ausentes no turismo tradicional de massa e são apenas opcionais não obrigatórios no ecoturismo comum.

De acordo com Bunghez, (2016) o TBC é um potencial para o crescimento econômico eficiente. Em regiões insulares, devido à combinação entre recursos naturais e diversidade cultural, acaba por atrair investimentos e fluxo de visitantes. Essa atividade assume um papel estratégico no desenvolvimento sustentável local ao mesmo tempo em que impõe desafios relacionados à conservação (Oliveira, 2007). No entanto, este tipo de turismo tem, segundo Nara *et al.* (2014), tido crescimento acelerado impulsionado pela valorização de paisagens naturais e de biodiversidade, também descrito por Sirakaya *et al.* (2001).

No litoral paranaense, o TBC se consolida como uma ferramenta estratégica para a preservação da identidade caiçara, embora sua eficiência plena ainda dependa do aprofundamento de estudos científicos que decifrem as dinâmicas locais (Farias; Guizi, 2014; Anacleto *et al.*, 2022). Em territórios de alta sensibilidade ecológica e cultural, como a Baía de Paranaguá, a atividade busca alinhar-se aos preceitos éticos do desenvolvimento sustentável que visa garantir as necessidades das gerações atuais e futuras (Reis; Silva, 2025), mas enfrenta o desafio de equilibrar o uso de recursos naturais com uma distribuição econômica mais equânime (Nogueira *et al.*, 2023). Assim, o fortalecimento desse modelo turístico demanda um olhar sensível e integrado, capaz de transformar o encontro cultural em um motor de dignidade social e conservação ambiental para as comunidades tradicionais.

Como alerta Rockström (2009) e Hickel; Kallis (2020), mesmo que todos os empreendimentos do mundo desenvolvimento conseguissem zerar suas emissões de poluição, a Terra ainda assim estaria além de sua capacidade de suporte, o que revela a insuficiência de uma abordagem meramente “verde” ou técnica. Para o turismo, isso significa que práticas como a construção de grandes resorts em áreas frágeis, a pesca predatória para atender à demanda gastronômica ou o desrespeito às comunidades tradicionais não podem ser maquiadas com certificações ambientais isoladas. É necessário um reposicionamento profundo, que considere os oito critérios de sustentabilidade propostos por Sachs (2002): social, cultural, ecológica,

ambiental, territorial, econômica e políticas (nacional e internacional) como lentes obrigatórias para o planejamento e a gestão de destinos turísticos.

Nessa direção, compreender o turismo sob o paradigma do desenvolvimento sustentável exige ir além do discurso do “ecodesenvolvimento” ou da simples conciliação entre economia e ecologia, como observado desde a Conferência de Estocolmo (1972) e a Rio 92 (Sachs, 2002). O turismo sustentável, portanto, não pode ser reduzido a um selo verde ou a um conjunto de boas intenções. Segundo Hickel; Kallis (2020), muitas empresas aderiram ao conceito acreditando tratar-se apenas de um desafio de “esverdeamento” dos negócios, focado em eficiência e redução de custos o que desvia a atenção das dimensões sociais, culturais e políticas igualmente estruturantes. Assim, para que o turismo contribua efetivamente para uma sociedade sustentável tal como defendem Spangenberg e Bonniot (1998) é preciso operacionalizar, no território, ações que gerem simultaneamente equidade social, conservação ambiental e racionalidade econômica (Irving *et al.*, 2005). Do contrário, corre-se o risco de perpetuar um turismo de fachada sustentável, que atende às necessidades imediatas do mercado, mas compromete o patrimônio natural e cultural das próximas gerações.

Diante desse cenário surge o questionamento, se de forma efetiva o TBC tem promovido o desenvolvimento sustentável nas comunidades insulares da Baía de Paranaguá, considerando seus efeitos socioeconômicos e ambientais? O novo conhecimento sobre a realidade dessas comunidades segundo Anacleto e Marques (2025) somente pode ter origem na escuta ativa de seus membros, que deve ser a fonte prioritária de orientação para atender às demandas e aos seus anseios dessas comunidades insulares que geograficamente também são isoladas. Nessa perspectiva, esta dissertação tem como objetivo realizar uma análise do TBC nas comunidades insulares da baía de Paranaguá, a fim de evidenciar se a atividade pode ser alternativa para o desenvolvimento sustentável considerando seus impactos ambientais.

Para alcançar esse propósito foram definidos três objetivos específicos: mapear a produção científica sobre TBC e sustentabilidade por meio de revisão sistemática da literatura; analisar em que medida o TBC promove impactos ambientais positivos e contribui para o desenvolvimento sustentável nas comunidades costeiras e insulares da baía de Paranaguá e analisar as dinâmicas do TBC e seus impactos ambientais nas comunidades tradicionais insulares do litoral do Paraná. A execução desta dissertação englobou pesquisa de campo nas comunidades insulares da Baía de Paranaguá.

O trabalho inicia-se com uma contextualização geral da pesquisa e, posteriormente, os resultados do estudo são apresentados em três capítulos. O primeiro deles, com uma imersão nos conceitos fundamentais do TBC, as particularidades das comunidades insulares, passando pelos desafios do desenvolvimento sustentável e dos conflitos ambientais. No segundo capítulo, foi realizada uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), para mapear o que a ciência já produziu sobre o tema, oferecendo uma base sólida para novas investigações. Já o terceiro capítulo, como pesquisa empírica, traz a realidade do litoral Paranaense analisando como o TBC e seus impactos ambientais se manifestam nas comunidades tradicionais da região, expondo tanto os seus limites quanto o potencial. O quarto capítulo propõe um olhar interdisciplinar para refletir se o TBC é de fato um caminho viável para o desenvolvimento sustentável das comunidades insulares do litoral do Paraná e se considera ser uma realidade possível para o desenvolvimento sustentável regional.

Espera-se que as informações geradas possam contribuir para minimização dos conflitos socioambientais, orientar a execução de planos de desenvolvimento sustentável baseados no turismo de base comunitária e favorecer a permanência dessas pessoas em seus locais de origem.

1.1 REFERÊNCIAS

ALCOBIA, Orlando Miguel Pestana. **Turismo e desenvolvimento social**: Proposta de modelo de gestão de impactos dos empreendimentos hoteleiros (Inhambane, Moçambique). 2021.

ALIEVA, Deniza; USMONOVA, Gulnoza. Sustainability perceptions of Community Based tourism by stakeholders in Central Asia. **Local Development & Society**, v. 2, n. 2, 2021. p. 244-254.

ANACLETO, Adilson *et al.* **Tourism in Remote Islands of the Coast of Paraná-Brazil**. 2022.

ANACLETO, Adilson; MARQUES, Larissa do Rosário Lopes. Mulheres em comunidades costeiras e insulares do litoral do Paraná: um estudo de caso dos Produtos Artesanais Típicos (PATs). **Diálogos Possíveis**, v. 24, n. 2, 2025.

AZWAR, Hendri *et al.* Community-Based Tourism (CBT) moving forward: Penta helix development strategy through community local wisdom empowerment. **Planning malaysia**, v. 21, 2023.

BARRETTO, Margarita. **Planejamento e organização em turismo**. Papirus, 1996.

BERSELLI, Cristiane *et al.* Overtourism: Residents' perceived impacts of tourism saturation. **Tourism Analysis**, v. 27, n. 2, 2022, p. 161-172.

BINFARÉ, Paula Wabner *et al.* Planejamento turístico: aspectos teóricos e conceituais e suas relações com o conceito de turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 4, 2016.

BRAMWELL, Bill; LANE, Bernard. Sustainable tourism: An evolving global approach. **Journal of sustainable tourism**, v. 1, n. 1, 1993, p. 1-5.

BUNGHEZ, Corina Larisa. The importance of tourism to a destination's economy. **Journal of Eastern Europe Research in Business & Economics**, v. 2016, p. 1-9.

CHIHUNGO, Arigenência Fanuel. **Importância da proteção e conservação do património cultural para o desenvolvimento do turismo no Município de Inhambane**. 2018.

DE AZEVEDO IRVING, Marta *et al.* Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 4, 2005, p. 1-7.

FARIAS, Ana Paula Perardt; GUIZI, Alan Aparecido. Turismo de base comunitária: uma possibilidade no estado do Paraná (Brasil). **TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible**, v. 7, n. 17, 2014, p. 42.

GIAMPICCOLI, Andrea; SAAYMAN, Melville. Community-based tourism development model and community participation. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, v. 7, n. 4, 2018, p. 1-27.

HARALAMBOPOULOS, Nicholas; PIZAM, Abraham. Perceived impacts of tourism: The case of Samos. **Annals of tourism Research**, v. 23, n. 3, 1996, p. 503-526.

HICKEL, Jason; KALLIS, Giorgos. Is green growth possible? **New political economy**, v. 25, n. 4, 2020, p. 469-486.

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, Roberto; BURSZTYN, Ivan; SANSOLO, Davis Gruber (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 108-121.

LEW, Alan A.; HALL, M. C. **The geography of sustainable tourism: lessons and prospects**. 1998.

LOIOLA, Elizabeth. Turismo e desenvolvimento. **Análise & Dados**. Salvador, v. 11, n. 2, 2001, p. 56-80.

NARA, Phongphanich; MAO, G.; YEN, T. Applying environmental management policy for sustainable development of coastal tourism in Thailand. **International Journal of Environmental Protection and Policy**, v. 2, n. 1, 2014, p. 19.

NOGUEIRA, Christiano; DE SENA ABRAHÃO, Cinthia Maria; LOPES, Paulo Rogério (Orgs.). **LITORAL DO PARANÁ: TERRITÓRIO E PERSPECTIVAS** Diálogos sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Cruz Alta: Editora Ilustrações, 2023.

OLIVEIRA, Elton Silva. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré-Bahia. **Interações** (Campo Grande), v. 8, n. 2, 2007, p. 193-202.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Indicadores de desenvolvimento sustentável para destinos turísticos**. Madrid: OMT, 2005.

REIS, Clóvis; SILVA, Rodrigo Borsatto Sommer da. Produção de Natureza e Turismo Sustentável: Uma Leitura Do Desenvolvimento Turístico da Nova Rússia, Blumenau (SC). Turismo: **Visão e Ação**, v. 27, 2025, p. 21042.

ROCKSTRÖM, Johan *et al.* A safe operating space for humanity. **Nature**, v. 461, n. 7263, 2009, p. 472-475.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000.

SHARPLEY, Richard. Tourism and sustainable development: Exploring the theoretical divide. **Journal of Sustainable tourism**, v. 8, n. 1, 2000, p. 1-19.

SIRAKAYA, Ercan; JAMAL, Tazim B.; CHOI, Hwan-Suk. Developing indicators for destination sustainability. In: **The encyclopedia of ecotourism**. Wallingford UK: CABI Publishing, 2001. p. 411-432.

SPANGENBERG, Joachim H.; BONNIOT, Odile. **Sustainability indicators: a compass on the road towards sustainability**. Wuppertal Papers, 1998.

STRONZA, Amanda; GORDILLO, Javier. Community views of ecotourism. **Annals of tourism research**, v. 35, n. 2, 2008, p. 448-468.

VAN DE MEENE RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. Papirus Editora, 1997.

ZANETONI, João Pedro Ferraz; ARAÚJO, Geraldino Carneiro de; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. O potencial do Turismo de Base Comunitária (TBC) no Assentamento 72 em Ladário, no Mato Grosso do Sul. Turismo: **Visão e Ação**, v. 26, 2024, p. e19370.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O estudo do TBC encontra-se na área das Ciências Sociais, conhecida pela diversidade de abordagens tanto teóricas como metodológica, sendo assim, conta com áreas como sociologia, geografia, antropologia, economia e estudos ambientais. Essa multiplicidade reflete a complexidade das relações sociais, culturais e econômicas. Logo, o TBC vem sendo alvo de investigação em diferentes campos disciplinares, com intenção de compreender não apenas seus impactos econômicos, mas outras implicações sociais, culturais, territoriais e ambientais. A Tabela 1 mostra algumas definições do TBC conforme diferentes autores.

Tabela 1. Conceitos e definições do TBC conforme autores

Autores	Definições
Curcija <i>et al.</i> (2019)	O TBC é considerado uma alternativa turística voltada ao desenvolvimento local, buscando criar e ampliar oportunidades e benefícios para as populações residentes.
Giampiccoli e Saayman (2018)	O TBC está relacionado ao desenvolvimento comunitário, à justiça social, à equidade na distribuição dos benefícios, à participação das comunidades na gestão do turismo e a mecanismos de redistribuição dos resultados gerados pela atividade.
Lapeyre (2010)	O TBC é um conceito que promove atividades econômicas capazes de gerar benefícios para as comunidades, ao mesmo tempo em que incentiva a participação dos moradores nos processos de tomada de decisão.
Mayaka <i>et al.</i> (2018)	O TBC pode contribuir para o desenvolvimento comunitário ao possibilitar que a própria comunidade exerça controle sobre as atividades turísticas em seu território.
Nagy e Segui (2020)	O TBC cresce como uma reação das comunidades locais ou de organizações que atuam em defesa dos interesses dessas comunidades.
Phuong <i>et al.</i> (2020)	O TBC tem sido entendido como uma forma de turismo cujo principal objetivo é promover o desenvolvimento sustentável do turismo e o bem-estar econômico das comunidades.
Pongponrat e Pongquan (2007)	O desenvolvimento do TBC foi concebido com o objetivo de promover formas de turismo que fortaleçam comunidades autossuficientes, incentivem a participação dos moradores nas decisões, apoiem os direitos das populações locais e contribuam para o aumento da renda e da qualidade de vida.
Salazar (2012)	O TBC enfatiza que os programas e produtos turísticos devem valorizar o patrimônio cultural e natural das comunidades locais.

Fonte: Achados da pesquisa (2025)

Essa natureza interdisciplinar do presente estudo permite obter uma compreensão mais abrangente sobre como é a organização comunitária, os processos de governança local e as estratégias de desenvolvimento sustentável associadas à atividade turística nos territórios tradicionais. A partir de então pode-se afirmar que essa revisão de literatura traz contribuições de diferentes áreas do conhecimento, que permitem analisar os eventos de forma mais abrangente e integrada, considerando tanto os aspectos socioeconômicos quanto as dimensões culturais e ambientais que caracterizam essa modalidade de turismo.

O TBC surgiu como uma resposta necessária ao turismo de massa, buscando um jeito mais consciente e justo de explorar o mundo. Nos anos 80 e 90, os pesquisadores Faxina *et al.*; Weaver (2010), começaram a olhar com mais atenção para o rastro que o turismo de massa deixava pelo caminho. Ficou claro que era preciso proteger a natureza e, principalmente, respeitar o modo de vida das comunidades tradicionais. A partir desse cenário, sugerem propostas voltadas às maneiras mais participativas e socialmente inclusivas no desenvolvimento turístico desses locais.

Para Maldonado (2009), o TBC é, acima de tudo, um exercício de autonomia local. Enquanto o modelo convencional muitas vezes exclui os moradores dos lucros e das decisões, esta vertente busca fortalecer a voz da comunidade. Trata-se de uma organização onde a gestão e os benefícios da atividade turística pertencem prioritariamente aos donos da casa, e não a investidores externos.

Estudos fundamentais, como os de Murphy (1985) e Goodwin e Santilli (2009), consolidaram a ideia de que o turismo só faz sentido se a comunidade fizer parte dele. A lógica defendida por esses pesquisadores é clara: iniciativas que nascem e crescem nas mãos dos moradores tendem a distribuir melhor a renda, além de fortalecer o orgulho cultural e garantir que o meio ambiente seja preservado por quem melhor o conhece. O debate brasileiro sobre o TBC amadureceu a partir dos anos 2000 ao se fundir com os ideais de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável territorial. Segundo Bursztyn; Sansolo (2009), essa modalidade de turismo é uma ferramenta de fortalecimento: nela, a atividade econômica caminha lado a lado com a valorização cultural. É um modelo onde a comunidade não apenas ‘recebe turistas’, mas reafirma quem é e protege seu modo de vida. O turismo pode oferecer para muitas comunidades do mundo alternativo de geração de renda, no entanto, o crescimento sem planejamento

contribuiu para gerar impactos negativos (Lew, Hall, 1998), em especial sobre a conservação e preservação dos recursos naturais (Haralambopoulos, Pizam, 1996).

A perspectiva econômica e social é relevante nos processos de desenvolvimento sustentável regional, mas Espinoza *et al.* (2017) questionam se o TBC pode contribuir como uma estratégia para a conservação dos ecossistemas costeiros ao mesmo tempo em que gera renda e se estes processos têm sido efetuados com a participação ativa das comunidades na gestão do desenvolvimento sustentável local. O TBC aparece na literatura como uma modalidade turística que combina desenvolvimento sustentável local e sustentabilidade, fundamentada na participação ativa dos moradores e no controle comunitário da atividade (Goodwin; Santilli, 2009; Irving, 2009).

No Brasil, o TBC tem sido reconhecido como uma estratégia de promoção de renda e vivificação cultural em comunidades tradicionalmente marginalizadas, envolvendo povos indígenas, quilombolas, caiçaras e assentamentos rurais que buscam, por meio do turismo, formas de subsistência, resistência e reconhecimento territorial (Todesco; Oliveira; Taveira, 2024; Mielke; Pegas, 2017).

Mais do que um modelo econômico, o Turismo de Base Comunitária é um exercício de convivência. Ele mostra que é possível prosperar sem renúncia à conservação ambiental ou justiça social. Ao incentivar que a própria comunidade decida como usar seus recursos, o TBC valoriza o conhecimento tradicional e respeita a história que cada território carrega. Para Irving (2009), a preservação ambiental e o turismo caminham juntos quando os moradores locais enxergam o valor real de suas paisagens e saberes. A conservação, então, ganha um novo sentido: ela deixa de ser apenas uma 'obrigação verde' e se transforma em uma peça-chave para o desenvolvimento sustentável local, garantindo que a beleza natural do território continue sendo o coração da atividade.

Blackstock (2005) lembra que o entusiasmo inicial muitas vezes esbarra em dificuldades do dia a dia, como o desafio de organizar o coletivo e garantir que o dinheiro gerado chegue, de fato, à mesa de todos. Além disso, outro ponto sensível é a vulnerabilidade institucional: sem um caminho para a independência, o turismo corre o risco de ser apenas um reflexo de decisões tomadas por agentes de fora. O autor alerta para o risco dessas comunidades ficarem 'presas' à dependência de ajuda externa, o que pode sufocar a autonomia que o projeto tanto busca.

A consolidação do TBC depende de superar gargalos estruturais e sobre com a falta de apoio institucional. Como destaca Irving *et al.*, (2005), a sustentabilidade só se torna real quando o Estado trata o turismo, a conservação e a inclusão social como uma única engrenagem. Nesse sentido, Sansolo e Bursztyn (2009) reforçam que a gestão participativa é o que mantém essa engrenagem viva, exigindo que comunidades, poder público e sociedade civil aprendam a falar a mesma língua. No fim das contas, o TBC é uma aposta na emancipação: um modelo que valoriza o conhecimento tradicional para garantir que a gestão dos recursos naturais seja, de fato, justa e duradoura.

Pesquisas brasileiras também abordam práticas concretas de TBC em diferentes regiões do país e demonstram que a articulação de lideranças locais, parcerias com instituições educacionais e diversificação da oferta turística com ações sustentáveis tem permitido a continuidade de iniciativas, mesmo diante de dificuldades de apoio governamental e infraestrutura (Barreto; Lanzarini, 2023), segundo levantamento de casos em Cabral; Irving; Nasri (2024). Esse enfoque brasileiro complementa a literatura internacional ao enfatizar que a sustentabilidade turística envolve não apenas a conservação da natureza, mas também a inclusão social, fortalecimento comunitário e valorização dos saberes locais (Goodwin; Santilli, 2009).

Dessa forma, o TBC é compreendido como uma estratégia inovadora que combina aspectos culturais, ambientais e econômicos, permitindo a articulação de práticas sustentáveis em territórios onde o turismo convencional muitas vezes exacerba desigualdades e degrada ambientes frágeis (Mowforth; Munt, 2016). Porém, a literatura também evidencia que seu sucesso depende de fatores como governança local, capacitação e integração com políticas públicas que apoiem a formalização da atividade (Zapata *et al.*, 2011; López Júnior; Hanai; Orozco, 2025).

Além disso, é preciso encarar as limitações de infraestrutura e a baixa articulação política como obstáculos que exigem ações integradas. Para Bursztyn (2005), o planejamento deve ser o fio condutor que une o social ao ambiental. Esse fortalecimento passa, obrigatoriamente, pela governança local; Sansolo e Bursztyn (2009) defendem que sem organização coletiva e capacitação, o protagonismo se perde. Compreendemos o TBC, portanto, como um convite a novos modelos de desenvolvimento sustentável: uma abordagem que coloca a autonomia comunitária e o respeito ao território como as bases de um futuro verdadeiramente sustentável.

2.2 CONFLITOS AMBIENTAIS E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Mais do que conceitos teóricos, os conflitos ambientais refletem as tensões de um modelo de crescimento que redesenha os territórios (Anacleto; Michaliszyn, 2025). A literatura contemporânea destaca que essas disputas nascem da colisão de interesses: de um lado, a busca pelo uso e controle dos recursos; de outro, as comunidades que neles vivem (Xu; Hu, 2021). É o choque entre diferentes visões de mundo disputando o mesmo chão, onde o controle sobre a natureza se torna o ponto de discórdia entre o lucro e a sobrevivência local (Bartholo *et al.*, 2009).

Entender as transformações territoriais, hoje, exige olhar de perto para os conflitos ambientais. Essas disputas não tratam apenas de recursos naturais, mas de poder: quem acessa, quem usa e quem controla o que a terra oferece. Em regiões onde a economia avança com pressa, o território vira um cenário de tensões, onde diversas atividades competem pelo mesmo espaço e colocam em xeque o equilíbrio e o futuro das comunidades locais (Whitacker, 2015).

Para Acselrad (2010), os conflitos ambientais são, na essência, disputas por modelos de vida. Eles surgem quando diferentes grupos sociais colidem ao tentar decidir o que fazer com a natureza. É nessa arena que comunidades locais, empresas e o Estado se enfrentam, revelando que o que está em jogo não são apenas os recursos naturais, mas visões de mundo profundamente diferentes sobre o que significa progredir e o que vale a pena conservar. O autor destaca que esse embate entre moradores, setor privado e governos é o reflexo de um descompasso: enquanto uns buscam o desenvolvimento sustentável econômico, outros lutam pela continuidade de seus modos de vida e pela proteção do meio ambiente.

O choque entre a expansão econômica e o enraizamento das populações tradicionais é um dos grandes dilemas apontados por Anacleto e Michaliszyn (2025). Como resposta, o TBC surge não apenas como negócio, mas como uma ferramenta de mediação de conflitos (Freitas, 2024). A força desse modelo, segundo Sampaio e Coriolano (2009), reside na escala humana e no protagonismo local. Contudo, a literatura faz um alerta necessário: o sucesso do TBC depende de tirar o peso das carências estruturais das costas dos moradores. A sustentabilidade real nasce do encontro entre a força da comunidade, o planejamento técnico e o apoio do Estado, entendendo que cuidar de um território é uma tarefa compartilhada.

A expansão turística pode se tornar um foco de tensão quando ignora os limites e a identidade do território. De acordo com Haralambopoulos e Pizam (1996), o turismo ‘sem freios’

costuma cobrar um preço alto do meio ambiente: a perda de habitats naturais e o esgotamento da infraestrutura local. O que os autores Martins, (2013) e Veiga, (2016) ressaltam é que, sem uma gestão cuidadosa, a atividade deixa de ser um fator de desenvolvimento sustentável para se tornar um agente de degradação que compromete o futuro da região. Quando o turismo se instala de forma impositiva, ele frequentemente altera profundamente a dinâmica local. Haralambopoulos e Pizam (1996) destacam que essa falta de planejamento transforma o território em um cenário de impactos visíveis, como o lixo acumulado e a destruição de ecossistemas.

Para os pesquisadores Ferreira (2009) e Ramirez *et al.*, (2009) esses problemas surgem quando a atividade turística ultrapassa a capacidade de suporte do lugar, gerando conflitos que afetam diretamente a qualidade de vida dos moradores e a saúde da natureza. Ao analisarem a raiz dessas disputas, Anacleto e Michaliszyn (2025) destacam como a imposição de regras restritivas em áreas protegidas pode fragilizar as comunidades locais. Ao serem impedidos de cultivar, caçar ou coletar, os moradores perdem o acesso aos recursos que garantem sua alimentação e sua história. Para os autores, essas restrições ignoram que tais práticas são a base da organização social e da segurança dessas populações, gerando um cenário de profunda vulnerabilidade.

O que está presente na literatura é que, nessas regiões, a expansão econômica muitas vezes acontece às custas do enraizamento e da sobrevivência das populações tradicionais. Diante de tantas tensões, o TBC surge como um caminho para acalmar os conflitos e devolver o equilíbrio aos territórios (Freitas, 2024). Para Sampaio e Coriolano (2009), essa alternativa funciona porque aposta no pequeno: viagens em menor escala, onde a voz da comunidade conduz o processo.

Embora o TBC seja uma alternativa poderosa, ele enfrenta limites práticos. A falta de infraestrutura básica pode transformar uma iniciativa bem-intencionada em uma nova fonte de impacto ambiental. Para evitar que isso aconteça, a literatura reitera a importância da governança: o turismo só é sustentável quando consegue unir o planejamento territorial à força da comunidade e à conservação ambiental. Trata-se de entender que cuidar do lugar exige tanto o envolvimento das pessoas quanto políticas públicas que deem suporte a essa caminhada.

Segundo Anacleto e Michaliszyn (2025), nas zonas insulares essas tensões ganham contornos ainda mais dramáticos. O litoral torna-se o palco de uma disputa desigual entre o turismo, o crescimento das cidades e a chegada de grandes empreendimentos. Nesse cenário,

as comunidades tradicionais costumam ser as mais vulneráveis: muitas vezes, elas se veem forçadas a abandonar seus territórios ancestrais ou a abandonar suas atividades de origem para se adaptar a uma lógica econômica que não escolheram.

A pressão sobre as regiões litorâneas revela a face mais visível dos conflitos territoriais, onde o avanço urbano e a indústria turística competem pelo mesmo espaço. Para quem vive da terra e do mar, esse movimento frequentemente resulta em processos de deslocamento e na descaracterização de seus modos de vida (Marcondes, 2018).

Os conflitos ambientais emergem quando diferentes atores disputam acesso, uso e controle dos recursos naturais (Loris *et al.*, 2004, Zhou; Laschefski, 2010 e Porto *et al.*, 2013). Em territórios costeiros e insulares, onde os ecossistemas são frágeis e as atividades econômicas múltiplas como pesca, portos, turismo e conservação, tais conflitos tendem a se intensificar.

No contexto do turismo, os conflitos podem assumir diversas formas: disputa por território, sobrecarga ambiental, exclusão social e apropriação externa dos benefícios econômicos (Hall; Lew, 2009). O modelo convencional de turismo, ao priorizar investimentos de grande escala, frequentemente marginaliza populações tradicionais e amplia desigualdades (Goodwin; Santilli, 2009).

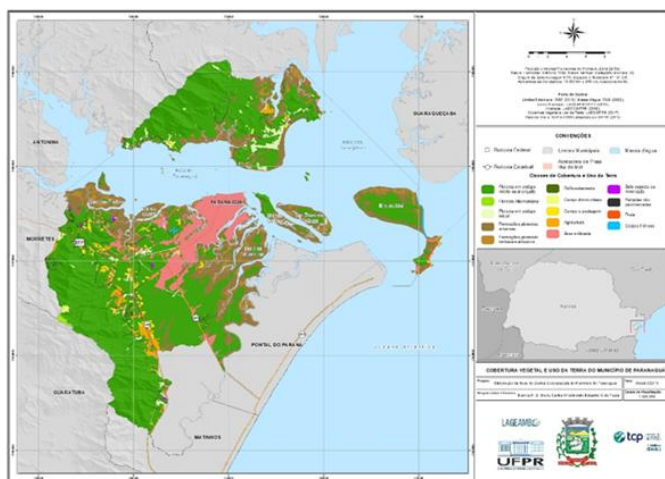
O TBC surge como alternativa potencialmente mitigadora desses conflitos, ao promover gestão participativa e valorização dos conhecimentos locais. Segundo Bebbington (1999), o fortalecimento do capital social e institucional das comunidades é elemento central para enfrentar conflitos socioambientais e ampliar sua capacidade de negociação frente a agentes externos. Em muitos contextos, conflitos internos podem surgir em função de diferenças de expectativas, desigualdades na distribuição de benefícios e ausência de mecanismos de tomada de decisão coletivos (Blackstock, 2005).

No Brasil, estudos sobre TBC também abordam como conflitos ambientais se manifestam em comunidades tradicionais, particularmente no litoral e em áreas de conservação. Em pesquisas que analisam experiências no litoral do Paraná, observa-se que a fragilidade institucional e a falta de infraestrutura podem intensificar disputas sobre recursos e acesso, evidenciando a necessidade de articulação entre as comunidades e políticas públicas voltadas para a sustentabilidade ambiental (Cabral; Irving; Nasri, 2024).

Além disso, trabalhos sobre TBC e sustentabilidade local enfatizam que o equilíbrio entre conservação e desenvolvimento sustentável requer planejamento integrado, avaliação da

2.3 COMUNIDADES INSULARES NO LITORAL DO PARANÁ

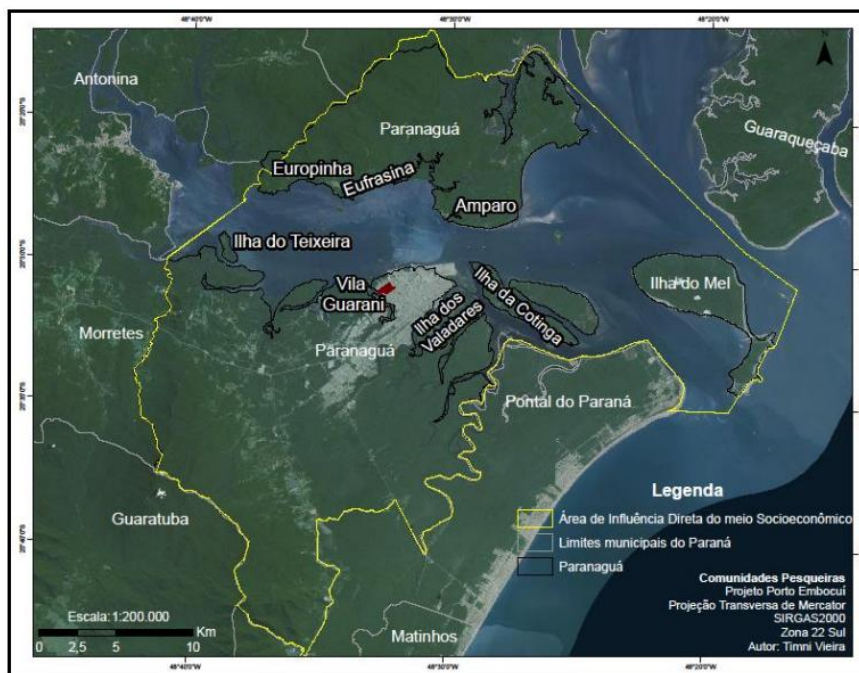
Figura 1. Baía de Paranaguá



A investigação empírica foi conduzida em sete comunidades tradicionais inseridas no Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP), uma área reconhecida por sua relevância ecológica para o Atlântico Sul (Krug *et al.*, 2007). A seleção das localidades Ilha do Teixeira, Europinha,

Eufrasina, Amparo, Piaçaguera, São Miguel e Ponta de Ubá baseou-se na existência de manifestações incipientes ou consolidadas do TBC e na sua representatividade cultural caiçara, conforme discutido por Anacleto *et al.* (2022).

Figura 2. Mapa de Relevo do Município de Paranaguá – identificação das comunidades



Fonte: FUNESPAR (2015)

Geograficamente, essas comunidades distribuem-se ao longo do eixo norte e noroeste da baía, formando um mosaico de ilhas e pequenas enseadas que exigem acesso predominantemente fluvial ou marítimo, muitas delas restritas a trajetos de aproximadamente 30 a 90 minutos de barco a partir do terminal de travessias urbanas de Paranaguá. Essa localização, embora desafiadora para a logística, foi historicamente um fator de proteção do modo de vida caiçara.

Abaixo, apresenta-se uma imersão nas sete comunidades que compõem este estudo. Mais do que meros dados geográficos, os relatos a seguir sintetizam o cotidiano, os saberes e as expectativas colhidas em campo, revelando como a infraestrutura e a economia local se entrelaçam ao potencial turístico de cada localidade.

Amparo, coração pulsante da Baía, localizada a cerca de 40 minutos de navegação do terminal do Rocio, é a comunidade mais vibrante em termos populacionais, abrigando 450

moradores. Ali, a vida flui no ritmo das marés e das redes: a pesca artesanal sustenta 66% das famílias, que encontram no camarão, na tainha e na pescadinha o seu sustento. É a localidade com a estrutura receptiva mais consolidada, oferecendo desde pousadas a experiências de hospedagem via Airbnb. A gastronomia é celebrada em festas tradicionais que marcam o calendário, como a Festa do Camarão e o Circuito de Canoas, transformando o saber fazer do pescador em um atrativo que conecta visitantes à cultura local.

Piaçaguera, entre a História e os Manguezais, a apenas 5,6 km de Paranaguá, mas acessível apenas por mar, guarda no nome o convite indígena: “vamos passar agora”. Com 145 moradores, a comunidade é um relicário de memórias, onde igrejas históricas repousam sobre sambaquis. O talento local transparece no artesanato singular, que transforma cipó e até couro de peixe em arte. Além do famoso “Caminho do Beijo”, a preservação de seus manguezais faz de Piaçaguera um santuário para a observação de aves, onde o turismo se desenha como uma extensão natural da proteção ambiental.

Eufrasina, o sabor da tradição e da terra, ao norte da Baía, se distingue por uma identidade forjada na terra. Sem igrejas católicas em seu núcleo, a comunidade de 125 moradores concentra sua alma nas “farinheiras” tradicionais. O aroma da farinha de mandioca e do café caiçara convida o visitante para uma pausa, onde se pode provar o biju e a juçara. É o único destino que oferece a experiência terapêutica do banho de argila, unindo o cuidado com o corpo à vivência com a natureza, guiada pelos próprios pescadores que se tornam anfitriões de sua história.

A Ilha do Teixeira é o refúgio da calma, distante 60 minutos de Paranaguá, é um reduto de pesca e silêncio. Conta com 122 moradores que mantêm viva a tradição da captura de peixes e crustáceos. Com uma organização comunitária ativa, a ilha oferece uma estrutura acolhedora com pousadas e o sabor autêntico do Restaurante Delícias da Ilha. O turismo de observação de aves e o Circuito de Canoas, em julho, reforçam a vocação da comunidade para um lazer contemplativo e respeitoso com o ecossistema.

Europinha é a resistência do Isolamento, é a menor e mais isolada das comunidades, um traço que, se por um lado limita a infraestrutura, por outro preservou a pureza das tradições. Com apenas 45 moradores, o acesso restrito a pequenas embarcações protege as roças agroecológicas e as técnicas de farinha de personagens como Bia e João. Para Europinha, o TBC surge não como uma invasão, mas como uma esperança de renda que respeita o silêncio e a simplicidade de quem escolheu viver em harmonia com o isolamento.

São Miguel, a luta entre a tradição e o progresso, com 248 moradores, São Miguel é um território de artesãos habilidosos que transformam o cipó taquara em cestaria, enfrentando os afios do mercado justo. A comunidade é marcada pela força das marisqueiras e por uma conexão profunda com o mar, mas vive hoje uma tensão latente. O impacto das dragagens anuais na disponibilidade do siri gerou uma postura de resistência, tornando a receptividade a objetos externos um exercício de cautela e respeito à soberania local. É um lembrete vivo de que o turismo e o desenvolvimento devem, antes de tudo, ouvir quem cuida da pedra e do mar.

[illegible]

Essas comunidades integram, em sua maioria, redes de TBC como a Rede Caiçara de Paranaguá, que articula os atores locais em torno de princípios de autogestão, associativismo e comercialização justa de serviços e produtos.

A Baía de Paranaguá firma-se como um dos pilares do patrimônio marinho brasileiro, abrigando uma biodiversidade pulsante em meio a uma complexidade ecológica sem paralelos. Geograficamente, o complexo estuarino formado pelas águas de Antonina e Paranaguá projeta-se em um eixo Leste-Oeste, ocupando uma extensão de aproximadamente 258,4 km² (Cattani; Lamour, 2011). Porém, para além de suas coordenadas cartográficas, o que define este território é a sua natureza de mosaico: uma trama sensível onde manguezais, matas costeiras e dunas de areia se entrelaçam. Essa transição harmoniosa entre diferentes habitats não apenas emoldura a paisagem, mas sustenta a riqueza biológica e os ciclos de vida que tornam a região um ecossistema de relevância global.

Nesse cenário, os manguezais assumem um papel protagonista uma vez que figuram entre os mais bem preservados do país e atuam como sentinelas da costa. Para além de sua beleza cênica, esses ecossistemas desempenham funções cruciais de proteção, combatendo a erosão e estabilizando a linha costeira contra a elevação do nível do mar e o impacto de eventos climáticos extremos (Ihinegbu, 2023). Essa configuração de complexo estuarino subtropical, alimentada por uma intrincada rede de canais e baías conectadas ao oceano, fomenta uma profusão de vida. De acordo com Pellizzari (2021), a paisagem é definida por essa pluralidade ambiental, harmonizando a densidade dos manguezais e brejos salgados com a presença estratégica de afloramentos rochosos dispersos, o que torna a região um refúgio ecológico fundamental.

Figura 4. Localização da Baía de Paranaguá no Litoral Paranaense



Fonte: EVTEA (2022)

A planície costeira paranaense é regida por um dinamismo climático que molda profundamente sua paisagem. Sob a classificação de Köppen, a região é definida pelo tipo Cfa Subtropical Úmido, caracterizado por verões vibrantes com médias superiores a 22°C e invernos onde o frio raramente atinge extremos de geadas frequentes (Vanhoni; Mendonça, 2008). Esse equilíbrio térmico, marcado pela ausência de uma estação seca, estende-se até as encostas da Serra do Mar. Contudo, ao ultrapassar os 700 metros de altitude, a paisagem se transforma sob o domínio do tipo Cfb, onde o verão se torna mais fresco e as chuvas, mais generosas. É justamente essa abundância hídrica e térmica que impulsiona a vitalidade da flora local, criando o ambiente perfeito para o florescimento dos manguezais nos pontos onde o abraço das águas fluviais e marinhas se concretiza.

Manter a preservação da Baía de Paranaguá tornou-se uma tarefa complexa diante do atual protagonismo econômico da região. Reconhecida como um dos ecossistemas mais importantes do litoral brasileiro, a baía abriga vastas áreas preservadas que agora dividem espaço com a intensa dinâmica do Porto de Paranaguá. Segundo dados do Governo do Paraná (2024a), a estrutura portuária é hoje a principal via de saída da soja brasileira e a segunda maior em fluxo de contêineres para exportação.

Esse vigor logístico, se por um lado impulsiona o desenvolvimento, por outro acentua a urgência de políticas de conservação que garantam a sobrevivência da biodiversidade local frente às demandas do comércio global. A preocupação com a preservação torna-se ainda mais premente diante da relevância estratégica do Porto de Paranaguá. Atualmente, o município atua como um motor logístico nacional, ocupando o segundo lugar no país em movimentação de contêineres e consolidando-se como o líder brasileiro na exportação de soja (Paraná, 2024a). Essa dualidade entre a conservação de um ecossistema vital e as demandas de um dos principais complexos portuários do mundo define o cenário de urgência e complexidade da região.

A complexidade socioambiental do litoral do Paraná reside, em grande medida, na presença de grupos tradicionais que mantêm modos de vida intrinsecamente ligados aos recursos da região. Entre manguezais e densas áreas de floresta, o cotidiano dessas populações é regido por práticas históricas que definem sua organização social. Como aponta Diegues (2008), o manejo dos recursos locais seja através da pesca artesanal ou da pequena agricultura e extrativismo constitui a base fundamental da vida nessas localidades. Tais práticas não apenas

garantem a sobrevivência física das famílias, mas preservam um patrimônio cultural e social que resiste nas reentrâncias da costa paranaense.

Há registros de desastres ambientais de variadas proporções decorrentes do fluxo marítimo-portuário na baía, como vazamentos de óleo, além de outras questões causadas pelas atividades portuárias.

Nas últimas décadas, a vida nessas comunidades passou a ser redesenhada pelas políticas de preservação. Embora o esforço para proteger os ecossistemas da Mata Atlântica seja inevitavelmente necessário, ele não veio sem custos sociais. De acordo com Anacleto e Freitas (2025), a criação de áreas protegidas gerou um clima de incerteza e conflito, pois as leis de conservação muitas vezes ignoram o fato de que aquelas famílias habitam e protegem esses territórios há gerações, tratando o morador como um invasor em sua própria casa.

Anacleto e Freitas (2025) reforçam que as tensões ambientais nas comunidades insulares do Paraná são o reflexo de uma incompatibilidade dolorosa: a proteção da natureza sendo feita à revelia das pessoas que dela dependem. Atividades seculares de subsistência, como a caça para o prato da mesa e o extrativismo florestal, passaram a ser vigiadas e punidas sob a nova ordem das áreas protegidas. Para esses autores, o conflito emerge quando o saber tradicional e a necessidade de reprodução social das famílias são enquadrados como crimes ambientais, ferindo a base da organização comunitária.

Além disso, o conflito ambiental na Mata Atlântica paranaense é, antes de tudo, um conflito de lógicas. A implementação de leis restritivas ignorou que o manejo da floresta do cipó à madeira é o que garante a segurança e a identidade dessas populações. Ao classificar como ilegais práticas que são o alicerce da sobrevivência local, as políticas de conservação acabam por fragilizar a relação histórica dessas comunidades com seu chão, transformando o guardião da floresta em um alvo das fiscalizações.

A literatura brasileira sobre o TBC destaca que, em áreas de conservação, o conflito ambiental é muitas vezes alimentado pela precariedade institucional. Ainda, Segundo Cabral, Irving e Nasri (2024), o litoral paranaense é um exemplo claro de onde a falta de suporte técnico e de serviços básicos acaba acirrando as tensões territoriais. O que os autores ressaltam é que a preservação da natureza não pode ser dissociada da justiça social: o sucesso dessas iniciativas exige que as comunidades deixem de ser espectadoras e passem a ser parceiras ativas de um planejamento que realmente as inclua.

Os conflitos ambientais em comunidades insulares do Paraná revelam uma ferida aberta entre o que a lei determina e como a vida acontece no território. Segundo Anacleto e Freitas (2025), a criação de Unidades de Conservação na região ergue barreiras invisíveis, transformando o uso histórico de recursos como o palmito e a madeira, antes bases da segurança alimentar, em atividades sob constante vigília e restrição. Esse atrito, como bem definem Anacleto e Freitas (2025) e Acselrad (2004), não é apenas jurídico; é uma tensão profunda entre o dever de preservar a natureza e o direito à justiça social.

Sob a lente da justiça ambiental, esses embates são o que Acselrad (2004) chama de “conflitos distributivos”: situações em que as comunidades tradicionais acabam carregando o peso maior das restrições ambientais, enquanto o apoio para alternativas reais de renda raramente chega. A Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006), embora essencial no papel, esbarra na falta de assistência técnica e políticas públicas que façam a ponte entre a norma e a sobrevivência prática, aprofundando a vulnerabilidade de quem vive na floresta (Anacleto; Freitas, 2025).

Essa complexidade ganha contornos específicos no ambiente estuarino e litorâneo. Embora a categoria de “conflitos insulares” ainda seja pouco explorada, a literatura de Diegues (2008) e Anacleto e Freitas (2025) mostra que o litoral é um palco de disputas intensas entre o turismo, a expansão urbana e a pesca artesanal. O território, antes um espaço de liberdade e saber ecológico, passa a sofrer pressões fundiárias e processos de expulsão branca, onde nativos se veem forçados a vender suas terras por valores irrisórios, fragmentando suas formas ancestrais de organização social.

Como reflexo dessa pressão sobre a terra, muitos buscam refúgio na beira dos rios e estuários, onde a pesca artesanal torna-se a última trincheira de subsistência e identidade (Diegues, 2008). No entanto, o abandono forçado da agricultura e do extrativismo florestal sinaliza um empobrecimento não só econômico, mas cultural.

Neste cenário de cercamentos, o TBC desponta como uma luz no fim do túnel. Para Irving (2009) e Sampaio (2008), o TBC não é apenas lazer, mas uma estratégia de resistência que busca valorizar o modo de vida local e a conservação do território. No Paraná, essas iniciativas tentam provar que é possível proteger a Mata Atlântica sem expulsar seus guardiões, desde que haja como reforçam Anacleto e Freitas (2025) um compromisso real do Estado em ouvir e apoiar a gestão comunitária.

Diante do exposto, observa-se que a geografia singular da Baía de Paranaguá e a rica tapeçaria cultural de suas comunidades insulares não apenas moldam as oportunidades para o Turismo de Base Comunitária, mas também definem as fronteiras dos conflitos socioambientais que o TBC busca mitigar. A inter-relação entre a localização remota, a infraestrutura limitada e o forte senso de identidade territorial constituem o pano de fundo essencial para compreender os desafios e as potencialidades dessa atividade na região, que passa necessariamente pela resolução das tensões fundiárias e pela construção de uma governança efetivamente participativa.

2.4 REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais-o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, 2012, p. 103-119.

ANACLETO, Adilson; FREITAS, Pollyana Machado. Recursos ambientais em comunidades tradicionais no Município de Guaraqueçaba: uma revisão sistemática. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 14, n. 28, 2025, p. 81-95.

ANACLETO, Adilson; MICHALISZYN FILHO, Luiz Antonio. COMUNIDADES TRADICIONAIS E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO LITORAL DO PARANÁ: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. **Revista Eletrônica Interdisciplinar**, v. 17, n. 3, 2025.

BARRETO, Leilianne Michelle Trindade da Silva; LANZARINI, L. **Turismo Responsável no Brasil: tendências, estratégias e fomento em sustentabilidade, turismo de base comunitária e segurança turística**. 2023.

BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária**. Letra e imagem, 2009.

BEBBINGTON, Anthony. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. **World development**, v. 27, n. 12, 1999, p. 2021-2044.

BLACKSTOCK, Kirsty. A critical look at community based tourism. **Community development journal**, v. 40, n. 1, 2005, p. 39-49.

BURSZTYN, Ivan. **Políticas públicas de turismo visando a inclusão social**. Rio de Janeiro, 2005.

BURSZTYN, Ivan. Relatório anual de atividades do Caderno Virtual de Turismo referente. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 9, n. 1, 2009.

CABRAL, Beatriz Leite Ferreira; IRVING, Marta De Azevedo; NASRI, Yasmin Xavier Guimarães. **Ações Coletivas e Turismo de Base Comunitária: Experiências na Região Turística Litoral do Paraná, Brasil.** Latin American Journal of Tourismology, 10 (Regular Issue, Special Thematic Section). Retrieved from <https://periodicos.uff.br/index.php/rlaturismologia/article/view/46770>
DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14511114>.

CAROCA, Larissa de Oliveira. **A sustentabilidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una: uma perspectiva da comunidade.** 2025.

CATTANI, Pâmela Emanuely; LAMOUR, Marcelo Renato. Determinação das paisagens de fundo nas baías de Antonina e Paranaguá. In: **XIII Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário**, 13, 2011. Anais [...]. Disponível em: ABEQUA 2011 PDF. Acesso em: 11 maio 2026.

COSTA MIELKE, Eduardo Jorge; PEGAS, Fernanda. **Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão.** Turismo em análise, 2013.

CURCIJA, Marcus; BREakey, Noreen; DRIML, Sally. Development of a conflict management model as a tool for improved project outcomes in community based tourism. **Tourism Management**, v. 70, 2019, p. 341-354.

DE ALMEIDA, Thiago Chagas; EMMENDOERFER, Magnus Luiz. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: Conexões e reflexões. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 11, n. 1, 2023.

DE AZEVEDO IRVING, Marta *et al.* Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 4, 2005, p. 1-7.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Mito moderno da natureza intocada.** 1994.

ESPINOZA, C. L.; TARABÓ, E. A.; SOARES, R. J. Turismo comunitario y desarrollo local en la ruta del Spondylus (Ecuador): una combinación posible para enfrentar la pobreza. **Espacios**, v. 38, n. 58, 2017, p. 27.

FAXINA, FABIANA; FREITAS, LARA BRUNELLE ALMEIDA. THE INTRODUCTION OF COMMUNITY-BASED TOURISM IN TERRA CAÍDA, SERGIPE, BRAZIL. Turismo: **Visão e Ação**, v. 23, 202, p. 242-262.

FERREIRA, Luís. Impactos do turismo nos destinos turísticos. **Percursos & Ideias**, v. 2, n. 1, 2009, p. 105-116.

FREITAS, Pollyana Machado. **Turismo de base comunitária como ferramenta de mediação de conflitos socioambientais no litoral do Paraná.** 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Paraná, Paranaguá, 2024.

GARCIA, Vinicius Perrone Romera. **Turismo de base comunitária e a (in) justiça ambiental no município de Ronana/SP**. 2025.

GOODWIN, Harold; SANTILLI, Rosa. Community-based tourism: a success? In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 37-52.

HALL, C. Michael; LEW, Alan A. **Understanding and managing tourism impacts: An integrated approach**. Routledge, 2009.

HARALAMBOPOULOS, Nicholas; PIZAM, Abraham. Perceived impacts of tourism: The case of Samos. **Annals of tourism Research**, v. 23, n. 3, 1996, p. 503-526.

HAVADI NAGY, Kinga Xénia; ESPINOSA SEGUI, Ana. Experiences of community-based tourism in Romania: Chances and challenges. Journal of Tourism Analysis: **Revista de Análisis Turístico**, v. 27, n. 2, 2020, p. 143-163.

HUNTER, Colin. Sustainable tourism as an adaptive paradigm. **Annals of tourism research**, v. 24, n. 4, 1997, p. 850-867.

IHINEGBU, Christopher; MÖNNICH, Stefan; AKUKWE, Thecla. Scientific evidence for the effectiveness of mangrove forests in reducing floods and associated hazards in coastal areas. **Climate**, v. 11, n. 4, 2023, p. 79.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. Acselrad, Henri; Mello, Cecília Campello Amaral; Bezerra, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**, Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009, 160 p. ISBN: 9788576171591.

IRVING, Marta de Azevedo; MATOS, Karla. Gestão de parques nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas. **Floresta e Ambiente**, v. 13, 2006, p. 89-96.

JÚNIOR, Wilson Martins Lopes; HANAI, Frederico Yuri; OROZCO, Margarita María Dueñas. Turismo de base comunitária: uma breve revisão integrativa em periódicos brasileiros. **Revista Mirante, Catalão**, v. 18, n. 2, 2025, p. 52-75.

KRUG, Lilian Anne; LEÃO, Caroline; AMARAL, Silvana. **Dinâmica espaço-temporal de manguezais no Complexo Estuarino de Paranaguá e relação entre decréscimo de áreas de manguezal e dados sócio-econômicos da região urbana do município de Paranaguá–Paraná**. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil. INPE, 2007, p. 2753-2760.

LAPEYRE, Renaud. Community-based tourism as a sustainable solution to maximise impacts locally? The Tsiseb Conservancy case, Namibia. **Development Southern Africa**, v. 27, n. 5, 2010, p. 757-772.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Orgs). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MARCONDES, Daniella; RAIMUNDO, Sidnei. **Community-based tourism in a Caiçara community in Ilhabela island, Brazil. Creative Tourism Dynamics: Connecting Travellers, Communities, Cultures and Places**, 2020, p. 18.

MARTINS, Mónica C.; NETO, Carlos S.; COSTA, José C. The meaning of mainland Portugal beaches and dunes' psammophilic plant communities: a contribution to tourism management and nature conservation. **Journal of Coastal Conservation**, v. 17, n. 3, 2013, p. 279-299.

MAYAKA, Melphon; CROY, W. Glen; COX, Julie Wolfram. Participation as motif in community-based tourism: a practice perspective. **Journal of sustainable tourism**, v. 26, n. 3, 2018, p. 416-432.

MOWFORTH, Martin; MUNT, Ian. **Tourism and sustainability: Development, globalisation and new tourism in the third world**. Routledge, 2015.

MURPHY, Peter. **Tourism: A community approach (RLE Tourism)**. Routledge, 2013.

PARANÁ. Agência Estadual de Notícias. **Com 37,5% das exportações, Porto de Paranaguá lidera movimentação do complexo soja**. AEN, 2024a. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Com-375-das-exportacoes-Porto-de-Paranagua-lidera-movimentacao-do-complexo-soja>. Acesso em: 23 fev. 2025.

PELLIZZARI, Franciane; *et al.* Ecossistemas recifais do Paraná e as ameaças à sua preservação. **Oecologia Australis**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, 2025, p. 196-211. DOI: <http://doi.org/10.4257/oeco>. 2025.2903.02.

PHUONG, Tran Thi Kim; TRAN, Trung Vinh. **Job satisfaction, employee loyalty and job performance in the hospitality industry: A moderated model**. **Asian Economic and Financial Review**, v. 10, n. 6, 202, p. 698.

PONGPONRAT, Kannapa; PONGQUAN, Soparth. Community participation in a local tourism planning process: A case study of Nathon community on Samui Island, Thailand. **Asia-Pacific Journal of Rural Development**, v. 17, n. 2, 2007, p. 27-46.

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Editora Fiocruz, 2013.

RAMÍREZ, Carlos Pérez; VILLARREAL, Lilia Zizumbo; VERA, Miguel González. Impacto ambiental del turismo en áreas naturales protegidas; procedimiento metodológico para el

análisis en el Parque Estatal El Ocotal, México. **El Periplo Sustentable**: revista de turismo, desarrollo y competitividad, n. 16, 2009, p. 25-56.

SALAZAR, Noel B. Community-based cultural tourism: Issues, threats and opportunities. **Journal of sustainable tourism**, v. 20, n. 1, 2012, p. 9-22.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. Turismo comunitário e desenvolvimento local. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 95-107.

SANSOLO, DAVIS GRUBER; BURSZTYN, IVAN. Turismo de base comunitaria. **Turismo de Base Comunitária**, v. 142, 2009.

SANTOS, Margarida Custódio; VEIGA, Célia; ÁGUAS, Paulo. Tourism services: facing the challenge of new tourist profiles. **Worldwide Hospitality and Tourism Themes**, v. 8, n. 6, p. 654-669, 2016.

STRONZA, Amanda; GORDILLO, Javier. Community views of ecotourism. **Annals of tourism research**, v. 35, n. 2, 2008, p. 448-468.

TODESCO, Carolina; DE OLIVEIRA, Almir Félix Batista; DA SILVA TAVEIRA, Marcelo. APRESENTAÇÃO: TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: REFLEXÕES TEÓRICAS E EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS. **Revista Turismo Estudos e Práticas-RTEP/GEPLAT/UERN**, v. 14, n. 1, 2025.

VANHONI, Felipe; MENDONÇA, Francisco. O clima do litoral do estado do Paraná. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 3, 2008.

WEAVER, David Bruce. Protected area visitor willingness to participate in site enhancement activities. **Journal of Travel Research**, v. 52, n. 3, 2013, p. 377-391.

WHITAKER, Avneet; BRAUN, Blessing; NOEL, Lawson. Influential Article Review-Sustainable “Edutainment” Practices in Tourism. **Journal of Strategic Innovation and Sustainability**, v. 14, n. 7, 2019, p. 1-23.

XU, Songjun; HU, Yaou. How do residents respond to negative environmental impacts from tourism? The role of community participation in empowering residents' environmentally responsible behavior. **International Journal of Tourism Research**, v. 23, n. 6, 2021, p. 1099-1111.

ZAPATA, M. J. *et al.* **Can community-based tourism contribute to development and poverty alleviation?** Current Issues in Tourism, 2011.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Ed.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Editora Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2010. ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010.

3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

3.1 INTRODUÇÃO

O crescimento vertiginoso do turismo, destacado por Alieva e Usmonova (2021), consolidou o setor como um pilar de desenvolvimento global. Mas essa força é ambivalente: ao mesmo tempo em que oferece oportunidades de renda, ela exerce uma pressão profunda sobre territórios sensíveis. É nesse choque entre a expansão econômica e a fragilidade dos lugares que nascem as abordagens sustentáveis, surgindo como uma resposta necessária para evitar que o turismo consuma os próprios recursos – naturais e humanos que o tornam atraente.

O turismo sustentável emerge como um paradigma que tenta curar as feridas do modelo convencional. Dentro desse movimento, o TBC se destaca por sua estrutura democrática, fundamentada na participação ativa de quem habita o território. De acordo com Azwar *et al.* (2023), essa vertente vai além da geração de renda; ela é capaz de revigorar o capital social e proteger os recursos naturais de forma autêntica. Trata-se de entender que o turismo só é verdadeiramente sustentável quando a comunidade local deixa de ser espectadora para se tornar a gestora do seu próprio destino.

Mais do que um segmento de mercado, o TBC é compreendido como uma ferramenta de bem-estar e emancipação social. Segundo Giampiccoli e Saayman (2018), o núcleo dessa prática é o empoderamento comunitário e a distribuição justa de tudo o que a atividade gera. Essa visão é reforçada por autores que enxergam no TBC uma forma de desenvolvimento sustentável que respeita a identidade local e valoriza a história das comunidades (Putra, 2015; Salazar, 2012). Como apontam Phuong, Song e Quang (2020) e Curcija *et al.* (2019), o sucesso desse modelo não se mede apenas em números, mas na capacidade de transformar o turismo em uma fonte direta de dignidade e oportunidades para quem acolhe o visitante.

O potencial do TBC é inegável, mas sua implementação exige um olhar atento às fragilidades do cotidiano. De acordo com autores como Blackstock (2005) e Juma e Khademi-Vidra (2019), o desenvolvimento sustentável desse modelo enfrenta o desafio de equilibrar o jogo de poder entre os moradores e os grandes atores do setor. Burgos e Mertens (2017) reforçam que, sem o preparo técnico necessário e o fortalecimento das lideranças locais, a gestão comunitária corre o risco de ser apenas figurativa. Por isso, a literatura insiste: é preciso

aprofundar a análise sobre como criar as bases seguras para que o turismo sustente a vida e não apenas a economia local.

Compreender o estado atual do conhecimento sobre o TBC é o primeiro passo para fortalecer as práticas no território. Por isso, este estudo se propôs a mapear a produção acadêmica global, investigando como a teoria tem se traduzido em ação nas últimas duas décadas. Por meio de uma lente cuidadosa sobre 78 artigos científicos selecionados criteriosamente via protocolo PRISMA, investigamos as tendências e os obstáculos que moldam o setor. O intuito é oferecer um mapa claro dos acertos e das dificuldades que a literatura aponta, servindo de guia para futuras pesquisas e intervenções sociais.

O objetivo central deste estudo é compreender os caminhos que tornam o TBC uma ferramenta eficaz de mudança social e conservação ambiental. Ao mergulhar nas melhores práticas globais, pretende-se oferecer subsídios que ajudem a moldar políticas mais assertivas. A intenção é unir o rigor da pesquisa científica à urgência de soluções práticas, garantindo que o turismo sustentável seja um aliado da autonomia comunitária e do respeito aos limites da natureza.

A Revisão Sistemática da Literatura (RSL) teve como objetivo identificar, sistematizar e analisar criticamente a produção científica relacionada ao TBC sob a perspectiva da sustentabilidade. A definição do protocolo de revisão considerou o tema da investigação, o contexto analítico, a delimitação temporal e o enquadramento teórico da pesquisa.

Conforme Denyer e Tranfield (2009), a condução de uma RSL exige etapas estruturadas e rigorosas, garantindo transparência, replicabilidade e validade científica. Nesse sentido, o processo metodológico envolveu três etapas principais: (i) coleta de dados, (ii) análise bibliométrica e (iii) análise de conteúdo.

3.2 METODOLOGIA

O estudo pautou-se em uma revisão da literatura científica especializada, com foco em pesquisas que abordassem o turismo de base comunitária em comunidades tradicionais insulares, sob uma abordagem quali-quantitativa. O levantamento das informações segundo a proposição de Gouvêa *et al.* (2022) e Anacleto e Freitas (2025), foram utilizadas as plataformas de base de dados científicos Scopus, por consistirem em relevantes periódicos de diferentes áreas de conhecimento, do Brasil e de outros países.

A pesquisa foi realizada entre agosto e dezembro de 2024, por meio de combinações variadas de descritores em português e inglês que incluíram as palavras-chave “ilhas do litoral do Paraná” e “comunidades insulares”, devido ao baixo índice de publicações sobre essas questões devido a especificidade regional, foi desenvolvida uma estratégia de busca com a seguinte *string* de palavras: ((“*community based tourism*”) AND (“*sustainab*”)). Essa combinação de palavras permitiu captar estudos de diversas áreas, garantindo uma visão ampla e interdisciplinar da relação entre TBC e sustentabilidade.

As fases da coleta de dados seguiram o procedimento PRISMA (Preferred Reporting Item for Systematic Reviews and Meta-Analysis), proposto por Liberati *et al.*, (2009) e Anacleto e Freitas (2025), este modelo visa a efetividade por meio da adoção de etapas bem definidas sendo reconhecido por garantir transparência e rigor científico, sendo desenvolvido em quatro etapas sequenciais: Identificação e levantamento inicial dos estudos, triagem e exclusão de manuscritos que não atendiam aos critérios pre definidos, verificação da adequação dos manuscritos ao escopo da pesquisa e a seleção final dos estudos que irão compor a amostra analisada.

Os critérios de inclusão adotados no estudo era que seriam considerados apenas artigos publicados em periódicos científicos revisados por pares; disponíveis na íntegra; relacionados ao turismo de base comunitária, que abordagem desenvolvimento sustentável e sustentabilidade; publicados nos últimos 25 anos.

A ferramenta utilizada para a organização e análise das referências de acordo com o proposto por Salija *et al.* (2016) foi o Mendeley, que permitiu gerenciar as citações e gerou formatação automática, além de auxiliar construção de instrumentos analíticos utilizados na fase empírica, como sugerido por Denyer e Transfield, (2009) e Dresch *et al.* (2015).

As buscas identificaram 565 estudos. Desses, 173 foram removidos por duplicidade ou por não atenderem aos critérios de inclusão por se caracterizarem como editoriais, anais de conferências, capítulos de livros e resenhas.

A análise da qualidade resultou que 314 artigos foram eliminados devido ser considerados inadequados por serem trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses, e também por não atenderem os “strings” da pesquisa, ou por serem de outras áreas do conhecimento não pertinentes ao caso como a medicina, saúde e entre outras.

Ao final restaram 78 estudos elegíveis, que foram categorizados por similaridades ou discrepâncias e agrupados de forma abrangente nas temáticas prioritárias temáticas reveladas nos resultados.

A análise bibliométrica conforme proposição de Denyer e Tranfield (2009), teve como objetivo examinar quantitativamente a produção científica, considerando indicadores como volume de publicações, distribuição temporal, principais periódicos, países de origem, redes de colaboração e tendências temáticas. E isso contribuiu para identificar padrões estruturais na produção acadêmica e avaliar a evolução de determinado campo de pesquisa.

Após a seleção final artigos, foi construída uma base de dados em formato texto (.txt), seguindo a metodologia proposta por Souza (2018), para utilização no software IRaMuTeQ. O software, de código aberto e integrado ao ambiente estatístico R, foi utilizado como ferramenta complementar para análise lexical do corpus textual. O corpus analisado totalizou 14.807 palavras, extraídas dos textos selecionados, constituindo o material para análise interpretativa.

Paralelamente, foi utilizado o *software R Studio* com a biblioteca *Biblioshiny*, ferramenta específica para análise bibliométrica, permitindo a visualização e interpretação de grandes volumes de dados científicos (Aria; Cuccurullo, 2017). Essa ferramenta possibilita identificar padrões estruturais, redes de colaboração, tendências temporais e temáticas da literatura, contribuindo para uma compreensão sistemática do campo investigado e, segundo Anacleto e Freitas (2025), a ferramenta torna mais fácil a análise de redes e a elucidação de palavras-chave, fornecendo uma visão ampla do desenvolvimento histórico do tema, permitindo identificar tópicos emergentes.

A análise de conteúdo foi realizada por meio do Software IRaMuTeQ, seguindo as três etapas propostas por Elo e Kyngäs (2008): codificação aberta, categorização e abstração. Esse procedimento permitiu a organização sistemática do corpus textual, possibilitando identificar padrões semânticos, recorrências conceituais e estruturas temáticas predominantes na literatura o que resultou na Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e na elaboração de um dendrograma.

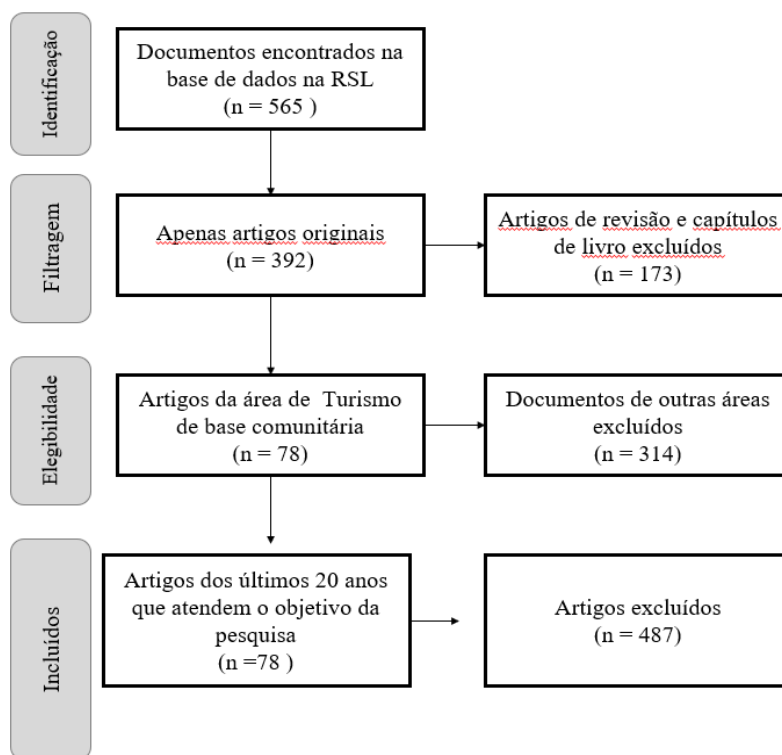
Adotou-se abordagem predominantemente dedutiva, orientada pelos objetivos da revisão sistemática, permitindo identificar e organizar conceitos-chave relacionados ao TBC e sua interface com sustentabilidade (Galvão *et al.*, 2014). Conforme destacam Denyer e Tranfield

(2009), a análise de conteúdo em revisões sistemáticas deve ser conduzida de forma rigorosa e estruturada, permitindo extrair padrões, lacunas e tendências teóricas relevantes.

3.3 RESULTADOS

A pesquisa com o uso dos descritores identificou um total de 78 artigos, os quais foram publicados em revistas indexadas pelo sistema de revisão por pares “duplo cego” (double blind peer review) e que atendia os pré-requisitos metodológicos da pesquisa (Figura 5) bem como representava o conjunto de estudos que atenderam integralmente aderência temática ao TBC no contexto da sustentabilidade.

Figura 5. Representação sistemática do percurso metodológico do processo da revisão sistemática



Fonte: Elaborada pela autora (2025)

O estudo evidencia crescimento mais expressivo sobre a temática a partir de 2010, intensificando-se após 2015. Esse comportamento indica que o TBC vem se consolidando progressivamente como um campo específico de investigação, associado às discussões globais sobre desenvolvimento sustentável e inclusão social e aos Objetivos de Desenvolvimento

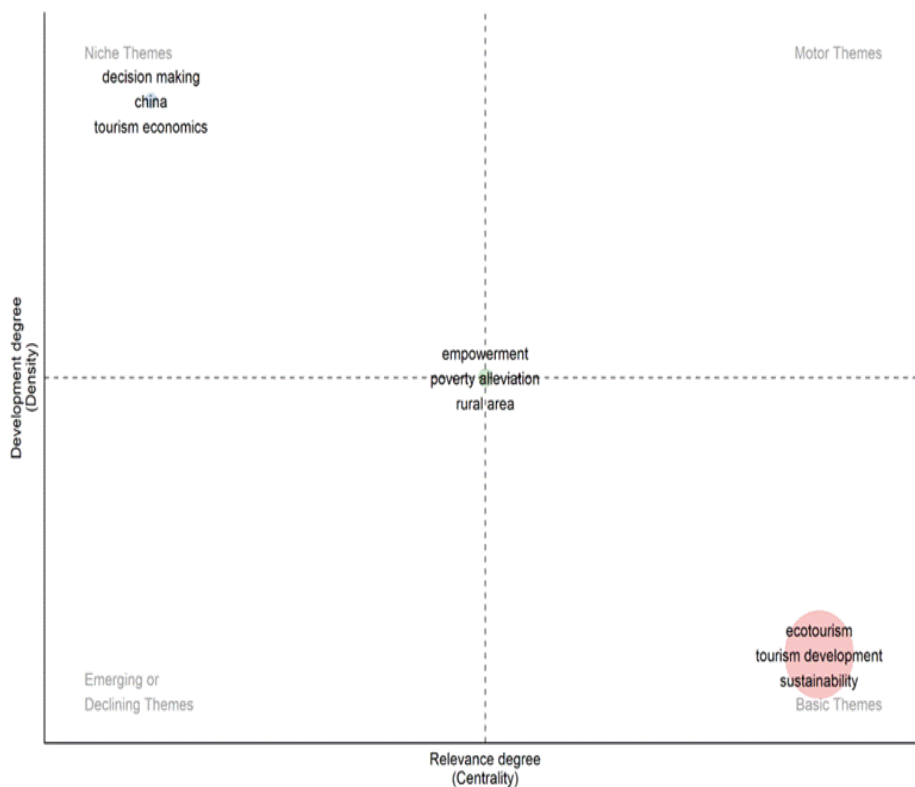
Sustentável (ODS). Embora se observe uma tendência de crescimento, o padrão não se apresenta linear, indicando que o campo ainda se encontra em processo de consolidação teórica e metodológica, frequentemente vinculado a estudos de caso regionais.

Os periódicos com maior número de publicações foram: *Sustainability (Suíça)* com 34 publicações (quantidade) seguida pelo *Journal of Sustainable Tourism* com 28 publicações e pelo *African Journal of Hospitality; e, Tourism and Leisure* com 27 artigos, evidenciando que o TBC é majoritariamente discutido em revistas voltadas à sustentabilidade, planejamento territorial e turismo responsável.

O mapa temático (Figura 6) gerado pela análise bibliométrica permitiu identificar os principais eixos conceituais que estruturam a literatura sobre TBC, incluíam sustentabilidade, ecoturismo e desenvolvimento turístico. Esses conceitos apresentam elevada centralidade, indicando forte associação com o TBC, porém baixa densidade, o que revela a necessidade de maior aprofundamento teórico específico sobre sua aplicação em contextos comunitários.

Os temas de nicho concentram estudos relacionados à economia do turismo, tomada de decisão e análises regionais. Embora bem desenvolvidos, esses temas apresentam menor integração com o núcleo central do TBC, caracterizando-se como abordagens especializadas, sendo que a ausência de temas motores indica que o campo do TBC ainda carece de um eixo teórico consolidado que articule alta relevância e elevado grau de desenvolvimento conceitual, reforçando seu caráter emergente na literatura científica.

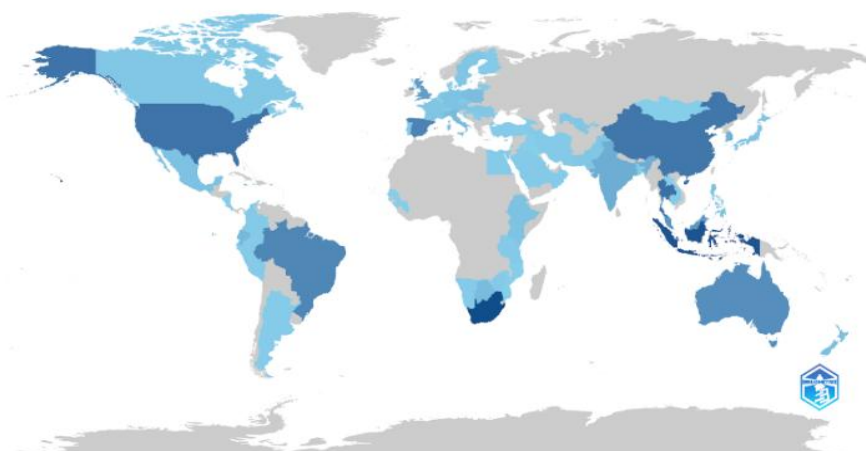
Figura 6. Mapa Temático em relação aos estudos centrados em turismo de base comunitária



Fonte: Autoria própria (2026)

A distribuição global da produção científica relacionada ao turismo sustentável (Figura 7) está mais fortemente concentrada nos Estados Unidos, na China e nos diversos países europeus.

Figura 7. Produção científica por país



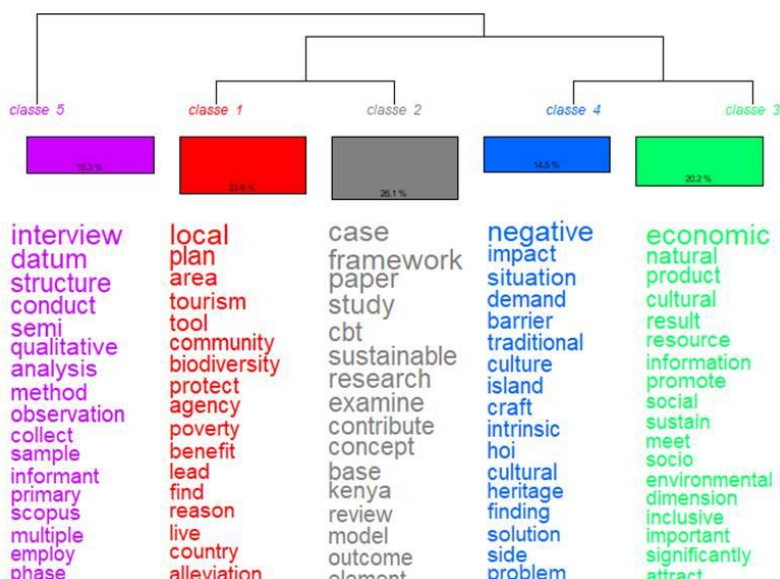
Fonte: Autoria própria (2026)

Entretanto, também evidencia a presença de polos relevantes de produção científica fora do eixo tradicional dos países desenvolvidos. Na África, destaca-se especialmente a África do Sul, enquanto, na América Latina, o Brasil apresenta volume expressivo de publicações, indicando a existência de núcleos consolidados de pesquisa nessas regiões.

Apesar desses destaques pontuais, a distribuição da produção científica permanece desigual, com muitos países africanos e latino-americanos apresentando baixa representatividade. Esse padrão sugere que, embora existam centros regionais de excelência, ainda há um potencial significativo para a ampliação da pesquisa acadêmica sobre turismo sustentável em diversas áreas do Sul Global, particularmente em regiões com intensa atividade turística, mas menor inserção na produção científica internacional (Aria; Cuccurullo, 2017).

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD), identificou cinco categorias principais, definidas com base na análise, que representam os elementos centrais dos estudos sobre a temática.

Figura 8. Dendrograma do corpus textual analisado



Fonte: Autoria própria (2025)

A organização do conhecimento sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC) revela um mosaico de vozes e desafios, capturados pela análise lexical (CHD). Em linhas gerais, a ciência tem se debruçado sobre três grandes preocupações: o como pesquisar (metodologias), o como organizar (governança) e o que muda na vida das pessoas (impactos). Ao olhar para os métodos,

percebe-se uma preferência por abordagens que priorizam a escuta, como entrevistas e estudos de caso, buscando dar voz à percepção de quem realmente vive o território.

Nos eixos dedicados ao planejamento e à gestão, a literatura deixa claro que o TBC não é um projeto que se faz “para” a comunidade, mas “com” ela. A participação ativa e a construção de modelos onde as decisões são compartilhadas surgem como o coração da sustentabilidade. Esses achados dão força aos argumentos de Giampiccoli e Saayman (2018) e Coriolano (2009): o turismo só se torna um motor de desenvolvimento sustentável quando o protagonismo e a autonomia local deixam de ser conceitos e passam a ser prática.

No entanto, os dados também revelam as sombras desse processo. Por trás do potencial transformador, residem barreiras estruturais que não podem ser ignoradas. A literatura denuncia que o sonho da sustentabilidade muitas vezes esbarra na divisão desigual dos ganhos, na falta de ferramentas técnicas de gestão e no desequilíbrio de forças entre os moradores e os agentes externos.

Essas evidências dialogam diretamente com o coração desta pesquisa: elas nos lembram que a beleza natural ou a riqueza cultural de um lugar não bastam por si só. Como provocam Blackstock (2005) e Giampiccoli e Saayman (2018), a eficácia do TBC depende da coragem de enfrentar desigualdades históricas e de garantir que a comunidade tenha, de fato, a caneta na mão para desenhar o seu próprio futuro.

Tabela 2. Tabela de dados obtidos da pesquisa

Cluster	Questões Futuras	Proposta metodológica
Planejamento e desenvolvimento do TBC	Quais são os mecanismos pelos quais a participação comunitária pode influenciar simultaneamente a coesão social, a mitigação de desigualdades, a conservação ambiental e a sustentabilidade dos meios de subsistência em comunidades tradicionais?	Métodos mistos, estudos de casos, entrevistas semiestruturadas, pesquisas longitudinais, avaliação de impacto ambiental e social.
Estudos de caso e Governança do Turismo Sustentável	Como as estruturas de poder e as desigualdades estruturais influenciam o papel dos facilitadores, os processos educativos e os modelos de gestão no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária?	Estudos de casos comparativos, análise de networking social (SNA), entrevistas, grupo focais, análise documental.
Impactos Econômicos e Sustentabilidade Ambiental	Quais estratégias de marketing sustentável e capacitação comunitária podem contribuir para consolidar a sustentabilidade econômica do Turismo de Base Comunitária, sem	Entrevistas semiestruturadas, análise de dados secundários, observação participativa, questionários.

	comprometer a preservação ambiental e cultural das comunidades tradicionais?	
Desafios e Limitações do TBC	Quais são os impactos da digitalização e da transparência na circulação de saberes tradicionais sobre a preservação cultural e o engajamento comunitário em projetos de Turismo de Base Comunitária?	Estudos de caso longitudinais, entrevistas, observação, análise de conteúdo.
Metodologia e Coleta de Dados Qualitativos	De que maneira programas de capacitação e parcerias entre universidades e comunidades podem promover maior engajamento de stakeholders e apoiar a criação de indicadores de sustentabilidade no Turismo de Base Comunitária?	Estudo de caso, entrevistas, questionários com escala Likert, grupo focais.

3.4 DISCUSSÃO

A análise do dendrograma, pelo seu critério de hierarquização, evidenciou cinco clusters que possuem forte inter-relação entre si, e revelou uma série de fatores que merecem atenção da comunidade científica, gestores de políticas públicas de turismo de base comunitária e a própria comunidade, que deve estar atenta à busca por soluções organizadas para seus problemas, a saber:

A análise das porcentagens de palavras em cada classe revela como os temas principais estão organizados no texto. Observamos que a Classe 2 tem a maior representatividade, com 26,1% das palavras, indicando que esse tema específico é central e aparece com frequência ao longo do corpus. A Classe 1 vem em seguida com 23,6%, enfatizando ainda mais a ampla discussão de seus conteúdos. As Classes 3, 4 e 5 têm representações menores (20,2%, 14,5% e 15,3%), mas são importantes por refletirem discussões de áreas específicas. As diferenças percentuais mostram que alguns tópicos são muito detalhados e repetitivos dentro do texto mais de uma visão complementar do que como parte integrante do tópico ou em comparação a outros.

Essas variações auxiliam na estruturação do texto, em que as classes de maior porcentagem articulam temas centrais e recorrentes, e as menores destacam aspectos específicos ou complementares. Essa distribuição nos permite concentrar a análise em temas dominantes sem perder de vista pontos mais sensíveis que são mais específicos e que, portanto, servem para enriquecer o entendimento geral.

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD), apresentada no dendrograma, definiu cinco classes com representatividade adequada para uma análise consistente. Essas cinco

classes de palavras surgem da relação lexical estabelecida pelo sistema entre os segmentos de texto que compõem o corpus analisado. Essa organização permite entender como diferentes temas se agrupam e se relacionam dentro do material textual, proporcionando uma visão detalhada dos principais tópicos abordados.

3.4.1 Metodologias de pesquisa em TBC – Cluster 5

Evidencia o predomínio de abordagens qualitativas, especialmente entrevistas semiestruturadas e estudos de campo, reforçando o caráter participativo e contextual do TBC. A forte presença de abordagens qualitativas na Classe 5 – mostrada por termos como *interview*, *structure* e *conduct* – revela que a ciência sobre o TBC reconhece a necessidade de ir além da superfície. Como as iniciativas comunitárias são tecidas por fios complexos de relações de poder, heranças culturais e percepções subjetivas, o uso de métodos qualitativos torna-se quase obrigatório. Nesse cenário, a entrevista semiestruturada surge como uma ponte fundamental, permitindo que o pesquisador capte a riqueza das experiências e as expectativas reais de quem protagoniza o turismo (Giampiccoli; Saayman, 2018).

Essa escolha metodológica reflete o que Creswell e Poth (2018) defendem que, para entender fenômenos sociais profundos, é preciso mergulhar no contexto natural das pessoas. Ao priorizar a fala e o encontro, o pesquisador não apenas coleta dados, mas explora os significados e as interpretações que a própria comunidade atribui à sua realidade. Assim, a predominância desse modelo de investigação reforça que o TBC é, antes de tudo, um processo humano e participativo, onde a verdade científica é construída a partir da escuta atenta e do respeito às nuances que apenas o contato direto no campo pode revelar.

Pesquisar o turismo comunitário exige métodos que saibam se moldar às realidades locais. A literatura destaca que a entrevista semiestruturada funciona como uma lente sensível, capaz de captar os significados que os moradores atribuem ao turismo em seu território (Burgos; Mertens, 2017). De acordo com Denzin e Lincoln (2018), o papel da pesquisa qualitativa é interpretar o mundo através dos olhos de quem o habita. Assim, o rigor metodológico vai além da técnica: ele exige que o pesquisador mergulhe no contexto sociocultural com respeito e empatia, garantindo que o conhecimento gerado seja um reflexo fiel das múltiplas vozes da comunidade (Juma; Khademi-Vidra, 2019).

Entretanto, a literatura faz um alerta necessário: compreender a alma da comunidade por meio da pesquisa qualitativa é apenas o primeiro passo. O grande desafio, como apontam Schott e Nhem (2018), surge quando a teoria encontra a prática da gestão. Muitas vezes as comunidades são convidadas a protagonizar o turismo, mas sem que lhes sejam oferecidas as ferramentas técnicas para a tomada de decisão. Autores como Alieva e Usmonova (2021), Álvarez-García *et al.* (2018) e Lo e Alejandro (2022) reforçam que a falta de formação específica e de suporte técnico atua como um teto de vidro, dificultando que o potencial do TBC se transforme em uma sustentabilidade econômica real e duradoura.

A literatura revela um paradoxo sensível: por mais que a gestão interna e o espírito empreendedor sejam cultivados, as iniciativas de TBC muitas vezes permanecem invisíveis por falta de ferramentas de comunicação. Como alertam Janjua *et al.* (2021), focar apenas no “dentro” – na organização das pessoas e recursos – sem desenvolver habilidades de marketing e branding, acaba por enclausurar projetos valiosos em um alcance limitado. A análise deste cluster expõe uma lacuna incômoda: enquanto a ciência se dedica com louvor a ouvir e entender a alma das comunidades, ainda falta oferecer o suporte técnico necessário para que elas saibam como contar suas histórias ao mercado de forma competitiva e sustentável.

A adoção de métodos qualitativos robustos tem sido o alicerce para que as necessidades das comunidades deixem de ser invisíveis. Para Lwoga (2018), essa compreensão é a semente de um turismo mais inclusivo, que respeita a identidade de cada lugar. Contudo, embora abordagens como o estudo de caso permitam mergulhar nas profundezas desses fenômenos sociais (Yin, 2016), a literatura nos confronta com uma lacuna crítica: a distância entre o dado coletado e a ação tomada. Para Schott e Nhem (2018), o TBC só amadurece quando a produção científica se articula com o fortalecimento das pessoas. Trata-se de construir uma governança que não apenas entenda o problema, mas que tenha o fôlego necessário para transformar diagnósticos em ações concretas de justiça social e preservação.

3.4.2 Planejamento e desenvolvimento do turismo de base comunitária – Cluster 1

Os estudos deste cluster abordam o planejamento territorial, a gestão participativa e a organização comunitária como elementos centrais para a implementação do TBC. A literatura indica que a ausência de planejamento integrado compromete a sustentabilidade das iniciativas comunitárias.

Os resultados evidenciam que, no TBC, o planejamento deixa de ser um documento estático para se tornar um processo vivo de participação social. A ênfase em termos como *area* e *tourist tool* aponta para a necessidade de instrumentos que facilitem a gestão direta pelos moradores. Segundo Giampiccoli e Saayman (2018), quando a comunidade assume o protagonismo, ela assegura que o turismo sirva ao território, e não o contrário. Essa abordagem dialoga com a proposta de Coriolano (2009), que vê no turismo comunitário uma oportunidade de desenvolvimento sustentável territorial onde a cultura e os laços sociais são os ativos mais valiosos, protegidos por uma governança que nasce da própria base.

O planejamento participativo, mais do que uma técnica de gestão, surge na literatura como um mecanismo de salvaguarda. Como adverte Blackstock (2005), quando as decisões estratégicas são tomadas de cima para baixo, o turismo corre o risco de silenciar as vozes locais e aprofundar desigualdades já existentes. Em territórios onde a natureza e a cultura pulsam com intensidade, o desafio é ainda maior: é preciso encontrar o ponto de equilíbrio entre o convite ao visitante e o zelo pelo sagrado (Chatkaewnapanon; Lee, 2022). Sob esse olhar, gerir o fluxo de pessoas e o teor das experiências não é apenas uma tarefa logística, mas, como defende Salazar (2012), um ato de preservação da autenticidade, garantindo que o turismo não consuma o próprio destino que o sustenta.

Os desafios apontados pelos estudos indicam que o sucesso do TBC não depende apenas de belas paisagens, mas da justiça nas relações humanas. A fragilidade das estruturas de governança e a desigualdade na partilha dos frutos do turismo são apontadas como obstáculos recorrentes que minam a confiança no modelo. Segundo Ellis e Sheridan (2015) e Lenao (2015), quando a capacitação é negada e os conflitos internos não são mediados, a iniciativa turística perde seu caráter de rede. A análise reforça que o TBC só se sustenta quando é possível romper as assimetrias de poder que, como bem observam Lindstrom e Larson (2016), ainda restringem o papel dos moradores ao de meros espectadores de sua própria história.

A literatura reafirma que o TBC pode ser o elo necessário entre o sustento das famílias e a preservação do meio ambiente. Segundo Maldonado (2009), ao valorizar o saber local, o turismo fortalece a comunidade frente às pressões externas. Diferente de outros modelos de turismo sustentável, o TBC exige que os moradores ocupem a linha de frente da gestão territorial (Irving, 2009; Coriolano, 2009). Os resultados reforçam que o 'sucesso' aqui não é medido apenas pelo fluxo de visitantes, mas pela solidez dos arranjos comunitários. Sem uma governança que

priorize a cooperação e a participação, o turismo é apenas uma atividade; com elas, ele se torna uma ferramenta de emancipação social e conservação ambiental a longo prazo.

3.4.3 Estudos de caso e modelos conceituais – Cluster 2

Os manuscritos analisados referente a esse grupo reunia pesquisas baseadas em estudos de caso que analisam experiências concretas em diferentes contextos geográficos. Destaca-se a proposição de frameworks analíticos e modelos de governança voltados à sistematização do TBC.

Os achados do Cluster 2, marcados por termos como case, framework e study, revelam que a ciência sobre o TBC é, essencialmente, uma ciência do ‘lugar’. A predominância de estudos de caso na literatura não é mera coincidência; ela reflete a necessidade de mergulhar na história única de cada território para entender como o turismo se manifesta na prática. Como bem argumenta Blackstock (2005), o estudo de caso é a lente mais sensível para captar as tramas sociais, culturais e as alianças locais que ditam o sucesso ou o fracasso de uma iniciativa. Pesquisar o TBC exige. Portanto, esse olhar atento ao detalhe, reconhecendo que as respostas para os desafios globais do turismo muitas vezes estão escondidas nas entrelinhas da vida cotidiana de cada comunidade.

Os resultados indicam que o TBC amadureceu como campo de estudo, buscando sair do plano das ideias para o plano das ferramentas práticas (frameworks). Essas estruturas conceituais são desenhadas para garantir que a gestão do turismo respeite o ritmo e a soberania das comunidades (Giampiccoli; Saayman, 2018). A presença marcante de termos como paper e study celebra esse avanço: o turismo comunitário hoje é um campo consolidado que investiga, com rigor e sensibilidade, desde a governança até a sobrevivência das tradições locais (Juma; Khademi-Vidra, 2019). Esse panorama sugere que a ciência tem sido uma aliada importante na tentativa de transformar o turismo em uma ferramenta real de justiça e conservação.

Os estudos analisados revelam que o TBC enfrenta desafios que vão muito além da gestão técnica; trata-se de desafios de convivência e soberania. A dificuldade em alinhar os diferentes interesses de stakeholders muitas vezes resulta na reprodução de injustiças, onde quem tem mais poder acabar ditando o ritmo da atividade (Okazaki, 2008). Soma-se a isso a vulnerabilidade das comunidades frente à expansão econômica desenfreada. Ruiz-Ballesteros (2011) descreve com clareza esse dilema ao dizer que o esforço para integrar-se ao turismo sem ser devorado

por ele. Essa encruzilhada entre as demandas externas e a preservação do modo de vida local é o que torna o desenvolvimento comunitário um processo tão delicado quanto necessário.

A busca por modelos de governança mais humanos revela que o sucesso do TBC reside na preparação cuidadosa do território. O horizonte apontado por Dangi e Jamal (2016) coloca a boa governança e a ética social como pilares para que o turismo seja, de fato, uma ferramenta de redução de desigualdades. A estrutura sugerida por Nair e Hamzah (2015) detalha esse percurso, mostrando que o protagonismo comunitário precisa ser cultivado antes de ser comercializado. É um ciclo que começa no reconhecimento dos saberes locais e amadurece na construção de alianças estratégicas. Assim, os achados deste cluster indicam que a sustentabilidade do turismo comunitário depende dessa articulação fina: um modelo que oriente a gestão sem silenciar a identidade de quem acolhe.

3.4.4 Desafios e limitações do Turismo de base comunitário – Cluster 4

Os estudos agrupados neste cluster analisam criticamente desigualdades de poder, limitações institucionais, conflitos entre atores e riscos de impactos socioculturais. A abordagem é analítica, evidenciando condicionantes para a viabilidade das iniciativas.

Os achados do Cluster 4, carregados de termos como *negative*, *impact* e *barrier*, revelam que a literatura sobre o TBC amadureceu ao ponto de encarar suas próprias contradições. Pesquisar o turismo comunitário exige uma honestidade que vai além da celebração dos acertos; é preciso investigar, com coragem, as barreiras que surgem no caminho. Como apontam Burgos e Mertens (2017) e Juma e Khademi-Vidra (2019), o termo *impact* nos lembra que os efeitos do turismo na vida de uma comunidade não são universais. Eles dependem do 'chão' onde pisam: da força dos arranjos locais e da cultura de cada povo. Assim, o TBC deixa de ser visto como uma fórmula pronta e passa a ser compreendido como um processo vivo, cujos resultados são sempre um reflexo fiel das especificidades de cada território.

Ao destacar a palavra *situation*, a produção científica reconhece que o contexto é o verdadeiro soberano no desenvolvimento comunitário. Para Blackstock (2005), a capacidade institucional e a organização social são os alicerces que determinam se o turismo será um aliado ou um invasor. Os estudos rechaçam a ideia de um TBC homogêneo; o que funciona em uma ilha pode não servir para uma montanha, pois as comunidades têm 'ferramentas' e histórias diferentes. Essa diversidade ganha nova relevância diante da explosão da demanda por

experiências autênticas. No entanto, essa busca do turista pelo 'original' exige cautela. Conforme alertam Azwar *et al.* (2023), é preciso equilibrar o desejo de quem vem com a capacidade de quem fica garantindo que o turismo não desfigure a identidade que ele mesmo se propõe a visitar.

A análise das barreiras no TBC revela um conflito entre o desejo de desenvolvimento e o imperativo da conservação. Os estudos sugerem que o termo barrier abarca desde a ausência de infraestrutura básica até a complexa teia de poder entre os stakeholders (Chatkaewnapanon; Lee, 2022). É preciso entender, como fazem Li *et al.* (2021), que a resistência de algumas comunidades à atividade turística é, muitas vezes, um grito de preservação diante da expansão econômica. Essa barreira emocional e social é agravada quando não há suporte para a capacitação em gestão e marketing. Como concluem Pham Hong *et al.* (2021), sem o fortalecimento dessas competências, as comunidades permanecem à margem dos processos decisórios, tornando a gestão estratégica um horizonte distante e, por vezes, temido.

A superação dos desafios apontados anteriormente exige um olhar atento ao ciclo de valorização do território. A literatura sugere que, para que o turismo não seja apenas uma passagem, ele precisa criar raízes através do fortalecimento das capacidades locais (Li *et al.*, 2021). As estratégias propostas por Lapeyre (2010) funcionam como um roteiro para essa autonomia: garantir que o dinheiro do visitante fique nas mãos de quem acolhe, incentivar que o prato do turista seja abastecido pela agricultura local e oferecer formação técnica aos moradores. Essa tríade – retenção, multiplicação e capacitação – é o que permite alinhar a preservação ambiental com a dignidade econômica. Assim, os estudos deste cluster reforçam que, embora o caminho seja complexo, o fortalecimento do saber-fazer comunitário é a chave para uma sustentabilidade que nasce da base.

Diante das tensões entre mercado e tradição, a ciência aponta caminhos onde a comunidade deixa de ser coadjuvante para se tornar gestora de seu destino. Práticas de gestão compartilhada e o robustecimento das instituições locais surgem como os remédios necessários para as fragilidades apontadas por Sosa *et al.* (2021). A visão de Lapeyre (2010) é estratégica ao focar no 'efeito multiplicador', ou seja, o turismo só é sustentável quando cada real investido pelo viajante se traduz em benefícios diretos para a economia da vizinhança. Em última análise, a consolidação do TBC depende desse compromisso com a formação humana. Quando a comunidade domina as ferramentas de gestão e retém os frutos de seu trabalho, a governança deixa de ser um desafio teórico para se tornar uma realidade vivida e duradoura.

3.4.5 Impactos econômicos, ambientais e culturais – Cluster 3

Este cluster concentra estudos sobre os efeitos sobre geração de renda, conservação ambiental e valorização cultural. Os resultados indicam que os impactos positivos dependem do grau de participação comunitária e da estrutura de governança adotada.

O terceiro cluster evidencia que a produção científica busca entender como o TBC equilibra a geração de riqueza com a preservação do patrimônio. A presença do termo *economic* sugere que a grande promessa do turismo comunitário reside em sua capacidade de fortalecer as economias locais, oferecendo uma alternativa digna de renda em áreas muitas vezes negligenciadas pelo mercado convencional (Giampiccoli; Saayman, 2018). Entretanto, essa ‘prosperidade comunitária’ é sensível e variável. A análise de Burgos e Mertens (2017) reforça que o sucesso econômico está intrinsecamente ligado ao ‘como’ se organiza: iniciativas com governança frágil ou pouca inserção estratégica colhem frutos menores, evidenciando que a economia do TBC é, antes de tudo, uma construção social e política.

O termo *natural* reafirma que, no turismo comunitário, a biodiversidade não é um mero cenário, mas a própria essência da vida local. Como destacam Azwar *et al.* (2023), quando os atrativos de um destino são as suas paisagens e ecossistemas, o zelo ambiental deixa de ser uma opção técnica para se tornar o coração da sustentabilidade. A literatura sugere que o TBC tem o potencial único de transformar o morador em um guardião da natureza, onde o ecoturismo e a educação ambiental servem como ferramentas de valorização do que é vivo. Contudo, há uma linha tênue entre o convite e a invasão. Lee e Jan (2019) alertam que, sem o rigor do planejamento e o controle atento de quem chega, o turismo pode sufocar o próprio ecossistema que lhe dá sentido, transformando o potencial de conservação em uma pressão insustentável.

Ao lado das dimensões econômica e ambiental, o termo *cultural* consolida o tripé que sustenta o TBC, reafirmando que o patrimônio imaterial é o seu verdadeiro alicerce. Para Phuong *et al.* (2020), a força desse turismo mora no que é autêntico: nos saberes ancestrais, no sabor da gastronomia local e no ritmo das tradições que a comunidade escolhe compartilhar. O turismo, sob este olhar, deixa de ser apenas uma transação para se tornar um abraço à identidade local. No entanto, a literatura deixa um alerta ético: o risco de que a ‘alma’ do lugar seja simplificada para caber no desejo do mercado. Proteger a cultura dessa comercialização excessiva exige que

os gestores e a própria comunidade atuem como guardiões, garantindo que a tradição mude apenas no seu próprio tempo, e não conforme a conveniência do visitante.

A presença da palavra *result* indica que a ciência está atenta aos desdobramentos práticos das iniciativas, buscando entender o que realmente ‘fica’ para a comunidade. Os estudos convergem para uma premissa fundamental: os impactos positivos são proporcionais ao grau de envolvimento dos moradores no planejamento (Juma; Khademi-Vidra, 2019). Nesse contexto, a efetividade do turismo comunitário deixa de ser uma métrica técnica para se tornar uma métrica humana de equidade. Para Strydom *et al.* (2017), o sucesso de uma iniciativa depende de estratégias que não sacrifiquem o meio ambiente ou a cultura em nome do caixa, mas que integrem esses pilares de forma que cada membro da comunidade se sinta parte e beneficiário do processo.

A análise dos clusters evidencia que o TBC é amplamente reconhecido como estratégia de desenvolvimento sustentável fundamentada na participação comunitária, valorização cultural e conservação ambiental. Contudo, a literatura também revela desafios estruturais recorrentes, como ausência de padronização conceitual, assimetrias de poder e limitações de capacitação local (Blackstock, 2005; Burgos; Mertens, 2017; Juma; Khademi-Vidra, 2019). Tais elementos indicam que a efetividade do TBC depende de condições institucionais e sociais específicas.

Chok, Macbeth e Warren (2007) destacam que, na ausência de políticas redistributivas, o TBC pode reproduzir desigualdades preexistentes. Complementarmente, Ellis e Sheridan (2015) apontam que a coesão social e o envolvimento efetivo da comunidade nos processos decisórios são determinantes para a sustentabilidade de longo prazo.

3.4.6 Metodologias Predominantes

Os resultados evidenciam a predominância de abordagens qualitativas e métodos mistos, especialmente estudos de caso, entrevistas semiestruturadas, grupos focais e pesquisas de campo com comunidades locais (Dangi; Jamal, 2016; Govender; Giampiccoli, 2020). Essa escolha metodológica reflete a complexidade social, cultural e ambiental inerente ao TBC, que exige compreensão aprofundada das percepções, relações de poder e dinâmicas territoriais.

Observa-se, ainda, o uso crescente de metodologias complementares, como Análise de Redes Sociais (SNA), avaliações de impacto ambiental e social e pesquisas longitudinais. Essas abordagens ampliam a capacidade de captar transformações ao longo do tempo e mapear

interações entre stakeholders, permitindo avaliações mais integradas dos benefícios e desafios associados ao TBC.

A literatura sugere que a adoção de métodos integrados fortalece a produção de evidências científicas mais robustas, contribuindo para decisões orientadas por dados e para o aprimoramento das políticas públicas.

3.4.7 Lacunas e Agenda de Pesquisa

Com a análise, foi possível identificar a necessidade de ampliação de estudos longitudinais que investiguem os efeitos de longo prazo do TBC, especialmente no que se refere à sustentabilidade ambiental, à coesão social e à resiliência econômica. A integração de práticas regenerativas surge como campo promissor ainda pouco explorado, com potencial para restaurar ecossistemas e fortalecer comunidades além da lógica tradicional de sustentabilidade.

Outra agenda emergente refere-se à inclusão de mulheres e grupos marginalizados, cuja participação efetiva permanece limitada em diversos contextos. Recomenda-se abordagens como a Pesquisa-Ação Participativa para aprofundar a compreensão das barreiras à inclusão e desenvolver estratégias mais equitativas.

De forma sintetizada, as principais lacunas identificadas na literatura incluem:

- Ausência de indicadores adaptáveis às realidades locais;
- Escassez de estudos de longo prazo;
- Pouca investigação sobre integração tecnológica no TBC;
- Baixa atenção à inclusão de grupos marginalizados;
- Limitações nos estudos sobre modelos de financiamento sustentável; e,
- Insuficiente abordagem de práticas regenerativas.

Essas lacunas indicam oportunidades relevantes para pesquisas futuras, especialmente em contextos costeiros e comunidades tradicionais, como as da Baía de Paranaguá.

3.4.8 Implicações para Políticas Públicas e Gestão

As implicações do TBC abrangem dimensões econômicas, socioculturais, ambientais e institucionais. A literatura indica que políticas públicas voltadas ao TBC devem priorizar governança participativa, capacitação local e mecanismos de monitoramento contínuo (Tasci; Croes; Villanueva, 2014; Chok; Macbeth; Warren, 2007; Govender; Giampiccoli, 2020).

Os estudos agrupados no cluster de Planejamento e Desenvolvimento reforçam que a sustentabilidade das iniciativas depende de estruturas de governança participativa. E o envolvimento direto dos moradores no planejamento e na gestão turística contribui para o fortalecimento do capital social e para a legitimação das ações implementadas (Ellis; Sheridan, 2015).

Entretanto, a literatura aponta que a ausência de coordenação institucional, a dependência excessiva de agentes externos e a fragilidade das políticas públicas podem comprometer a autonomia comunitária. Nesse sentido, abordagens que combinam planejamento territorial, capacitação local e articulação interinstitucional mostram-se mais eficazes para mitigar desigualdades estruturais e promover o desenvolvimento sustentável.

A colaboração entre universidades, governos e comunidades surge como fator estratégico para o fortalecimento do TBC. Parcerias institucionais contribuem para capacitação em monitoramento e avaliação, além de fomentar processos de aprendizagem coletiva (Kurniawan *et al.*, 2022). Contudo, a incorporação de tecnologias deve ser contextualizada, evitando processos de exclusão digital ou descaracterização cultural, respeitando as especificidades socioterritoriais de cada comunidade.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta revisão sistemática, fica evidente que o Turismo de Base Comunitária é um campo de investigação tão complexo quanto os territórios onde ele floresce. A organização dos achados em cinco clusters temáticos permitiu sistematizar não apenas o ‘quê’, mas o ‘como’ o TBC tem sido implementado e debatido globalmente. Esta análise deixa claro que as barreiras econômicas e os impactos ambientais só podem ser compreendidos dentro de uma perspectiva contextualizada e humana. Mais do que resultados estatísticos do software IRaMuTeQ, os padrões identificados fornecem as chaves interpretativas necessárias para que possamos, nos, analisar as iniciativas locais sob a lente da justiça social e do protagonismo comunitário.

As evidências sintetizadas no Cluster 1 reafirmam que o Turismo de Base Comunitária não se sustenta apenas sobre atrativos naturais, mas sobre o alicerce sólido da participação. O planejamento territorial e a governança participativa deixam de ser meros conceitos técnicos para se revelarem como condições de existência do TBC. A literatura é contundente: quando o planejamento é excludente ou fragmentado, o turismo corre o risco de se tornar uma força de

erosão social, aprofundando desigualdades e silenciando as vozes locais. Portanto, o sucesso de uma iniciativa mede-se pela robustez de suas estruturas colaborativas, garantindo que o protagonismo comunitário seja o guardião que mantém os frutos do turismo enraizados em seu próprio chão.

As lições do segundo cluster evidenciam que o conhecimento sobre o TBC é construído a partir das particularidades de cada caso. Essa abordagem empírica destaca que a compreensão das relações sociais e institucionais só é plena quando mergulhamos nos contextos territoriais específicos. Mais do que descrever situações, a literatura aponta para o desafio de criar estruturas teóricas que orientem a gestão sem apagar a essência local. Ao sistematizar essas experiências, o campo acadêmico nos oferece os instrumentos necessários para alinhar o desejo de conservação com a necessidade de renda, abrindo caminho para uma discussão profunda sobre os impactos e os resultados que essas escolhas produzem nos territórios.

Os achados do terceiro cluster sintetizam o TBC como uma promessa de desenvolvimento integral, onde o econômico, o ambiental e o cultural são fios da mesma trama. Embora a geração de renda e a valorização das identidades sejam resultados promissores, a ciência nos obriga a encarar as assimetrias: o sucesso financeiro só é legítimo quando compartilhado e quando não asfixia as tradições locais. Aqui, a conservação ambiental emerge não como um custo, mas como o ativo mais precioso das comunidades. Proteger a natureza é, em última análise, proteger o futuro da própria atividade turística. Essa percepção de que os benefícios nem sempre fluem livremente prepara o olhar para os desafios estruturais e os impactos negativos que a literatura frequentemente identifica como obstáculos à autonomia.

A análise das limitações e desafios no Cluster 4 desmistifica a ideia de que o TBC é um caminho isento de conflitos. A ciência demonstra que a desigualdade de poder e as carências de infraestrutura são barreiras reais que fragilizam a autonomia das comunidades. Onde falta monitoramento, o crescimento da atividade turística pode gerar impactos silenciosos e profundos nos ecossistemas e nos modos de vida tradicionais. Consolidar o turismo comunitário exige, portanto, encarar essas vulnerabilidades de frente, buscando um alinhamento entre o que o mercado demanda e o que o território suporta. Esse diagnóstico crítico é o que fundamenta a importância das estratégias de gestão participativa que encerram nossa análise teórica.

O quinto cluster consolida o entendimento de que estudar o TBC exige um rigor sensível, capaz de captar as experiências e as memórias das comunidades anfitriãs. A preferência por

análises participativas e estudos de campo reflete um compromisso ético: o de reconhecer que as dinâmicas socioculturais são complexas demais para métodos puramente frios. A literatura aponta que a verdadeira compreensão dos impactos do turismo surge do diálogo, onde métodos mistos permitem cruzar a realidade dos números com a verdade das vivências locais. Esse arco metodológico é o que garante a legitimidade científica das análises que fizemos até aqui, preparando o caminho para as conclusões finais sobre como fortalecer as iniciativas comunitárias frente aos desafios globais.

Ao mapearmos o conhecimento acumulado, as lacunas identificadas funcionam como um diagnóstico das urgências do TBC. Ficou evidente que a ciência ainda carece de métricas próprias que capturem a essência da sustentabilidade local, assim como de pesquisas que acompanhem o ciclo de vida das iniciativas por décadas, e não apenas por temporadas. A escassez de debates sobre inclusão social radical e o uso de ferramentas digitais sugere que o TBC ainda enfrenta barreiras para se conectar plenamente com as dinâmicas do presente. No entanto, é no aprofundamento sobre o financiamento sustentável e as práticas regenerativas que reside a chave para superar a vulnerabilidade. Essas lacunas são o convite para que a gestão participativa, discutida nos clusters anteriores, evolua para uma governança de impacto profundo e duradouro.

As implicações organizacionais do TBC revelam que a sustentabilidade não é um ato isolado, mas o resultado de uma trama de afetos e competências. A literatura é enfática: o fortalecimento das associações locais e a tecitura de redes de cooperação que unam o saber da comunidade ao rigor da universidade e ao suporte das instituições públicas são o que permitem ao TBC ganhar escala e voz. Sem essas redes de apoio, as comunidades permanecem ilhadas, com sua capacidade de acessar recursos e dialogar com o mercado severamente limitada. Assim, consolidar o turismo comunitário exige, acima de tudo, investir no 'nós', transformando a capacitação técnica em um instrumento de liberdade para que o território aprenda a contar sua própria história e a gerir seu próprio valor.

No campo ambiental, esta revisão reafirma que a natureza não é um cenário para o TBC, mas a sua própria alma. O potencial de conservação dessa modalidade só se manifesta plenamente quando o morador se sente o guardião de sua casa, amparado por uma gestão participativa que educa e protege. Contudo, em territórios de beleza frágil e sensível, o entusiasmo do encontro não pode atropelar o ritmo da vida. Definir limites de carga e monitorar

os impactos são atos de cuidado essenciais para que o turismo não exaure o ecossistema que lhe dá sentido. Assim, o sucesso do TBC reside nesta costura invisível: um planejamento onde a economia serve à conservação e o território permanece vibrante para as próximas gerações.

Em última análise, os achados desta revisão sistemática desenham o TBC não apenas como uma modalidade turística, mas como um projeto de soberania para territórios que respiram cultura e biodiversidade. A ciência nos confirma: o potencial de transformação é vasto, mas sua alma reside na qualidade dos vínculos. A efetividade de cada iniciativa está ancorada na delicada costura entre a voz da comunidade, a solidez da governança e o rigor do planejamento estratégico. Consolidar o turismo de base comunitária exige, portanto, um pacto entre o saber local e o apoio público, alimentado por um conhecimento científico que não se isola, mas que serve como bússola para o desenvolvimento sustentável territorial. Com este mapa conceitual em mãos, torna-se possível avançar para o próximo passo: confrontar estas teorias com o pulsar da realidade local.

Em síntese, os caminhos percorridos nesta revisão sistemática oferecem muito mais do que um inventário acadêmico; eles fornecem as lentes necessárias para enxergarmos, com clareza e sensibilidade, os desafios e as belezas do turismo comunitário. Estes achados não encerram o debate, mas o preparam para o encontro com o real. A partir de agora, as evidências colhidas na literatura internacional servirão de bússola para as análises que se seguem, permitindo-nos confrontar a teoria com o pulsar cotidiano das comunidades costeiras e insulares. É nesse diálogo entre o saber global e a vivência local que buscaremos compreender as potências e os gargalos de quem faz do mar e da terra o seu sustento e a sua resistência.

3.6 REFERÊNCIAS

ABREU, L. A. D.; WALKOWSKI, M. D. C.; PERINOTTO, A. R. C.; FONSECA, J. F. D. Community-Based Tourism and Best Practices with the Sustainable Development Goals. **Administrative Sciences**, v. 14, n. 2, 2024, p. 1-15.

AIDA, N.; SUMAN, A.; SAKTI, R. K.; SUSILO. Economic and non-economic implications of Community Based Tourism (CBT) supply chain at around Teluk Kiluan Beach Tanggamus Regency Lampung Province of Indonesia. **International Journal of Supply Chain Management**, v. 8, n. 4, 2019, p. 191-198.

ALIEVA, D.; USMONOVA, G. Sustainability perceptions of community-based tourism by stakeholders in Central Asia. **GeoJournal of Tourism and Geosites**, v. 31, n. 3, 2020, p. 979-986.

ÁLVAREZ-GARCÍA, J.; DURÁN-SÁNCHEZ, A.; DEL RÍO-RAMA, M. C. Scientific coverage in community-based tourism: Sustainable tourism and strategy for social development. **Sustainability**, v. 10, n. 4, 2018, p. 1158.

ANACLETO, Adilson; FREITAS, Pollyana Machado. Recursos ambientais em comunidades tradicionais no Município de Guaraqueçaba: uma revisão sistemática. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 14, n. 28, 2025, p. 81-95.

BLACKSTOCK, K. A critical look at community-based tourism. **Community Development Journal**, v. 40, n. 1, 2005, p. 39-49.

BURGOS, A.; MERTENS, F. Participatory management of community-based tourism: A network perspective. **Community Development**, v. 48, n. 4, 2017, p. 546-565.

CHADHA, H.; ONKAR, P. An exploration of community-based tourism within the context of tourism planning and development. **e-Review of Tourism Research**, v. 17, n. 4, 2020, p. 1-17.

CHIN, W. L.; THAM, A.; NOORASHID, N. Distribution of (In)Equality and Empowerment of Community-Based Tourism: The Case Study of Brunei Darussalam. **International Journal of Hospitality & Tourism Administration**, v. 25, n. 5, 2024, p. 843-874.

CHOK, S.; MACBETH, J.; WARREN, C. Tourism as a tool for poverty alleviation: A critical analysis of 'pro-poor tourism' and implications for sustainability. **Current Issues in Tourism**, v. 10, n. 2-3, 2007, p. 144-165.

DANGI, T. B.; JAMAL, T. An integrated approach to “sustainable community-based tourism”. **Sustainability**, v. 8, n. 5, 2016, p. 475.

DANGI, T. B.; PETRICK, J. F. Augmenting the role of tourism governance in addressing destination justice, ethics, and equity for **sustainable community-based tourism**. *Tourism and Hospitality*, v. 2, n. 1, 2021, p. 1-14.

DANGI, T. B.; PETRICK, J. F. Enhancing the role of tourism governance to improve collaborative participation, responsiveness, representation, and inclusion for sustainable community-based tourism: A case study. **International Journal of Tourism Cities**, v. 7, n. 3, 2021, p. 1-17.

DARVISHMOTEEVALI, M.; RASOOLIMANESH, S. M.; DORBEIKI, M. Community-based model of tourism development in a biosphere reserve context. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 29, n. 9, 2021, p. 1-20.

DITTA-APICHAI, M.; KATTIYAPORNPONG, U.; GRETZEL, U. Platform-mediated tourism micro-entrepreneurship: Implications for community-based tourism in Thailand. **Journal of Hospitality and Tourism Technology**, v. 11, n. 1, 2020, p. 135-150.

DODDS, R.; ALI, A.; GALASKI, K. Mobilizing knowledge: Determining key elements for success and pitfalls in developing community-based tourism. **Current Issues in Tourism**, v. 21, n. 13, 2018, p. 1547-1568.

ELLIS, S.; SHERIDAN, L. The role of resident perceptions in achieving effective community-based tourism for least developed countries. **Anatolia**, v. 26, n. 2, 2015, p. 244-257.

ELLIS, S.; SHERIDAN, L.; GUPTA, S. K. Asset-based community development in mountain environs: A strategic application for sustainable community-based tourism development in the Jaunsar-Bawar region of Uttarakhand, India. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, v. 6, n. 3, 2017, p. 1-14.

ERNAWATI, N. M.; SANDERS, D.; DOWLING, R. Host–guest orientations of community-based tourism products: A case study in Bali, Indonesia. **International Journal of Tourism Research**, v. 19, n. 3, 2017, p. 367-382.

EOM, T.; HAN, H. Community-based tourism (TourDure) experience program: A theoretical approach. **Journal of Travel & Tourism Marketing**, v. 36, n. 8, 2019, p. 956-968.

FREITAG, A. M.; CAMARGO-BORGES, C. The Digital Bow: Exploring the Potential of Digital Presence for Indigenous Community-Based Tourism in Brazil. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 29, n. 11, 2021, p. 1-20.

GARCÍA ESPINOZA, L. C.; MENDOZA TARABÓ, A. E.; SOARES, J. R. R. Community-based tourism and local development on the Spondylus route (Ecuador): A possible combination to face poverty. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 15, n. 1, 2017, p. 199-213.

GARZÓN, D.; TOLOZA, A. Co-evaluation of viability conditions in community-based tourism initiatives in Colombia. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 19, n. 1, 2021, p. 1-15.

GIAMPICCOLI, A.; MTAPURI, O.; DŁUŻEWSKA, A. Investigating the intersection between sustainable tourism and community-based tourism. **Tourism**, v. 68, n. 4, 2020, p. 415-433.

GIDEBO, H. B. Linking livelihood and biodiversity conservation in protected areas: Community-based tourism development perspective from developing country. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 29, n. 12, 2021, p. 1-20.

GOVENDER, I. G.; GIAMPICCOLI, A. Towards university involvement in community-based tourism monitoring and evaluation education. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, v. 9, n. 1, 2020, p. 1-14.

HAMZAH, A.; MOHAMAD, N. H. Critical success factors of community-based ecotourism: Case study of Miso Walai Homestay, Kinabatangan, Sabah. **The Malaysian Forester**, v. 73, n. 1, 2010, p. 29-42.

HARIYADI, B. R.; ROKHMAN, A.; ROSYADI, S.; YAMIN, M.; RUNTIKO, A. G. The Role of Community-Based Tourism in Sustainable Tourism Village in Indonesia. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 18, n. 7, e05466, 2024.

HE, J.; HUANG, Z.; MISHRA, A. R.; ALRASHEEDI, M. Developing a new framework for conceptualizing the emerging sustainable community-based tourism using an extended interval-valued Pythagorean fuzzy SWARA-MULTIMOORA. **Sustainability**, v. 13, n. 20, 2021, p. 1-20.

HIEN, D. T.; THANH, T. D. Conflicts between residents and other stakeholders at community-based tourism destinations: A case study of Pu Luong Natural Reserve, Vietnam. **Tourism Management Perspectives**, v. 37, 2021, p. 100774.

HOLLADAY, P. J.; POWELL, R. B. Resident perceptions of social-ecological resilience and the sustainability of community-based tourism development in the Commonwealth of Dominica. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 21, n. 8, 2013, p. 1188-1211.

HUTAGALUNG, H.; PURWANA, D.; SUHUD, U.; MUKMININ, A.; HAMIDAH, H.; RAHAYU, N. Community self-reliance of rural tourism in Indonesia: An interpretative phenomenological analysis. **Journal of Environmental Management & Tourism**, v. 12, n. 3, 2021, p. 1-10.

IMBAYA, B. O.; NTHIGA, R. W.; SITATI, N. W.; LENAIYASA, P. Capacity building for inclusive growth in community-based tourism initiatives in Kenya. **Tourism and Hospitality Research**, v. 19, n. 4, 2019, p. 402-413.

JANJUA, Z. U. A.; KRISHNAPILLAI, G.; RAHMAN, M. A systematic literature review of rural homestays and sustainability in tourism. **Sustainability**, v. 13, n. 17, 2021, p. 1-22.

JUMA, L. O.; KHADEMI-VIDRA, A. Community-based tourism and sustainable development of rural regions in Kenya; Perceptions of the citizenry. **Sustainability**, v. 11, n. 17, 2019, p. 4733.

KIBICHO, W. Community-based tourism: A factor-cluster segmentation approach. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 16, n. 2, 2008, p. 211-231.

KURNIAWAN, E.; ASTUTI, T. M. P.; SYIFAUDDIN, M. Community participation in creating sustainable community-based tourism. **Journal of Environmental Management & Tourism**, v. 12, n. 3, 2021, p. 1-10.

LAPEYRE, R. Community-based tourism as a sustainable solution to maximise impacts locally? The Tsiseb conservancy case, Namibia. **Development Southern Africa**, v. 27, n. 5, 2010, p. 757-772.

LEE, T. H.; JAN, F.-H. Can community-based tourism contribute to sustainable development? Evidence from residents' perceptions of the sustainability. **Tourism Management**, v. 70, 2019, p. 368-380.

LENAO, M. Challenges facing community-based cultural tourism development at Lekhubu Island, Botswana: A comparative analysis. **Current Issues in Tourism**, v. 18, n. 6, 2015, p. 579-594.

LINDSTRÖM, K. N.; LARSON, M. Community-based tourism in practice: Evidence from three coastal communities in Bohuslän, Sweden. *Bulletin of Geography. Socio-economic Series*, n. 33, 2016, p. 71-78.

LO, F. B. O.; ALEJANDRO, A. F. Developing sustainability performance indicators for community-based tourism in Caramoan, Camarines Sur and Jovellar, Albay, Philippines. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 29, n. 5, 2021, p. 1-20.

LO, Y.-C.; JANTA, P. Resident's perspective on developing community-based tourism: A qualitative study of Muen Ngoen Kong community, Chiang Mai, Thailand. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, v. 45, 2020, p. 471-479.

LWOG, N. B. International demand and motives for African community-based tourism. **Journal of Ecotourism**, v. 16, n. 1, 2017, p. 85-98.

MAYAKA, M. A.; LACEY, G.; ROGERSON, C. M. Empowerment process in community-based tourism: Friend relationship perspective. **Development Southern Africa**, v. 37, n. 5, 2020, p. 791-808.

NGILANGWA, B.; MENEY, R.; MSAFIRI, C. Exploration of a future scene for community-based tourism in the southern part of Serengeti ecosystem: A case study of Mwiba Wildlife Ranch, Meatu, Tanzania. **Journal of Tourism and Hospitality Management**, v. 5, n. 2, 2017, p. 1-13.

NGUYEN, D. T. N.; D'HAUTESERRE, A.-M.; SERRAO-NEUMANN, S. Intrinsic barriers to and opportunities for community empowerment in community-based tourism development in Thai Nguyen province, Vietnam. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 30, n. 4, 2022, p. 723-741.

NOMNIAN, S.; TRUPP, A.; NIYOMTHONG, W.; TANGCHAROENSATHAPORN, P.; CHAROENKONGKA, A. Language and community-based tourism: Use, needs, dependency, and limitations. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 28, n. 11, 2020, p. 1803-1821.

NOVELLI, M.; KLATTE, N.; DOLEZAL, C. The ASEAN Community-based Tourism Standards: Looking beyond certification. **Tourism Planning & Development**, v. 14, n. 2, 2017, p. 260-281.

NUNTHASIRIPHON, S. Application of sustainable tourism development to assess community-based tourism performance. **Kasetsart Journal of Social Sciences**, v. 36, n. 1, 2015, p. 121-128.

OKAZAKI, E. A community-based tourism model: Its conception and use. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 16, n. 5, 2008, p. 511-529.

PASANCHAY, K.; SCHOTT, C. Community-based tourism homestays' capacity to advance the Sustainable Development Goals: A holistic sustainable livelihood perspective. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 29, n. 4, 2021, p. 623-642.

PHAM HONG, L.; NGO, H. T.; PHAM, L. T. Community-based tourism: Opportunities and challenges—a case study in Thanh Ha pottery village, Hoi An city, Vietnam. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 29, n. 5, 2021, p. 1-20.

POLNYOTEE, M.; THADANITI, S. Community-based tourism: A strategy for sustainable tourism development of Patong Beach, Phuket Island, Thailand. **Asian Social Science**, v. 11, n. 27, 2015, p. 90-98.

PRIATMO KO, S.; KABIL, M.; PURWOKO, Y.; DÁVID, L. D. Rethinking sustainable community-based tourism: A villager's point of view and case study in Pampang Village, Indonesia. **Sustainability**, v. 12, n. 6, 2020, p. 1-15.

RUIZ-BALLESTEROS, E. Keys for approaching community-based tourism. PASOS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 6, n. 2, 2008, p. 225-231.

RUIZ-BALLESTEROS, E. Social-ecological resilience and community-based tourism: An approach from Agua Blanca, Ecuador. **Tourism Management**, v. 32, n. 3, 2011, p. 655-666.

RUIZ-BALLESTEROS, E.; DEL CAMPO TEJEDOR, A. Community-based tourism as a factor in socio-ecological resilience: Economic diversification and community participation in Floreana (Galapagos). **Tourism Management**, v. 70, 2019, p. 1-10.

SÁNCHEZ-CAÑIZARES, S. M.; CASTILLO-CANALEJO, A. M. Community-based island tourism: The case of Boa Vista in Cape Verde. **International Journal of Culture, Tourism, and Hospitality Research**, v. 8, n. 2, 2014, p. 219-233.

SCHOTT, C.; NHEM, S. Paths to the market: Analysing tourism distribution channels for community-based tourism. **Tourism Recreation Research**, v. 43, n. 3, 2018, p. 356-371.

STRYDOM, A. J.; MANGOPE, D.; HENAMA, U. S. Economic sustainability guidelines for a community-based tourism project: The case of Thabo Mofutsanyane, Free State province. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, v. 8, n. 3, 2019, p. 1-13.

STRYDOM, A. J.; MANGOPE, D.; HENAMA, U. S. Lessons learned from successful community-based tourism case studies from the Global South. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, v. 8, n. 5, 2019, p. 1-13.

STRYDOM, A. J.; MANGOPE, D.; HENAMA, U. S. Making community-based tourism sustainable: Evidence from the Free State province, South Africa. **GeoJournal of Tourism and Geosites**, v. 25, n. 2, 2019, p. 293-302.

TASCI, A. D. A.; CROES, R.; VILLANUEVA, J. B. Rise and fall of community-based tourism: Facilitators, inhibitors and outcomes. **Journal of Destination Marketing & Management**, v. 12, 2019, p. 94-104.

TUBEY, W. C.; KYALO, D. N.; MULWA, A. S. Environmental conservation strategies and sustainability of community-based tourism in Kenya: A case of Maasai Mara conservancies. **International Journal of Research in Business and Social Science**, v. 9, n. 5, 2020, p. 1-10.

WIKANTIYOSO, R.; CAHYANINGSIH, D. S.; SULAKSONO, A. G.; WIDAYATI, S.; POERWONINGSIH, D.; TRIYOSOPUTRI, E. Development of sustainable community-based tourism in Kampong Grangsil, Jambangan Village, Dampit District, Malang Regency. **International Review for Spatial Planning and Sustainable Development**, v. 9, n. 1, 2021, p. 64-77.

4 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E IMPACTOS AMBIENTAIS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS INSULARES NO LITORAL DO PARANÁ

4.1 INTRODUÇÃO

Embora o turismo figure hoje como um dos pilares da economia global, sua expansão em áreas de fragilidade ambiental e cultural frequentemente deixa cicatrizes profundas. O histórico de degradação de ecossistemas e marginalização social associado à exploração turística convencional (Hall; Lew, 2009; Buckley, 2012) revela a urgência de caminhos que priorizem a sustentabilidade real em vez do lucro imediato. Nesse cenário de transição, o Turismo de Base Comunitária (TBC) ganha protagonismo ao propor uma gestão que nasce de dentro do território, unindo a geração de renda, conservação dos recursos naturais como também a valorização cultural. Essa mudança de paradigma conduz ao cerne da investigação proposta nesta etapa da pesquisa.

Embora o turismo seja celebrado como um sopro de esperança para territórios onde a vida pulsa em comunhão com a biodiversidade, a prática nos ensina que as boas intenções do TBC nem sempre bastam. A literatura mais recente tem trazido provocações necessárias, lembrando que a proteção da natureza e da cultura não ocorre automaticamente apenas por se tratar de um modelo comunitário. O que as evidências sugerem é que a saúde dos ecossistemas e a integridade social não dependem da 'etiqueta' da atividade, mas do vigor das instituições locais e da solidez da governança que sustenta o território. Essa percepção de que o sucesso está ancorado na gestão real e não apenas no conceito que é corroborada pelas análises socioeconômicas do Projeto VRS Baía de Paranaguá, nos obriga a olhar mais de perto para as tensões e os desdobramentos que emergem no cotidiano das comunidades (NT8 e NT10).

No campo das ciências ambientais, o desafio é captar como as escolhas sociais ecoam nos sistemas ecológicos. Estudos fundamentais demonstram que, sem um planejamento cuidadoso e um monitoramento atento, até mesmo o turismo mais simples pode comprometer a saúde de habitats sensíveis ao longo dos anos (Buckley, 2012). Isso reforça que a conservação depende menos do tamanho da atividade e muito mais da qualidade da sua gestão. A análise ambiental (NT 9) confirma que a ausência de um planejamento integrado e monitoramento pode comprometer a saúde de habitats sensíveis, especialmente os ecossistemas costeiros como os da Baía de Paranaguá (NT 9).

É no cotidiano das comunidades costeiras e insulares que o equilíbrio entre o progresso e a proteção da natureza deixa de ser um conceito para se tornar um desafio real, vivido na pele por populações que habitam territórios tão ricos quanto frágeis. Caracterizados por uma vulnerabilidade socioambiental latente, esses territórios guardam tesouros biológicos e culturais que dependem da manutenção de um equilíbrio delicado. Para Berkes (2012), o que define essas comunidades é a complexa rede que une conhecimento tradicional e práticas de manejo às dinâmicas ecológicas locais. A introdução de atividades externas, como o TBC, exige, portanto, uma lente de análise integrada: não basta medir o lucro; é preciso compreender os impactos sobre a capacidade da comunidade de se manter firme e resiliente diante das mudanças. Esse olhar atento sobre a realidade vivida é o que fundamenta os passos seguintes desta investigação.

Nesse contexto, olhar para o meio ambiente é olhar para a própria base de sustentação da vida comunitária. As atividades turísticas, quando desordenadas, geram marcas profundas: desde a poluição das águas até a pressão sobre os recursos do mar, afetando habitats que são o berço da biodiversidade, como os recifes e mangues (Hall; Lew, 2009; Gössling *et al.*, 2015). Hoje, esse cenário torna-se ainda mais delicado diante de ameaças como a subida do nível do mar, que atinge o coração das comunidades costeiras e fragiliza aqueles que não possuem alternativas econômicas variadas (Adger, 2006; Nicholls; Cazenave, 2010). Reconhecer que o turismo não ocorre de forma isolada, mas está imerso nessas fragilidades do clima e da vida, é o ponto de partida deste capítulo para investigar se o TBC consegue, de fato, ser um aliado da conservação ou se acaba somando novas pressões ao território.

Nesse cenário, o TBC ganha relevância ao propor que a manutenção da vida e da natureza seja percebida como a base inegociável da economia. Estudos indicam que iniciativas pautadas na participação genuína tendem a cultivar um zelo maior pelos recursos naturais, transformando a preservação em um valor compartilhado por todos (Goodwin; Santilli, 2009; Scheyvens, 2002). No entanto, a teoria nos alerta que o ‘comunitário’ não é um selo de garantia automática para a sustentabilidade. Para autores como Kontogeorgopoulos (2005) e Simpson (2008), a viabilidade desse modelo depende de engrenagens invisíveis, mas fundamentais: a governança territorial e a justiça na distribuição de benefícios. É esse delicado equilíbrio institucional que fundamenta a análise que passamos a apresentar.

No contexto paranaense, a Baía de Paranaguá emerge como um território onde a conservação da biodiversidade e a presença das comunidades tradicionais são faces da mesma

moeda. No entanto, a integridade desses ecossistemas da Mata Atlântica enfrenta o desafio de coexistir com a expansão industrial e as crescentes disputas pelo uso do território (Raimundo, 2017). Esse cenário de transformações impõe uma reflexão profunda sobre como as comunidades podem manter sua resiliência frente a pressões econômicas tão avassaladoras. É justamente nessa intersecção entre a proteção do patrimônio natural e a busca por autonomia que situamos a investigação detalhada nos parágrafos que encerram esta introdução.

Nesse contexto de vulnerabilidade, o TBC emerge como uma alternativa promissora, mas sua viabilidade depende de uma harmonia que ainda precisa ser minuciosamente compreendida: Até onde o ecossistema suporta essa intervenção? A introdução de novas dinâmicas em territórios tão sensíveis levanta um alerta quanto à capacidade de carga dos ambientes e aos limites do uso dos recursos naturais. Assim, este trabalho assume o compromisso de analisar o TBC pela ótica das ciências ambientais, focando nas interações reais entre o turismo e a natureza local, com o objetivo de identificar os impactos e as condições da sustentabilidade ecológica.

Este capítulo propõe um olhar atento sobre os impactos ambientais do TBC nas comunidades insulares, considerando desde os efeitos diretos do fluxo de visitantes até a solidez das estruturas que buscam garantir sua sustentabilidade. A intenção é analisar em que medida o protagonismo comunitário consegue, de fato, proteger o meio ambiente ou se a falta de uma gestão estratégica coloca em risco o equilíbrio desses territórios tradicionais, contribuindo para responder à questão central dessa dissertação sobre a viabilidade do TBC como alternativa de desenvolvimento sustentável.

A investigação ganha corpo ao mergulhar no cotidiano de sete comunidades singulares: Ilha do Teixeira, Europinha, Eufrasina, Amparo, Piaçaguera, São Miguel e Ponta de Ubá. A base deste estudo nasceu da construção coletiva, onde a percepção de quem habita o território foi o ponto de partida para cruzarmos dados reais com estratégias de gestão. A partir desse diálogo, mergulha-se na análise de como os fatores sociais e ambientais influenciam a sustentabilidade insular, contribuindo para entender os desafios práticos de se fazer turismo em áreas tão sensíveis. Trata-se de enxergar o TBC não como uma fórmula pronta, mas como uma prática viva e cheia de desafios.

4.2 METODOLOGIA

O estudo adotou como abordagem metodológica o Design Method Research (DMR), também conhecido como Design Science Research (DSR) por se tratar de um método orientado à solução de problemas complexos do mundo real, ao mesmo tempo em que contribui para o avanço do conhecimento científico, que segundo Dresch *et al.* (2015) e Aken (2024), estrutura-se como um processo sistemático, interativo e aplicado a soluções capazes de responder a problemas concretos, articulando rigor científico e relevância prática.

A pesquisa realizada, similar ao proposto por Anacleto *et al.* (2022), foi uma abordagem metodológica mista, qualitativa e quantitativa, de caráter exploratório, descritivo e participativo, nas comunidades insulares da Baía de Paranaguá: Ilha do Teixeira, Europinha, Eufrasina, Amparo, Piaçaguera, São Miguel e Ponta de Ubá. A coleta de dados foi realizada no período de março de 2024 a março de 2025, compreendendo desde a etapa inicial de pesquisa bibliográfica até a realização da última oficina com as comunidades e especialistas.

Inicialmente, desenvolveu-se a pesquisa bibliográfica e documental, que subsidiou a elaboração dos instrumentos de campo bem como para identificar estudos, relatórios e registros referentes às comunidades estudadas, especialmente relacionados ao TBC e aos impactos ambientais, culturais e socioeconômicos associados.

Situadas no Complexo Estuarino de Paranaguá, as áreas investigadas fazem parte de um ecossistema vital para o equilíbrio do Atlântico Sul (Krug *et al.*, 2007). Nossa jornada analítica concentrou-se em sete comunidades de origem caiçara: Ilha do Teixeira, Europinha, Eufrasina, Amparo, Piaçaguera, São Miguel e Ponta de Ubá. A presença de iniciativas comunitárias em diversos níveis de maturidade, somada à importância cultural dessas vilas, fundamenta a relevância deste recorte (Anacleto *et al.*, 2022). Para uma compreensão mais profunda das dinâmicas que regem esse território, os dados geográficos e socioeconômicos completos foram apresentados no Capítulo 2.

A pesquisa exploratória descritiva foi executada por intermédio da realização de entrevistas presenciais quando então era preenchido um questionário semiestruturado para obtenção de dados econômicos, sociais, e em especiais as informações relacionadas ao meio ambiente.

A coleta de dados envolveu conversas diretas com os participantes, utilizando questionários semiestruturados. O objetivo foi ouvir a comunidade sobre sua realidade socioeconômica e demográfica, priorizando suas percepções ambientais e o envolvimento com o turismo local.

O acesso às comunidades deu-se exclusivamente por via fluvial, com deslocamentos realizados no período da manhã em função das condições climáticas e de maré. Inicialmente, planejou-se a aplicação dos questionários de forma digital; no entanto, devido à conectividade limitada de internet nas regiões insulares, optou-se pela aplicação impressa, garantindo a participação de todos os moradores.

A realização desta pesquisa nas comunidades insulares da Baía de Paranaguá trouxe desafios que extrapolam os limites metodológicos convencionais. A magnitude do esforço empreendido para acessar esses territórios guarda uma complexidade que muitas vezes escapa à percepção de quem pesquisa em contextos urbanos. O trabalho de campo não dependeu apenas de recursos financeiros, mas de uma logística sensível às peculiaridades do litoral. Onde não há estradas, o acesso foi conquistado através de uma negociação constante com as condições marítimas e com as rotinas locais. Esse processo exigiu do pesquisador uma flexibilidade profunda, revelando que a construção deste conhecimento foi tão fluida e imprevisível quanto as águas que circundam essas comunidades.

Cada deslocamento até as comunidades exigiu a locação de embarcações de médio e grande porte, capazes de transportar simultaneamente a equipe de pesquisa que variava entre 15 e 25 pessoas entre pesquisadores, equipe de apoio e convidados e os materiais das oficinas. Os valores despendidos com a locação de barcos, combustível e contratação de barqueiros locais foram viabilizados exclusivamente pelo auxílio financeiro do projeto Vocações Regionais Sustentáveis (VRS), sem o qual a pesquisa de campo seria inviável. Os custos médios por saída de campo incluíram a locação de embarcação, combustível adicional para percursos de aproximação em canais estreitos, alimentação da equipe e dos participantes das oficinas, eventualmente, diárias para barqueiros que precisavam aguardar a equipe por períodos prolongados.

A Baía de Paranaguá, embora de beleza exuberante, é também um ambiente de condições climáticas instáveis. Em pelo menos três ocasiões, as saídas de campo programadas precisaram ser canceladas ou remarçadas em cima da hora devido à formação de frentes frias que geraram

ondas acima de 1,5 metro, ventos fortes e chuvas contínuas. Nessas condições, a travessia torna-se perigosa mesmo para embarcações de grande porte e barqueiros experientes. Em uma ocasião específica, a equipe já estava reunida no terminal de embarque do Rocio, com todo o material organizado e os participantes aguardando, quando a Capitania dos Portos emitiu um alerta de restrição à navegação. A decisão de cancelar, embora frustrante, foi acolhida com compreensão, pois colocava em risco não apenas os pesquisadores, mas também os barqueiros contratados e moradores que viriam às oficinas.

Outro desafio constante foi a relação entre a maré e a operacionalidade dos trapiches. Em comunidades como São Miguel e Ponta de Ubá, durante a maré baixa, os trapiches ficam suspensos acima da linha d'água, impossibilitando o desembarque seguro. Isso exigia que a equipe calculasse minuciosamente os horários de chegada e partida com base nas tabelas de maré, sob pena de ficar “ilhada” ou impedida de atracar.

Além das dificuldades climáticas e logísticas, a equipe enfrentou situações imprevistas que testaram sua capacidade de adaptação. Em uma das oficinas realizadas na Ilha do Teixeira, a saída do trapiche do Rocio ocorreu às 12h, mais tarde do que o planejado devido à necessidade de aguardar a chegada de um dos barqueiros contratados. O traslado até a comunidade durou cerca de 60 minutos, de modo que a equipe chegou ao local já no horário previsto para o início da oficina, sem tempo para o almoço. A solução encontrada foi contratar o almoço com um restaurante local, o Restaurante Delícias da Ilha, o que, embora tenha resolvido a alimentação da equipe e dos convidados, também representou um custo adicional não previsto. Esse episódio, longe de ser um mero contratempo, revelou a importância de fortalecer os fornecedores locais como parte da própria cadeia de valor que o projeto VRS buscava diagnosticar.

Em outra ocasião, na comunidade de Europinha, a adesão à oficina foi extremamente baixa, apenas 11 moradores participaram, apesar de múltiplas tentativas de mobilização prévia. A equipe constatou que o isolamento geográfico da comunidade e a falta de um canal de comunicação eficiente (o sinal de internet e telefonia é precário ou inexistente) dificultavam o engajamento. Além disso, os moradores relataram que “muitos projetos já vieram, prometeram e sumiram”, gerando uma desconfiança legítima que precisou ser desconstruída aos poucos, conversa por conversa, café por café.

Houve também situações em que o clima chuvoso reduziu drasticamente a participação das comunidades. Na oficina realizada em Piaçaguera e Amparo uma chuva persistente de 2 mm

ao longo da tarde desencorajou muitos moradores a saírem de suas casas e se deslocaram até o espaço comunitário onde a oficina seria realizada. A equipe precisou, então, adaptar a programação para grupos menores e realizar as dinâmicas em um ritmo mais lento e personalizado, o que, curiosamente, permitiu conversas mais aprofundadas e a coleta de dados qualitativos de maior riqueza.

Todas essas atividades a locação de embarcações, a compra de materiais para as oficinas, a alimentação dos participantes, o pagamento de diárias para a equipe de apoio, a impressão de cartazes e convites, a contratação de barqueiros locais e o deslocamento terrestre até o terminal do Rocio foram possíveis graças ao financiamento concedido pelo projeto VRS, por meio da FUNESPAR em parceria com a INVEST Paraná. Sem esse suporte financeiro, a pesquisa se restringiria a dados secundários e a análises de gabinete, sem a riqueza das percepções in loco e sem a validação comunitária que conferem legitimidade e profundidade aos resultados apresentados nesta dissertação.

Apesar ou talvez por causa de todas essas dificuldades, a pesquisa de campo nas comunidades insulares da Baía de Paranaguá foi uma experiência profundamente transformadora. Cada barco que atrasou, cada chuva que atrapalhou, cada morador que desconfiou no início e depois abriu o coração, cada café compartilhado em uma cozinha comunitária, cada história de pescador tudo isso ensinou à equipe que pesquisa científica de qualidade não se faz apenas com rigor metodológico, mas com paciência, humildade e escuta ativa. As dificuldades não foram obstáculos a serem lamentados, mas parte constitutiva do próprio processo de conhecimento. Foram elas que nos lembraram, a cada travessia, que o privilégio de acessar esses territórios vem acompanhado da responsabilidade de retribuir com devolutivas consistentes e com propostas que realmente façam sentido para quem vive ali o ano inteiro, enfrentando o vento, a maré e a falta de políticas públicas todos os dias.

O estudo abrange essas sete comunidades de Paranaguá, que totalizam 1.212 moradores (Paranaguá, 2022/2025). Para garantir que as vozes da população fossem fielmente representadas, estabeleceu-se uma amostra mínima de 291 questionários. Esse número foi definido com base em um nível de confiança de 95% e margem de erro de 5%, seguindo os critérios de Cooper e Schindler (2016) conforme a equação abaixo:

$$n = \frac{N \cdot z^2 \cdot p(p-1)}{(N-1) \cdot e^2 + z^2 \cdot p(p-1)} \quad (1)$$

Onde,

n: Tamanho da amostra;

N: Tamanho da População (N = 1212 pessoas);

z: Abscissa da distribuição normal padrão associada ao nível de confiança ($\alpha=95\%$; $z=1,96$)

p: proporção da característica de interesse na população ($p=50\%$);

e: erro amostral ($e=5\%$)

Optou-se pela aplicação de 300 questionários, o que reduz o erro amostral para aproximadamente 4,9%, calculado conforme Bolfarine e Bussab (2005):

$$e = \sqrt{\frac{(N-n) \cdot z^2 \cdot p(1-p)}{n \cdot (N-1)}} \quad (2)$$

Considerando uma estratégia de aplicação estratificada dos 300 questionários, pode-se considerar a representatividade do quantitativo de moradores de cada comunidade em relação ao total, encontrando as seguintes quantidades de questionários a serem aplicados (Tabela 3):

Tabela 3. População, representatividade e amostra por comunidade

Comunidade	Tamanho da população	Representatividade	Amostra
Ilha do Teixeira	122	10%	30
Europinha	45	4%	11
Eufrasina	125	10%	31
Amparo	450	37%	111
Piaçaguera	145	12%	36
São Miguel	248	20%	61
Ponta de Ubá	77	6%	19
Total	1.212	100%	300

Fonte: Autoria própria, baseado em dados da Prefeitura Municipal de Paranaguá (2022/2025)

Após a fase anterior, a equipe de pesquisa definiu pela aplicação do Método Delphi seguiu a proposição de Anacleto e Marques (2026) que prevê rodadas sucessivas de investigações, permitindo a convergência de opiniões e a identificação de fatores críticos.

A divulgação das oficinas ocorreu por meio de convites impressos e visitas às comunidades. A seleção das datas e locais foi decidida em conjunto com a equipe do projeto Vocações Regionais Sustentáveis (VRS) e parceiros locais, assegurando a disponibilidade e o envolvimento da comunidade. A representatividade local foi assegurada por meio de sete oficinas, mobilizando de 15 a 25 pessoas em cada comunidade para momentos de intensa troca. Com uma jornada média de três horas, os encontros foram organizados para integrar a academia e a realidade local, começando pela apresentação das parcerias institucionais (Programa VRS/Invest Paraná), passando pela prática das metodologias propostas e finalizando com a validação comunitária dos dados. Mais do que uma técnica de coleta, as oficinas serviram como um fórum de escuta e legitimação dos resultados por parte dos próprios moradores, sendo assim, nestas oficinas foram aplicadas as seguintes técnicas, a saber:

O Diagrama Swimlane de acordo com a proposição de Rummler e Brache (1990) e complementada por Damelio (2011) foi utilizado para mapear e visualizar a cadeia produtiva do TBC, identificando os principais atores envolvidos e as etapas do processo turístico. A ferramenta permitiu dividir claramente funções e responsabilidades ao longo das diferentes fases da atividade.

Figura 9. Aplicação da ferramenta *Swimlane* na oficina na comunidade – Ponta de Ubá



Fonte: Acervo particular da autora (2024)

O Value Proposition Canvas (VPC) foi adaptado ao contexto do TBC nas comunidades estudadas, com foco nas necessidades, desafios e pontos fortes locais. Que segundo Osterwalder *et al.* (2014) permite analisar como as dificuldades enfrentadas e os ganhos desejados e as soluções práticas, ao mesmo tempo em que se destacava o valor que a comunidade oferece aos turistas.

Figura 10. Aplicação da ferramenta VPC na oficina na comunidade – São Miguel



Fonte: Acervo particular da autora (2024)

Finalmente, nesta fase de acordo com a proposição de Chambers (1994) foi aplicado o diagnóstico rápido participativo com a dinâmica “Manchetes do Amanhã”, ferramenta prospectiva para captar visões, expectativas e estratégias futuras desejadas pelos moradores em relação ao desenvolvimento sustentável do turismo e a valorização da cultura caiçara. As manchetes elaboradas refletiram desejos, soluções sugeridas e prioridades comunitárias relacionadas à culinária, paisagens naturais e hospitalidade.

Figura 11. Aplicação da dinâmica “Manchetes do amanhã” na oficina na comunidade Eufrasina



Fonte: Acervo particular da autora (2024)

A etapa seguinte consistiu na realização de uma oficina que reuniu gestores das comunidades, gestores municipais do turismo e especialistas na área para que pudessem avaliar os dados obtidos e identificar convergências, divergências e oportunidades de aprimoramento das estratégias propostas no que tange ao turismo de base comunitária e os impactos no meio ambiente.

Figura 12. Oficina com os líderes das comunidades, stakeholders e especialistas



Fonte: Acervo particular da autora (2024)

Após a finalização da coleta de dados, similarmente ao proposto por Anacleto e Marques (2026) adotou-se a análise interpretativa e de conteúdo para categorização dos elementos-chave mencionados pelos especialistas e pela comunidade, visando garantir uma visão abrangente e fundamentada sobre as dinâmicas as interrelações do TBC com o meio ambiente, a triangulação entre métodos qualitativos e quantitativos permitiu, portanto, uma análise integrada dos impactos econômicos, sociais e ambientais do TBC nas comunidades insulares da Baía de Paranaguá.

Também, adotou-se a análise interpretativa e de conteúdo para categorização dos elementos-chave mencionados pelos especialistas e pela comunidade (Elo; Kyngäs, 2008). Esse procedimento visou garantir uma visão abrangente e fundamentada sobre as dinâmicas e inter-relações do TBC com o meio ambiente.

Para os dados quantitativos provenientes dos questionários, realizou-se análise descritiva (médias, medianas, frequências) e análise multivariada, incluindo correlações entre variáveis como renda, idade e participação no turismo. Os softwares Microsoft Excel e R Studio foram utilizados para o processamento estatístico.

A triangulação entre métodos qualitativos e quantitativos permitiu uma análise integrada dos impactos econômicos, sociais e ambientais do TBC nas comunidades insulares da Baía de Paranaguá, assegurando maior robustez e validade aos achados da pesquisa.

4.3 RESULTADOS

4.3.1 Perfil dos Participantes

A pesquisa contou com a participação de 300 moradores das sete comunidades estudadas, o perfil dos participantes é apresentado de forma consolidada na tabela 4.

Tabela 4. Perfil consolidado dos participantes da pesquisa

Variável	Categoria	Nº	%
Faixa etária	10 – 17 anos	15	5,0
	18 – 25 anos	42	14,0
	26 – 35 anos	48	16,0
	36 – 35 anos	60	20,0
	46 – 59 anos	75	25,0
	Mais de 60 anos	60	20,0
	Total	300	100%
Gênero	Masculino	72	24,0

	Feminino	228	76,0
	Total	300	100%
Escolaridade	Ensino Fundamental	180	60,0
	Ensino Médio	105	35,0
	Ensino Superior	12	4,0
	Pós-graduação	3	1,0
	Total	300	100%

Fonte: Autoria própria, com base em dados do Projeto VRS 2025 (NT 8 e NT 10)

A análise da estrutura produtiva local revelou uma configuração econômica diversificada e de pequena escala, conforme sintetizado na tabela 5.

Tabela 5. Estrutura produtiva e condições socioeconômicas das comunidades

Indicador	Média	Mediana	Observação
Estabelecimentos de hospedagem por comunidade	1,47	1,0	Estrutura de pequena escala
Restaurantes por comunidade	1,43	1,0	Estrutura de pequena escala
Trilhas ecológicas por comunidade	1,9	2,0	Potencial para ecoturismo
Pesqueiros comunitários por comunidade	7,4	7,0	Forte tradição pesqueira
Artesãos ativos por comunidade	3,1	3,0	Produção cultural associada
Roças agroecológicas por comunidade	1,41	1,0	Potencial para turismo pedagógico
Moradores por residência	3,0	3,0	Núcleos familiares pequenos
Idade média dos participantes	48 anos	50 anos	População madura
Renda familiar ≤ 1 salário-mínimo	63%	-	Vulnerabilidade econômica
Renda familiar > 2 salários-mínimos	14%	-	Baixa renda
Participação do turismo na renda familiar	14,4%	0%	Atividade complementar
Membros da família envolvidos no turismo	1.12%	1,0	Inserção parcial
Famílias se nenhum membro no turismo	25%	-	Baixa capilaridade
Percepção de articulação entre turismo, artesanato e agricultura	55%	-	Integração produtiva parcial

Fonte: Autoria própria, com base em dados do Projeto VRS 2025 (NT 8 e NT10)

Embora o turismo esteja presente, ele atua predominantemente como um complemento de renda, sem ainda estruturar a economia local. A baixa dependência direta da atividade, refletida na média de 14,4% indica que a subsistência principal ainda vem de fora do turismo para a maior parte dos moradores. Essa característica, somada à configuração de famílias pequenas (média de três

peças por casa), favorece um modelo de visitação mais leve e menos invasivo, condizente com a realidade física e social do território.

No que diz respeito à dimensão ambiental, as respostas dos moradores demonstram uma nítida consciência sobre o papel da conservação para o sucesso do turismo. Esse reconhecimento da interdependência econômica está detalhado na Tabela 6.

Tabela 6. Percepção ambiental e práticas de conservação

Indicador	Percentual	Observação
Reconhecem que práticas inadequadas podem prejudicar o turismo	85%	Consciência ambiental consolidada
Percebem investimentos externos ou governamentais	22%	Baixo apoio institucional percebido
Identificam o transporte como prioridade de investimento	78%	Gargalo estrutural principal
Identificam saúde como prioridade	65%	Carência de infraestrutura social
Identificam capacitação como prioridade	58%	Demanda por qualificação

Fonte: Autoria própria, com base em dados do Projeto VRS 2025 (NT 9)

Conforme detalhado na tabela 6, existe um descompasso entre a elevada percepção ambiental das comunidades (85%) e o baixo reconhecimento de investimentos públicos na região (22%). Quando questionados sobre as prioridades para o desenvolvimento sustentável local, os participantes destacaram a carência no transporte aquático como o principal entrave, evidenciando que o bem-estar social e a formação profissional são vistos como pilares tão essenciais quanto a própria infraestrutura.

A aplicação do Diagrama *Swimlane* durante as oficinas participativas permitiu mapear a cadeia produtiva do TBC nas comunidades da baía de Paranaguá. Foram identificadas oito etapas estruturantes, apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1. Etapas estruturantes da cadeia produtiva do TBC nas comunidades da baía de Paranaguá

Etapas	Descrição	Dimensão
1. Fornecedores	Oferta de insumos locais: pescado artesanal, produtos agrícolas e artesanato	Produtiva/Econômica
2. Fornecedores	Deslocamento de visitantes e mercadorias via transporte aquático	Logística/Infraestrutura
3. Gastronomia	Produção e comercialização de pratos típicos da culinária caiçara	Sociocultural/Experiencial

4. Hospedagem	Oferta de estadias domiciliares e pousadas familiares	Econômica/Experiencial
5. Passeios e experiências	Trilhas ecológicas, pesca esportiva, turismo náutico, banho de argila	Ambiental/Experiencial
6. Eventos culturais e religiosos	Festas tradicionais e celebrações que fortalecem a identidade local	Sociocultural
7. Divulgação e comercialização	Promoção em redes sociais, parcerias com agências e venda direta	Mercado/Estratégica
8. Capacitação e organização	Formação técnica, gestão coletiva e fortalecimento institucional	Institucional/Educacional

Fonte: Autoria própria, com base em dados do Projeto VRS 2025 (NT 6A; NT 8 e NT10)

Os principais atores envolvidos na cadeia produtiva, também identificados pelos participantes, incluem: moradores (cozinheiras, artesãos, pescadores, agricultores, anfitriões), barqueiros, turistas, órgãos regulamentadores, empresas parceiras, agências de turismo, igrejas e instituições de apoio.

Quadro 2. Gargalos estruturais do TBC

Nº	Gargalo identificado	Dimensão
1	Informalidade no transporte aquático e alto custo do combustível	Infraestrutura/Econômica
2	Fragilidade institucional e organizacional	Governança
3	Fiscalização comercial considerada excessiva ou desarticulada	Institucional
4	Inatividade de associações locais	Organização Social
5	Baixo nível de formalização das atividades turísticas	Econômica/Institucional
6	Infraestrutura precária (trapiches, banheiros, iluminação, posto de saúde)	Infraestrutura Básica
7	Pouca oferta de hospedagem estruturada	Infraestrutura Turística
8	Forte dependência da sazonalidade	Econômica
9	Ausência de roteiros integrados entre comunidades	Planejamento Turístico
10	Divulgação insuficiente	Marketing Territorial
11	Falta de segurança pública	Infraestrutura Social
12	Necessidade de agendamento prévio devido à imprevisibilidade de fluxo	Gestão Operacional
13	Baixo alcance das capacitações	Qualificação Profissional

Fonte: Autoria própria (Dados da pesquisa 2025)

Observa-se que o transporte aquático emerge como gargalo transversal, impactando diretamente o acesso, o custo da atividade e a regularidade do fluxo turístico. Apesar das

limitações, os participantes também apontaram pontos fortes da cadeia produtiva, destacados no Quadro 3.

Quadro 3. Pontos fortes do TBC na Baía de Paranaguá

Nº	Ponto Forte	Descrição
1	Forte identidade cultural caiçara	Preservação de saberes e tradições
2	Gastronomia típica	Baseada no pescado local e insumos tradicionais
3	Produção artesanal	Farinha de mandioca, biju, artesanato
4	Hospedagem familiar autêntica	Acolhimento personalizado
5	Passeios ecológicos	Trilhas, pesca esportiva, banho de argila
6	Eventos culturais consolidados	Festas tradicionais e religiosas
7	Paisagens naturais preservadas	Rios, manguezais, pôr do sol
8	Potencial para ecoturismo	Observação de aves, turismo de experiência

Fonte: Autoria própria (Dados da pesquisa 2025)

O uso do VPC permitiu que olhássemos para o território através dos olhos de quem o habita, captando suas fragilidades (as dores), expectativas de desenvolvimento sustentável (os ganhos esperados) e aquilo que consideram o maior tesouro da região (as propostas de valor). Esses achados estão organizados nos Quadros 4, 5 e 6.

Quadro 4. Fragilidades estruturais e institucionais (Dores)

Nº	Fragilidades identificadas	Dimensão
1	Ausência de transporte aquático acessível, regular e formalizado	Infraestrutura/Mobilidade
2	Elevado custo de deslocamento entre comunidades e continente	Econômica
3	Deficiência de infraestrutura básica (banheiros, posto de saúde, segurança)	Infraestrutura Social
4	Insuficiente apoio e reconhecimento institucional	Governança
5	Infraestrutura inadequada para realização de eventos	Infraestrutura Turística
6	Baixa integração e articulação entre as comunidades	Organização Social
7	Conectividade limitada (internet e telefonia)	Infraestrutura Tecnológica
8	Baixa percepção interna do turismo como atividade estruturada	Sociocultural
9	Ausência de espaços adequados para comercialização do artesanato	Infraestrutura Comercial

Fonte: Autoria própria (Dados da pesquisa 2025)

Quadro 5. Ganhos desejados pelas comunidades no âmbito do TBC

Nº	Ganho Desejado	Dimensão
1	Aumento da renda local	Econômica
2	Valorização e reconhecimento da cultura caiçara	Sociocultural
3	Implantação de transporte público regular	Infraestrutura
4	Construção e melhoria de trapiches	Infraestrutura
5	Funcionamento contínuo de pousadas e restaurantes	Econômica/Estrutural
6	Maior visibilidade municipal e regional	Estratégica
7	Realização de eventos e feiras permanentes	Sociocultural/Econômica
8	Criação de roteiros integrados entre comunidades	Organizacional/Estratégica
9	Implantação de infraestrutura de saúde e segurança	Social/Estrutural
10	Capacitação em turismo, gastronomia e gestão	Educacional/Econômica
11	Desenvolvimento de novos produtos turísticos	Econômica/Experiencial

Fonte: Autoria própria (Dados da pesquisa 2025)

Quadro 6. Propostas de valor identificadas pelas comunidades

Nº	Proposta de Valor	Dimensão
1	Experiência autêntica	Sociocultural
2	Hospitalidade familiar	Experiencial
3	Gastronomia típica	Econômica/Cultural
4	Produção tradicional	Econômica/Identitária
5	Belezas preservadas	Ambiental
6	Experiências imersivas	Ambiental/ Experiencial
7	Turismo de bem-estar	Experiencial/Saúde
8	Vivência do modo de vida caiçara	Sociocultural
9	Eventos gastronômicos e religiosos	Cultural/Estratégica
10	Observação de aves e ecoturismo	Ambiental/Educativa

Fonte: Autoria própria (Dados da pesquisa 2025)

A análise integrada do VPC revela que as fragilidades se concentram em aspectos estruturais e institucionais, enquanto as propostas de valor estão ancoradas na autenticidade cultural e na preservação ambiental. Esta assimetria indica que o principal desafio do TBC na região não é a ausência de atrativos, mas a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da governança.

A dinâmica prospectiva “Manchetes do Amanhã” permitiu captar a visão coletiva das comunidades sobre o futuro desejado para o TBC. As manchetes elaboradas pelos participantes estão sistematizadas no Quadro 7.

Quadro 7. Manchetes do Amanhã: Visão de futuro projetada pelas comunidades

Nº	Manchete Projetada	Tema Central	Dimensão Estratégica
1	Culinária caiçara é referência regional e atrai turistas do Brasil	Gastronomia tradicional	Cultural/Econômica
2	Pôr do sol da baía é eleito um dos mais belos do país	Valorização ambiental	Ambiental/Territorial
3	Turismo fortalece e valoriza a cultura caiçara nas escolas	Identidade cultural	Sociocultural
4	Visitantes buscam experiências imersivas na natureza preservada	Turismo e experiência	Ambiental/Experiencial
5	Festas tradicionais movimentam o calendário turísticos da região	Eventos comunitários	Cultural/Estratégica

Fonte: Autoria própria (Dados da pesquisa 2025)

A partir das narrativas locais, sistematizamos nos Quadros 8, 9 e 10 os desejos e as preocupações que moldam o futuro dessas localidades.

Quadro 8. Visão de Futuro Projetada para o TBC

Elemento da Visão	Descrição
Reconhecimento	Comunidades como destinos sustentáveis em nível regional e nacional
Organização	Turismo estruturado, profissionalizado e com governança consolidada
Cultura	Preservação e valorização do patrimônio cultural caiçara
Economia	Geração de renda contínua ao longo de todo ano
Integração	Roteiros integrados entre as comunidades da Baía de Paranaguá
Infraestrutura	Estrutura adequada para a recepção de visitantes

Fonte: Autoria própria (Dados da pesquisa 2025)

Quadro 9. Expectativas de desenvolvimento do TBC

Expectativa	Implicações
Crescimento sustentável e planejado	Expansão controlada que minimize impactos ambientais
Ampliação do tempo de permanência dos visitantes	Maior geração de renda por visitante
Maior promoção em mídias e redes sociais	Fortalecimento da visibilidade regional
Consolidação de eventos no calendário regional	Redução da sazonalidade
Formação de parcerias com o poder público	Integração com políticas públicas

Fonte: Autoria própria (Dados da pesquisa 2025)

Quadro 10. Riscos percebidos na expansão do TBC

Risco	Dimensão Afetada
Perda da identidade cultural	Sociocultural
Manutenção da informalidade	Econômica/Institucional
Ausência de apoio governamental	Institucional
Insegurança pública	Social
Degradação ambiental	Ambiental
Permanência da dependência sazonal	Econômica

Fonte: Autoria própria (Dados da pesquisa 2025)

Ficou claro que, para o fortalecimento do turismo, as comunidades priorizam investimentos no que é essencial, como saneamento, transporte e segurança. A estratégia para o sucesso do TBC, segundo eles, reside na união de roteiros, na promoção da gastronomia típica e em um processo de capacitação constante, garantindo que o desenvolvimento sustentável econômico caminhe lado a lado com o bem-estar social e o fortalecimento do grupo.

4.4 DISCUSSÃO

A análise integrada dos resultados da pesquisa de campo com a literatura revisada permite uma compreensão aprofundada das dinâmicas que envolvem o TBC, a conservação ambiental e os conflitos socioambientais na baía de Paranaguá. Os dados primários que fundamentam essa análise foram coletados no Projeto VRS que foram sistematizados nas notas técnicas 8, 9 e 10.

Conforme demonstrado na (NT 10), o perfil sociodemográfico revelado pela pesquisa com expressivo protagonismo feminino (76%) e média de idade de 48 anos, dialoga diretamente com a literatura sobre o TBC e conservação. O protagonismo feminino identificado está alinhado com estudos que apontam as mulheres como agentes centrais em iniciativas de TBC, especialmente em atividades como gastronomia tradicional, hospedagem familiar e produção artesanal (Pimentel, 2024; Calvet *et al.*, 2021). No contexto ambiental, este protagonismo pode ser um ativo estratégico, uma vez que pesquisas em comunidades tradicionais insulares demonstram que as mulheres frequentemente atuam como “guardiãs do território”, transmitindo saberes ecológicos e práticas de manejo sustentável para as novas gerações (Cruz; Devesa; Quinõnes, 2020). A presença feminina expressiva, portanto, não é apenas um dado organizacional, mas um potencial vetor de conservação ambiental, desde que apoiada por políticas de fortalecimento e capacitação.

Por outro lado, a baixa escolaridade formal (60% com estudo fundamental) e a concentração etária acima dos 40 anos impõem desafios. Como apontam Oliveira, Mendes e Vasconcelos (2021), existe um desafio latente na gestão de recursos naturais: equilibrar a riqueza do conhecimento empírico com as exigências dos protocolos técnicos. A ausência de capacitação específica pode acabar distanciando os guardiões da natureza de sistemas formais de monitoramento ou de recuperação de áreas degradadas. O desafio, portanto, é traduzir esses mecanismos para que deixem de ser apenas burocracia e se tornem instrumentos reais de cuidado e proteção nas mãos da comunidade. Para que o monitoramento de resíduos ou da balneabilidade na Baía de Paranaguá seja efetivo, ele não pode ser apenas um protocolo burocrático, precisa ser um aprendizado compartilhado. Como a escolaridade formal ainda é um desafio local, a técnica deve se adaptar ao morador, transformando o ato de avaliar e mitigar impactos em uma construção coletiva, onde o saber acadêmico e a vivência tradicional caminham, lado a lado.

Autores como Petty (1995) e Irving (2009) argumentam que a consciência ambiental, por si só, não gera práticas sustentáveis se não estiver acompanhada de capacitação, organização coletiva e apoio institucional. Sem essas ferramentas, a atividade opera no “piloto automático”, dependendo exclusivamente da boa vontade dos moradores, o que é insuficiente para garantir a conservação de longo prazo (Cifuentes, 1992; Buckley, 2012).

A concentração etária na população adulta e madura, com baixa participação juvenil (apenas 19% abaixo de 25 anos), sinaliza um risco de descontinuidade. Conforme alertam Oliveira, Mendes e Vasconcelos (2021), quando os jovens não se identificam com as atividades tradicionais ou não enxergam perspectivas econômicas no território, intensifica-se o êxodo, fragilizando a base social que sustenta tanto o TBC quanto as práticas de conservação. A sucessão geracional, portanto, configura-se como uma questão ambiental crítica, pois envolve a transmissão dos saberes ecológicos tradicionais e a permanência de um modo de vida que historicamente contribuiu para a preservação da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados (Moraes; Fragelli; Irving, 2017).

Os dados da pesquisa revelam um cenário onde as carências estruturais vão muito além do desconforto, elas são barreiras reais que impedem a natureza de respirar. O fato de apenas 40% dos moradores contarem com tratamento de esgoto e a maioria (60%) considerar a coleta de lixo insuficiente desenha um cotidiano de luta pela saúde do território. Esse quadro de

abandono é confirmado por registros oficiais, como os da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico ANA (2017), que apontam a inexistência de Estações de Tratamento de Esgoto nessas comunidades, deixando claro que a sustentabilidade ambiental ainda é uma promessa distante para quem vive na Baía.

Do ponto de vista ambiental, esta fragilidade estrutural é, em si mesma, uma fonte de impactos. A falta de tratamento de esgoto e coleta de lixo transforma o cotidiano das comunidades em um desafio ambiental constante. Ao contaminar o manguezal, atinge-se o ciclo da vida marinha e o ganha pão de quem vive da pesca (Lima, 2012; Antunes, 2023), degradando o patrimônio natural que atrai o visitante (Hall; Lew, 2009). O acúmulo de resíduos em áreas sensíveis é a prova de que, como afirma Sharpley (2009), o turismo sustentável depende de alicerces sólidos. Sem uma infraestrutura que cuide do básico, a atividade turística corre o risco de destruir justamente a beleza e a riqueza biológica que lhe dão sentido. Na Baía de Paranaguá, a fragilidade estrutural opera como um “limitador de sustentabilidade”, expondo a atividade turística a um contexto de degradação ambiental pré-existente que escapa ao seu controle.

O transporte aquático, identificado como o gargalo mais urgente, também carrega implicações ambientais significativas. A informalidade e a precariedade da frota podem estimular o uso de embarcações com motores antigos e poluentes, aumentando o risco de vazamentos de óleo e combustível nas águas da baía (Prideaux, 2000). A irregularidade do transporte não é apenas um problema logístico, é uma pressão ambiental. Nos momentos de maior movimento, a falta de estrutura obriga o uso de áreas sensíveis de mangue para embarque, acelerando o desgaste do solo. A voz das comunidades é clara, (78%) dos respondentes não percebem o retorno de investimentos públicos, expondo um abismo entre o potencial do turismo local e a realidade vivida. Esse abandono caminha na contramão dos compromissos internacionais de sustentabilidade, como o ODS 6, e o ODS 11, lembrando que cidades sustentáveis e água limpa devem ser uma realidade para todos, inclusive para quem vive isolado pelas águas.

A análise integrada dos resultados não pode ignorar o contexto mais amplo de conflitos ambientais que marca a Baía de Paranaguá. A pesquisa identificou que a percepção das comunidades sobre a fiscalização ambiental é de desigualdade, com menções recorrentes à “necessidade de maior fiscalização” como medida prioritária. Este sentimento reflete um histórico de tensões com o poder público e com grandes empreendimentos, como o Porto de Paranaguá. A literatura documenta conflitos significativos na região, como os decorrentes da explosão do

navio Vicuña em 2004 (UFPR) e da derrocagem da Pedra da Palanga (Paraná, 2021; Correio do Litoral, 2024), que geram impactos diretos sobre os recursos pesqueiros e o modo de vida das comunidades.

A criação de Unidades de Conservação (UCs) na região, como a APA de Guaraqueçaba, onde se inserem seis das sete comunidades estudadas, também é fonte de tensões. Embora essenciais para a proteção da biodiversidade, a implementação dessas áreas, sem a devida consideração pelas práticas tradicionais, pode gerar conflitos socioambientais. Estudos de Anacleto e Michaliszyn Filho (2025) e Anacleto, Galdino e Peres (2025) evidenciam a incompatibilidade entre a proteção do meio ambiente e a imposição de normas restritivas que impedem as comunidades tradicionais de explorar os recursos naturais de forma garantida por lei.

A RSL de Anacleto e Freitas (2025) corrobora esta visão, apontando que os estudos revelam conflitos decorrentes da transformação da região em área de proteção e da imposição de normas restritivas para a exploração dos recursos naturais pelos moradores. A ausência de estratégias claras e o desconhecimento sobre soluções aplicáveis, identificados na pesquisa de campo, reforçam a percepção de que as políticas públicas de conservação, muitas vezes, não dialogam com a realidade local, negligenciando aspectos sociais, econômicos e culturais (Drehmer; Cavalli, 2013; Kasseboehmer; Silva, 2009).

Diante desse contexto de ameaças externas, expansão portuária, especulação imobiliária, poluição e mudanças climáticas, é necessário questionar o papel do TBC. As mudanças climáticas adicionam outra camada de vulnerabilidade, a elevação do nível do mar, a intensificação de eventos extremos e as alterações na dinâmica dos ecossistemas impactam diretamente as comunidades que dependem dos recursos naturais (Nicholls; Cazenave, 2010). A literatura sobre conflitos ambientais demonstra que comunidades inseridas em áreas de grande pressão econômica tendem a ter sua capacidade de gestão territorial fragilizada (Acseirad, 2010; Raimundo, 2017). O TBC, isoladamente, não tem capacidade de conter processos de degradação em larga escala. Conforme argumentam Bramwell e Lane (2011), a sustentabilidade de destinos turísticos em áreas ambientalmente sensíveis depende de governança multinível, que articule comunidades, poder público, setor privado e sociedade civil. No entanto, o TBC pode fortalecer a resiliência comunitária, ampliando a capacidade de negociação e a autonomia local (Moraes; Fragelli; Irving, 2017).

A diversificação das atividades nas comunidades insulares surge como uma estratégia vital de adaptação. Afinal, a vulnerabilidade cresce quando a economia de um território está presa a um único setor, um risco acentuado pelas mudanças climáticas (Adger, 2006). O exemplo prático da ONG ADEMADAN, em colaboração com a UFPR e parceiros como a Copel e empresas portuárias, ilustra como o diálogo entre academia, setor privado e moradores pode gerar frutos na recuperação ambiental (Medeiros *et al.*, 2015). Embora ainda sejam iniciativas pontuais, elas demonstram que o caminho para o desenvolvimento sustentável passa necessariamente por uma gestão feita a muitas mãos.

Em síntese, os resultados indicam que o TBC na Baía de Paranaguá carrega um potencial latente para aliar desenvolvimento sustentável e conservação, ancorado na força do protagonismo feminino, no saber tradicional e no reconhecimento do valor dos ativos ambientais. Contudo, este potencial é fortemente limitado por fragilidades estruturais históricas e pela falta de políticas públicas integradas que endurecem as causas profundas da degradação ambiental e da vulnerabilidade social. A superação desses gargalos é condição “sine qua non” para que a consciência ambiental da comunidade se converta em práticas efetivas de gestão e para que o turismo possa de fato, contribuir para a resiliência socioambiental desse território tão rico e ameaçado.

4.5 ANÁLISE SWOT – TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA BAÍA DE PARANAGUÁ (PR)

A presente seção corresponde à Fase IV do Design Method Research (DMR), dedicada à análise crítica e interpretação dos resultados obtidos, articulando-os ao referencial teórico e à pergunta de pesquisa que orienta esta dissertação: em que medida o TBC contribui para o desenvolvimento sustentável e quais impactos ambientais estão associados à sua implementação nas comunidades costeiras e insulares da Baía de Paranaguá?

A partir dos dados coletados no âmbito do Projeto VRS Baía de Paranaguá (2024–2025), foi elaborada a Análise SWOT (Quadro 11), sintetizando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas ao TBC nas comunidades costeiras e insulares da Baía de Paranaguá.

Quadro 11. Matriz SWOT do Turismo de Base Comunitária nas comunidades costeiras e insulares da Baía de Paranaguá

FORÇAS (STRENGTHS)	FRAQUEZAS (WEAKNESSES)
--------------------	------------------------

1. Riqueza cultural das comunidades tradicionais (caiçaras). 2. Paisagens naturais exuberantes (manguezais, ilhas, mata atlântica). 3. Preservação de saberes e práticas ancestrais. 4. Hospitalidade da população local. 5. Presença de áreas de conservação ambiental (ex: Parque Nacional de Superagüi). 6. Potencial para ecoturismo e turismo pedagógico. 7. Produtos artesanais autênticos. 8. Gastronomia baseada em recursos locais (peixes, mariscos, frutos tropicais). 9. Turismo de pequena escala com menor impacto ambiental. 10. Conexão com a natureza – atrativo para ecoturistas e slow tourism. 11. Possibilidade de vivências autênticas com os moradores. 12. Estrutura de algumas comunidades já adaptadas para o TBC. 13. Vínculo identitário e territorial forte. 14. Conhecimento local sobre o ecossistema costeiro-marinho. 15. Potencial para roteiros integrados entre várias comunidades. 16. Acesso por barcos – experiência diferenciada. 17. Incentivo ao protagonismo local. 18. Apoio de ONGs e universidades em projetos sustentáveis. 19. Potencial para atividades como trilhas, observação de aves e pesca artesanal. 20. Crescente interesse do público por turismo sustentável e comunitário.	1. Infraestrutura precária de transporte e comunicação. 2. Dificuldades de acesso às comunidades (logística via barco). 3. Baixa profissionalização do turismo local. 4. Falta de capacitação contínua em gestão turística. 5. Carência de material promocional e marketing. 6. Dificuldades em captação de recursos. 7. Baixa articulação entre comunidades. 8. Ausência de roteiros consolidados. 9. Serviços básicos (como saneamento) ainda deficitários. 10. Sazonalidade da demanda turística. 11. Dependência de intermediários externos. 12. Falta de regulamentação ou reconhecimento formal do TBC. 13. Falta de Organização Coordenada do Turismo 14. Ausência de plano de manejo do turismo em algumas áreas. 15. Resistência de parte da comunidade a mudanças. 16. Falta de dados estatísticos e indicadores de turismo local. 17. Dificuldade em manter jovens nas comunidades. 18. Conflitos internos por liderança e gestão de recursos. 19. Limitações tecnológicas (internet, energia). 20. Falta de integração com políticas públicas de turismo.
OPORTUNIDADES (OPPORTUNITIES)	AMEAÇA (THREATS)
1. Crescente demanda por turismo sustentável e de experiência. 2. Políticas públicas de incentivo ao TBC. 3. Parcerias com universidades e centros de pesquisa. 4. Criação de roteiros integrados com outros destinos do litoral paranaense. 5. Financiamentos de ONGs e organismos internacionais. 6. Potencial para turismo científico e acadêmico. 7. Desenvolvimento de plataformas digitais de divulgação. 8. Inclusão em feiras de turismo e ecoturismo. 9. Uso de redes sociais para promoção direta.	1. Pressões ambientais causadas pela expansão do Porto de Paranaguá. 2. Poluição hídrica e atmosférica vinda de atividades portuárias. 3. Crescimento desordenado do turismo convencional. 4. Especulação imobiliária nas áreas costeiras. 5. Perda da identidade cultural por massificação turística. 6. Riscos de descaracterização do modo de vida local. 7. Aumento do custo de vida com a chegada de turistas. 8. Impactos do aquecimento global e elevação do nível do mar. 9. Desmatamento e degradação ambiental.

10. Formação de redes regionais de TBC. 11. Atração de voluntários e projetos de turismo solidário. 12. Criação de certificações de turismo sustentável. 13. Integração com o turismo pedagógico e escolas. 14. Investimento em turismo de base local por políticas de economia solidária. 15. Aumento da conscientização ambiental global. 16. Criação de centros de interpretação da natureza e cultura. 17. Parcerias com agências de turismo especializadas. 18. Capacitação via programas federais/estaduais. 19. Implantação de energia renovável nas comunidades. 20. Inclusão em roteiros de turismo náutico ou de cruzeiros menores.	10. Risco de apropriação externa dos recursos turísticos. 11. Dependência excessiva do turismo como única fonte de renda. 12. Conflitos de uso do território (ex: pesca x turismo x porto). 13. Falta de políticas de proteção ao patrimônio cultural imaterial. 14. Redução de repasses governamentais. 15. Instabilidade política que afeta investimentos. 16. Pandemias e emergências sanitárias futuras. 17. Mudanças climáticas afetando biodiversidade e sazonalidade. 18. Insegurança jurídica sobre a posse da terra. 19. Dificuldade de acesso a linhas de crédito específicas. 20. Falta de valorização pelas agências de turismo convencionais.
---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O diagnóstico extraído da Matriz SWOT revela que o TBC na Baía de Paranaguá vive hoje um estado de potencial latente. De um lado, há um patrimônio natural e cultural de valor inestimável (Forças); de outro, uma demanda externa crescente por experiências autênticas (Oportunidades). Contudo, esse encontro entre o desejo do visitante e a riqueza do território é barrado por um abismo estrutural: a precariedade dos serviços básicos e a baixa profissionalização local (Fraquezas) impedem que a vocação turística se transforme, de fato, em uma atividade organizada e benéfica para as famílias.

Essa fragilidade infraestrutural que envolve desde o saneamento até a comunicação não é apenas um entrave logístico, mas uma barreira à própria sustentabilidade. Sem transporte regular ou governança comunitária, o turismo corre o risco de ser errático e desigual. Além disso, o TBC coexiste com ameaças externas de grande escala, como a pressão portuária e as mudanças climáticas (Ameaças). O diagnóstico, portanto, indica que o TBC não deve ser visto como uma solução mágica para a degradação ambiental, mas como uma ferramenta política e social capaz de fortalecer a resiliência dessas comunidades, permitindo que elas negociem seu futuro a partir de três pilares: infraestrutura básica, fortalecimento das organizações locais e integração regional.

4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste capítulo não são produto de uma reflexão solitária da pesquisadora. Elas emergem de um processo construído a muitas mãos, conforme detalhado na metodologia. A pesquisa de campo envolveu 300 moradores respondendo a questionários semiestruturados, sete oficinas participativas nas quais foram aplicadas as ferramentas Swimlane (mapeamento da cadeia produtiva), Value Proposition Canvas (identificação de dores, ganhos e propostas de valor) e a dinâmica prospectiva “Manchetes do Amanhã”, além de uma oficina final que reuniu líderes comunitários, gestores municipais, especialistas e stakeholders. Esse percurso metodológico participativo assegura que os achados aqui sintetizados refletem, sobretudo, a percepção e a vivência de quem habita o território.

A análise realizada, ancorada nos dados primários coletados no âmbito do Projeto VRS Baía de Paranaguá (sistematizados nas Notas Técnicas 8, 9 e 10), permitiu compreender as dinâmicas do TBC na região sem, no entanto, pretender que este estudo tenha produzido um diagnóstico fechado ou definitivo. O que se apresenta é uma análise situacional um retrato interpretativo das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que configuram o cenário atual do TBC. A distinção é relevante: enquanto um diagnóstico pressuporia medições sistemáticas e indicadores validados longitudinalmente, esta pesquisa oferece uma análise aprofundada das percepções, dos gargalos e das potencialidades, a partir da escuta ativa das comunidades.

Os resultados evidenciam que não foram identificados impactos ambientais negativos expressivos decorrentes diretamente da atividade turística atual. Esta constatação, no entanto, não decorre de práticas consolidadas de gestão ambiental, mas sim da baixa escala e do caráter incipiente do TBC na região. O turismo ainda se configura como atividade complementar na economia local (representando em média, apenas 14,4% da renda familiar), com baixa capilaridade comunitária e forte dependência da sazonalidade. Neste estágio inicial de desenvolvimento sustentável, a pressão sobre os ecossistemas ainda é reduzida, o que explica a ausência de impactos negativos significativos.

Os dados mostram que o TBC não deve ser visto como o principal vetor de degradação, na verdade, as ameaças mais urgentes vêm das fragilidades estruturais e da ausência do poder público. A precariedade no tratamento de esgoto e resíduos, somada ao transporte aquático sem regulamentação, forma um cenário que o turismo pode apenas evidenciar ou agravar. Para que

a atividade floresça de forma sustentável, é preciso antes de tudo sanar essas carências históricas através de investimentos que projetam tanto o ecossistema quanto a comunidade.

A pesquisa revelou uma contradição inquietante, as mesmas mãos que querem proteger o meio ambiente (85% de consciência ambiental) são as que sofrem com a falta de apoio institucional para fazê-lo. É um paradoxo ver propostas de turismo ancoradas na natureza sendo ameaçadas pelo esgoto despejado no meio ambiente e pelo lixo que sufoca o mangue. Esse cenário deixa claro que a consciência dos moradores já existe e é alta, o que a carência estrutural destrua o patrimônio que a comunidade tanto valoriza.

O estudo evidencia que a Baía de Paranaguá guarda tesouros que dinheiro nenhum compra, o modo de vida caiçara, o sabor da culinária feita com o que o mar oferece e um conhecimento profundo sobre as marés e os mangues. Esses ativos são alicerce de um turismo que respeita a vida local. Por outro lado, a pesquisa também expôs dores que ameaçam esse futuro, o jovem que se afasta por falta de oportunidade, a dificuldade de organizar em associações e o peso de uma escolaridade ainda baixa. Acima de tudo, ecoa o sentimento de invisibilidade, onde 78% dos moradores sentem que o apoio externo e os investimentos simplesmente não cruzam o a baía para chegar até eles.

Embora este estudo tenha mapeado o cenário presente, a sustentabilidade real pede um acompanhamento de longo prazo. O desafio para o futuro é observar se o avanço do turismo trará novas pressões sobre a qualidade da água e a vida marinha. Sugere-se que sejam criadas métricas de monitoramento específicas para o contexto das comunidades, transformando a gestão em um processo participativo e sistemático. Só assim, com indicadores que respeitem os limites dos ecossistemas, é possível assegurar que o TBC seja um aliado da Baía de Paranaguá.

Em termos de contribuições, esta pesquisa oferece um diagnóstico detalhado que pode subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento do TBC na Baía de Paranaguá, com especial atenção às interfaces entre o TBC e conservação ambiental. O estudo aponta que o caminho para o sucesso passa por investir na infraestrutura que sustenta a vida, garantindo saneamento e transporte dignos, além de programas que fortaleçam o protagonismo comunitário. Não é necessário ensinar a importância da natureza, pois a consciência ambiental já é uma realidade local, é necessário oferecer as ferramentas para que ela floresça. O TBC deve ser entendido como parte de um sistema territorial maior, onde a sustentabilidade depende da costura entre o conhecimento científico, o saber dos antigos e uma governança participativa e

bem financiada. Sua sustentabilidade não virá por decreto, mas da articulação real entre o investimento do Estado, o rigor da ciência e o respeito ao saber tradicional, tudo isso unido por uma governança participativa.

4.7 REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais-o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, 2010, p. 103-119.

ADGER, W. Neil. Vulnerability. **Global environmental change**, v. 16, n. 3, 2006, p. 268-281.

AKEN, Joan E. van. Management research based on the paradigm of the design sciences: the quest for field-tested and grounded technological rules. **Journal of management studies**, v. 41, n. 2, 2004, p. 219-246.

ANA. Agência Nacional de Águas. **Atlas Esgotos – Despoluição de Bacias Hidrográficas**. Brasília, 2017. Disponível em: https://portal1.snirh.gov.br/arquivos/atlas_esgoto/Paran%C3%A1/Relatorio_Geral/Paranagu%C3%A1.pdf. Acesso em: 22 fev. 2025.

ANACLETO, Adilson *et al.* **Tourism in Remote Islands of the Coast of Paraná-Brazil**. 2022.

ANACLETO, Adilson; GALDINO, Maria Gabriele Araújo; PERES, Bárbara Marcell y M. Decipher me or I'll devour you: the dialogue of knowledge such as resistance and survival of small communities of artisanal fishermen on the north coast of Paraná. **Research on Humanities and Social Sciences**, v. 15, n. 1, 2025, p. 2-8. DOI: 10.7176/RHSS/15-1-01.

ANACLETO, Adilson; MARQUES, Larissa do Rosário Lopes. Mulheres em comunidades costeiras e insulares do litoral do Paraná: um estudo de caso dos Produtos Artesanais Típicos (PATs). **Diálogos Possíveis**, v. 24, n. 2, 2025.

ANACLETO, Adilson; MICHALISZYN FILHO, Luiz Antonio. COMUNIDADES TRADICIONAIS E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO LITORAL DO PARANÁ: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. **Revista Eletrônica Interdisciplinar**, v. 17, n. 3, 2025.

ANTUNES, Breno. **Paraná tem a área de manguezais mais preservada da Grande Reserva Mata Atlântica, indica mapeamento**. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2023/05/21/parana-tem-a-area-de-manguezais-mais-pr-reservada-da-grande-reserva-mata-atlantica-indica-mapeamento.gh.html>. Acesso em: 24 fev. 2025.

BERKES, Fikret. **Sacred ecology**. New York: Routledge, 2017.

BOLFARINE, Heleno; DE OLIVEIRA BUSSAB, Wilton. **Elementos de amostragem**. São Paulo: Editora Blucher, 2005.

BRAMWELL, Bill; LANE, Bernard. Critical research on the governance of tourism and sustainability. **Journal of sustainable tourism**, v. 19, n. 4-5, 2011, p. 411-421.

BUCKLEY, Ralf. Sustainable tourism: Research and reality. **Annals of tourism research**, v. 39, n. 2, 2012, p. 528-546.

CALVET, Núria Abellan *et al.* **Desigualdades de género en el mercado laboral turístico**. Alba Sud, 2021.

CHAMBERS, Robert. Participatory rural appraisal (PRA): Challenges, potentials and paradigm. **World development**, v. 22, n. 10, 1994, p. 1437-1454.

CIFUENTES, Miguel. **Determinación de capacidad de carga turística en áreas protegidas**. Turrialba: CATIE, 1992.

CORREIO DO LITORAL. **Após morte, MPF quer suspender licença de derrocagem no Porto de Paranaguá**. Correio do Litoral, 06 mar. 2024. Disponível em: <https://www.correiodolitoral.com/apos-morte-mpf-quer-suspender-licenca-de-derrocagem-no-porto-de-paranagua/74863>. Acesso em: 25 fev. 2025.

CRUZ, Merlyn Gutiérrez; DEVESA, María Jesús Such; QUIÑONES, Patricia Gabaldón. La mujer emprendedora en el turismo rural: peculiaridades del caso costarricense a través de la revisión bibliográfica. **Cuadernos de turismo**, v. 46, 2020, p. 185-214.

DAMELIO, Robert. **The basics of process mapping**. Productivity Press, 2011.

DREHMER, Marina Gomes; CAVALLI, Tays Ohana. Conservação Ambiental em Guaraqueçaba: uma reflexão sobre a “vocação” conservacionista do município e suas implicações. **Anais da 2ª jornada sobre questão agrária e desenvolvimento**, 2013.

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. Uma análise distintiva entre o estudo de caso, a pesquisa-ação ea design science research. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 17, n. 56, 2015, p. 1116-1133.

ELO, Satu; KYNGÄS, Helvi. The qualitative content analysis process. **Journal of advanced nursing**, v. 62, n. 1, 2008, p. 107-115.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – FUNESPAR. **Nota Técnica 8 – Análise Econômica**. Projeto VRS Baía de Paranaguá. Paranaguá, 2025.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – FUNESPAR. **Nota Técnica 9 – Análise Ambiental**. Projeto VRS Baía de Paranaguá. Paranaguá, 2025.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – FUNESPAR. **Nota Técnica 10 – Análise Social**. Projeto VRS Baía de Paranaguá. Paranaguá, 2025.

GOODWIN, Harold; SANTILLI, Rosa. Community-based tourism: a success? In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 37-52.

GÖSSLING, Stefan; HALL, Colin Michael; WEAVER, David Bruce (Ed.). **Sustainable tourism futures: perspectives on systems, restructuring and innovations**. Londres: Routledge, 2009.

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-121.

HALL, C. Michael; LEW, Alan A. **Understanding and managing tourism impacts: An integrated approach**. Routledge, 2009.

KASSEBOEHMER, Ana Livia; SILVA, Ivan Crespo. O olhar de pesquisador sobre Guaraqueçaba, Paraná: diagnóstico e análise crítica da produção científica relacionada ao município. **Floresta, Brazil**, v. 39, n. 3, 2009.

KONTOGEOGPOULOS, Nick. Community-based ecotourism in Phuket and Ao Phangnga, Thailand: Partial victories and bittersweet remedies. **Journal of sustainable tourism**, v. 13, n. 1, 2005, p. 4-23.

KWON, Jeamok; VOGT, Christine A. Identifying the role of cognitive, affective, and behavioral components in understanding residents' attitudes toward place marketing. **Journal of travel research**, v. 49, n. 4, 2010, p. 423-435.

MORAES, Edilaine Albertino de; FRAGELLI, Claudia; IRVING, Marta de Azevedo. **Turismo de base comunitária no sentido da dádiva: que caminhos trilhar em reservas extrativistas?** In: Anais do VIII Seminário Brasileiro de Áreas Protegidas e Inclusão Social, Niterói: PPGSDUFF, 2017.

NICHOLLS, Robert J.; CAZENAVE, Anny. Sea-level rise and its impact on coastal zones. **Science**, v. 328, n. 5985, 2010, p. 1517-1520.

OLIVEIRA, Márcia Freire; MENDES, Luciano; VASCONCELOS, Andrea Costa van Herk. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, 2020, p. e222727.

OSTERWALDER, Alexander *et al.* **Value proposition design: How to create products and services customers want**. John Wiley & Sons, 2015.

PARANÁ. Agência Estadual de Notícias. **Portos do Paraná inicia etapa de remoção de rochas da Pedra da Palangana**. AEN, 2021. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Portos-do-Parana-inicia-etapa-de-remocao-de-rochas-da-Pedra-da-Palangana>. Acesso em: 25 fev. 2025.

PIMENTEL, Maria José dos Santos. **Turismo de base comunitária e empoderamento feminino na Comunidade Indígena Catu dos Eleotérios**. 2024.

PRIDEAUX, Bruce. The role of the transport system in destination development. **Tourism management**, v. 21, n. 1, 2000, p. 53-63.

RAIMUNDO, Sidnei; HONORA, ACC; PEREIRA, Diamantino. Território de direitos: abordagens interdisciplinares para a mediação de conflitos socioambientais entre comunidades tradicionais e unidades de conservação. **Estudos e ações transdisciplinares em mudança social e participação política**, v. 1, 2017, p. 189-200.

RUMMLER, Geary A.; RAMIAS, Alan J.; RUMMLER, Richard A. **White space revisited**: creating value through process. John Wiley & Sons, 2009.

SCHEYVENS, Regina. Ecotourism and the empowerment of local communities. **Tourism management**, v. 20, n. 2, 1999, p. 245-249.

SHARPLEY, Richard. **Tourism development and the environment**: Beyond sustainability? London: Routledge, 2009.

SIMPSON, Murray C. Community benefit tourism initiatives – A conceptual oxymoron? **Tourism management**, v. 29, n. 1, 2008, p. 1-18.

STRONZA, Amanda; GORDILLO, Javier. Community views of ecotourism. **Annals of tourism research**, v. 35, n. 2, 2008, p. 448-468.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Explosão do navio Vicuña – Paranaguá e Litoral do Paraná – novembro/2004**. CENACID, 2004. Disponível em: <https://cenacid.ufpr.br/missao/explosao-do-navio-vicuna-paranagua-e-litoral-do-parana-novembro2004/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

5 CONCLUSÃO: TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, IMPACTOS AMBIENTAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS INSULARES NO LITORAL DO PARANÁ – UMA REALIDADE POSSÍVEL

O objetivo desta dissertação foi analisar o potencial do TBC em gerar impactos positivos e sustentar o futuro das comunidades tradicionais insulares. O que parecia uma pergunta direta, revelou-se ao longo do caminho um desafio fascinante e complexo. Percebeu-se que a resposta não caberia em uma definição isolada, exigiu uma costura cuidadosa entre dimensões do meio ambiente, social, econômica e institucional. Esse percurso interdisciplinar foi essencial para dar conta da complexidade do território, transformando uma dúvida inicial em uma análise aprofundada sobre os encontros entre o turismo e a conservação, foi ancorado nos dados do Projeto VRS, sistematizados nas notas técnicas 8 (Análise Econômica), 9 (Análise Ambiental) e 10 (Análise Social).

A investigação mergulhou na dualidade dessa atividade, a qual se for desordenada, o turismo pressiona o meio ambiente, mas se for fundamentada na valorização do território e na escuta das comunidades, se transforma em uma ferramenta poderosa. Assim, o TBC deixa de ser apenas uma atividade econômica para se tornar um pilar de conservação e de orgulho local, provando que é possível crescer sem apagar as raízes.

A importância deste estudo pulsa no próprio coração da Baía de Paranaguá, onde a natureza exuberante e o modo de vida caiçara se entrelaçam há gerações em uma harmonia rara (NT 9 Análise Ambiental). No entanto, esse território hoje se vê cercado por pressões que vêm de todos os lados do avanço dos portos às mudanças climáticas. Como bem alertam Anacleto e Freitas (2025), criar áreas de proteção sem ouvir quem vive nelas gerou um conflito doloroso entre as leis ambientais e o direito dessas comunidades de viverem de seus recursos tradicionais. Nesse cenário de incertezas, o TBC surge como um fio de esperança para unir renda e cuidado com a natureza.

O desafio desta pesquisa foi entender se estamos diante de uma aposta concreta de futuro ou de mais uma promessa teórica de desenvolvimento sustentável. Mas, fica a pergunta: Esse é um caminho real de mudança ou apenas mais uma promessa bonita sobre o desenvolvimento sustentável?

O que este estudo revela é que o TBC é muito mais que uma atividade econômica, é uma ferramenta valiosa de transformação, especialmente em lugares onde a natureza e a cultura tradicional caminham juntas. Diferente do turismo comum, o TBC devolve para as mãos da comunidade, priorizando que os próprios moradores decidam os rumos da atividade, partilhem os ganhos e protejam seus saberes. Como defendem Goodwin e Santilli (2009), o sucesso dessas iniciativas está em promover a autonomia e o respeito à alma do lugar, garantindo que o TBC fortaleça a identidade local em vez de apagá-la.

O contexto da Baía de Paranaguá revela um potencial único, onde as paisagens preservadas e a rica herança caiçara não são meros cenários, mas o alicerce de um turismo verdadeiro. A diversidade dos ecossistemas, como mangues e restingas, oferece a base para experiências turísticas que celebram a alma do território. Nesse cenário, o TBC deixa de ser apenas uma conta econômica para se tornar um mecanismo de valorização, ele fortalece os laços comunitários e garante que o modo de vida tradicional seja visto não como algo do passado, mas como uma estratégia viva de futuro.

A pesquisa indica que o TBC pode ser um grande aliado do meio ambiente quando valoriza o manejo sustentável praticado por quem entende o ecossistema na prática. Como apontam Stronza e Gordillo (2008), as comunidades que dependem da natureza para sobreviver são as que possuem os laços mais fortes de proteção com o território. O TBC fortalece essa relação ao provar que a conservação ambiental gera frutos concretos. Assim, preservar o mangue ou a mata deixa de ser apenas uma necessidade biológica e se torna um pilar de valorização da identidade e da economia local.

Embora o potencial seja enorme, a análise deixa claro que o TBC não é uma resposta automática para os dilemas da região. Existe uma jornada desafiadora que passa pela organização das comunidades, pela capacitação técnica e fundamentalmente, pela necessidade de infraestrutura adequada. Essa realidade encontra eco nas reflexões de Scheyvens (1999), as iniciativas de base comunitária enfrentam sérias dificuldades quando falta harmonia entre o protagonismo local e o suporte das políticas públicas. Sem esse apoio externo, a governança coletiva sozinha muitas vezes não consegue romper as barreiras do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, ao aplicar a análise SWOT, foi possível traduzir as percepções locais em um diagnóstico claro de potenciais e gargalos. O que se destaca como o grande trunfo da região é a união entre os ecossistemas preservados e o modo de vida tradicional, ativos que ganham

ainda mais valor diante da busca atual por destinos sustentáveis. Esse cenário confirma que a Baía de Paranaguá tem tudo o que é preciso para consolidar o TBC, transformando a autenticidade local em uma alternativa de renda justa e viável.

A pesquisa também aponta gargalos que não podem ser ignorados para alcançar um futuro sustentável. A infraestrutura precária e o desafio de se organizar coletivamente são barreiras reais, somadas à angústia da sazonalidade, aquele período do ano em que o movimento some e a estabilidade financeira das famílias balança. Além disso, sem políticas públicas que olhem para o TBC com seriedade e constância, essas iniciativas ficam à deriva, lutando sozinhas para continuar existindo e crescendo.

O estudo também acende um alerta sobre as forças externas que cercam o território. O turismo de grande escala e a especulação imobiliária não são apenas números, são pressões que podem apagar a autenticidade das comunidades tradicionais. Quando a atividade turística cresce de forma agressiva, o resultado costuma ser o conflito territorial. Para evitar que a Baía se descaracterize é fundamental que a gestão não seja feita de costas para as pessoas. A sustentabilidade só existe se a tomada de decisão for um processo compartilhado, respeitando o direito da comunidade de decidir como quer ser visitada.

Mesmo com as limitações encontradas, os resultados confirmam que o TBC é uma alternativa sólida para o desenvolvimento sustentável da região. O segredo do seu sucesso está na estrutura participativa, integrado ao planejamento do território, ele diversifica a economia local e cria uma rede de proteção para as comunidades. Isso reduz a dependência de atividades mais vulneráveis e, acima de tudo, amadurece a governança local, transformando a gestão das comunidades da Baía em um processo feito por quem realmente entende e vive o dia a dia local.

Mais do que um passeio, o TBC é uma poderosa ferramenta de educação ambiental que sensibiliza o turista sobre a fragilidade e a beleza dos ecossistemas insulares. O Contato direto com o saber caiçara e com a natureza intocada naturalmente desperta um turismo mais responsável. Esse potencial encontra fundamento em Sharpley (2009), que argumenta que iniciativas sustentáveis florescem quando conseguem unir três pilares, o benefício fica na comunidade, a conservação da biodiversidade e o respeito profundo pela identidade sociocultural do território.

Sob essa ótica, o TBC se firma como muito mais que uma alternativa econômica, ele é um instrumento de gestão socioambiental para o território. Ao colocar nas mãos dos moradores a

definição das estratégias de crescimento, ele amadurece a governança participativa e reafirma algo fundamental, a conservação da biodiversidade só é plena quando reconhece e valoriza o conhecimento de quem vive e entende o ecossistema há gerações. Ele prova que a proteção do meio ambiente ganha força quando se baseia no respeito aos saberes tradicionais, transformando a vivência da comunidade no alicerce principal de um desenvolvimento sustentável e real.

Dessa forma, a realidade local deixa claro que o TBC é o resultado de uma engrenagem onde tudo está conectado, a organização dos moradores, o zelo ambiental e a mão estendida do poder público. Para que essas iniciativas prosperem, é preciso mais que boas intenções, é necessário integrar a economia, a ecologia e a cultura de forma inseparável. O segredo da sustentabilidade aqui reside justamente nessa capacidade de equilibrar as necessidades de hoje com o respeito ao território que as gerações futuras irão herdar.

Em última análise, esta pesquisa contribui para o fortalecimento do debate acadêmico, ao trazer o TBC para o centro das discussões sobre sustentabilidade insular. Ao desvendar os laços entre o meio ambiente e as pessoas no litoral paranaense, o estudo reafirma que respostas complexas exigem encontros interdisciplinares. Integrar diferentes áreas do conhecimento foi o caminho necessário para entender que o TBC, o território e a sociedade são fios de uma mesma rede, fundamental para a construção de um desenvolvimento que seja verdadeiramente justo e sustentável.

Como caminhos para o futuro, fica a recomendação de que a ciência continue acompanhando os passos do TBC na região, por meio de estudos que avaliem, com profundidade e tempo, os reflexos socioeconômicos e ambientais de cada iniciativa. Há uma necessidade urgente de pesquisas que explorem como tirar a governança participativa do papel e transformá-la em políticas públicas eficazes. O desafio para os próximos pesquisadores será descobrir novas formas de fortalecer o protagonismo das populações caiçaras, protegendo seu chão enquanto o TBC se consolida.

5.1 REFERÊNCIAS

ANACLETO, Adilson; FREITAS, Pollyana Machado. Recursos ambientais em comunidades tradicionais no Município de Guaraqueçaba: uma revisão sistemática. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 14, n. 28, 2025, p. 81-95.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – FUNESPAR. **Nota Técnica 8 – Análise Econômica**. Projeto VRS Baía de Paranaguá. Paranaguá, 2025.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – FUNESPAR. **Nota Técnica 9 – Análise Ambiental**. Projeto VRS Baía de Paranaguá. Paranaguá, 2025.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – FUNESPAR. **Nota Técnica 10 – Análise Social**. Projeto VRS Baía de Paranaguá. Paranaguá, 2025.

GOODWIN, Harold; SANTILLI, Rosa. Community-based tourism: a success? In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 37-52.

SHARPLEY, Richard. **Tourism development and the environment: Beyond sustainability?** Routledge, 2009.

SCHEYVENS, Regina. Ecotourism and the empowerment of local communities. **Tourism management**, v. 20, n. 2, 1999, p. 245-249.

STRONZA, Amanda; GORDILLO, Javier. Community views of ecotourism. **Annals of tourism research**, v. 35, n. 2, 2008, p. 448-468.

APÊNDICE

VOCAÇÕES REGIONAIS SUSTENTÁVEIS – CADEIA INTEGRADA DE EXPERIÊNCIAS LOCAIS DA BAÍA DE PARANAGUÁ

Este questionário tem por objetivo realizar um diagnóstico dos aspectos econômicos e sociais da cadeia de valor integrada para as sete comunidades costeiras da Baía de Paranaguá. O questionário tem questões sobre atividades como a pesca artesanal, turismo, artesanato e agricultura familiar. Após a coleta de tais dados, serão feitos gráficos para analisar o potencial de crescimento desta cadeia de valor, ajudando na aplicação da cadeia de valor.

- 1) Nome completo: _____
- 2) Gênero: [☐] Masculino [☐] Feminino Outro: _____
- 3) Idade: _____ 3.1) Telefone: (☐) _____
- 3.2) E-mail: _____
- 4) Qual é a comunidade de residência? _____
- 5) Condições de uso da terra: (☐) Proprietário (☐) Aluguel (☐) Outros _____
- 6) Quantas pessoas residem nesta propriedade? _____
- 7) Qual sua escolaridade: _____

ANÁLISE ECONÔMICA

- 8) Com o que você trabalha? _____
- 9) Você possui certificação? (☐) Sim (☐) Não
- 9.1) Tem interesse? (☐) Sim (☐) Não
- 10) Qual é a principal fonte de renda da sua família?
(☐) Pesca artesanal (☐) Agricultura familiar (☐) Outros _____
(☐) Turismo. (☐) Artesanato
- 11) Qual é a sua fonte de renda secundária?
(☐) Pesca artesanal (☐) Agricultura familiar (☐) Outros _____
(☐) Turismo. (☐) Artesanato
- 12) Qual sua principal função dentro dessa atividade? _____
- 13) Qual é a média mensal de renda familiar?
(☐) Até 1 salário mínimo (☐) 1-2 salários mínimos (☐) Mais de 2 salários mínimos
- 14) Você contribui para o sistema previdenciário? _____
- 15) Quais os riscos que sua atividade possui? _____
- 16) Você possui cadastro nacional de pessoa jurídica ou microempreendedor individual?
(☐) Sim (☐) Não
- 17) Você participa de alguma associação ou cooperativa? Qual? _____ (☐) Não

- 18) Você tem acesso a programas de crédito ou financiamento para atividades produtivas?
() Sim () Não
Se sim, quais instituições fornecem este crédito? _____
- 19) Você participa ou está interessado em participar de atividades turísticas locais? Quais?
() Sim _____ () Não
- 20) Sua atividade/propriedade comercializa os produtos para o turista? () Sim () Não
- 21) Quanto da renda familiar é proveniente do turismo? _____
- 22) Quantas pessoas da sua família estão ligadas ao turismo? _____
- 23) Há integração entre as atividades econômicas da comunidade, como o turismo promovendo o artesanato e a agricultura local? () Sim () Não
- 24) Há oportunidades para diversificar as fontes de renda e diminuir a dependência de uma única atividade?
() Sim () Não
- 25) Há investimentos externos ou governamentais em infraestrutura ou capacitação para apoiar as atividades econômicas? Quais? () Sim _____ () Não
- 26) Você recebeu assistência técnica de algum órgão no último ano? Qual? _____ () Não
- 27) Como são definidos os preços dos produtos locais?

- 28) Por quanto você vende seu produto?

- 29) Qual o principal fator de risco que pode reduzir a sua produção? _____
- 30) As atividades econômicas sofrem impacto significativo de variações sazonais (frutos de época, temporada de pescado)? () Sim () Não
- 31) Quais estratégias são utilizadas para minimizar os efeitos da sazonalidade na geração de renda?

- 32) Quais áreas de sua comunidade (infraestrutura, transporte, capacitação, etc.) necessitam de maior aporte de recursos financeiros?

- 33) Existe transporte náutico regular até Paranaguá? () Sim () Não
Se sim, quais são os dias _____
- 34) E entre as comunidades? () Sim () Não

ANÁLISE SOCIAL

35) Quais tradições culturais locais são mais valorizadas e praticadas pela comunidade?

36) Os visitantes/turistas têm acesso à história e cultura local durante suas visitas? Quais?

() Sim _____ () Não

37) Há espaço para os moradores se expressarem e apresentarem suas demandas às autoridades locais? Como?

() Sim _____ () Não

38) Existe confiança da comunidade em políticas públicas para melhorar sua qualidade de vida?

() Sim () Não

39) A comunidade possui acesso a direitos trabalhistas básicos (como aposentadoria ou benefícios sociais)?

() Sim () Não

40) Possui algum empregado? Quantos () Sim _____ () Não

41) Percebe a participação de jovens da comunidade em atividades de pesca, plantio, artesanato ou turismo? (

) Sim () Não

42) Como é a interação entre as diferentes comunidades costeiras da Baía de Paranaguá (colaboração ou competição)?

43) Qual é o papel das mulheres nas atividades econômicas e na liderança comunitária?

44) Existem iniciativas que promovam a inclusão de jovens e pessoas idosas nas atividades produtivas? Quais?

() Sim _____ () Não

45) Existem membros da família que darão continuidade às atividades na propriedade futuramente? Quem?

() Sim _____ () Não

46) Você sente necessidade de capacitação em alguma área? Quais?

() Sim _____ () Não

47) Quais áreas específicas você acredita que precisam de maior atenção em termos de capacitação?

ANÁLISE AMBIENTAL

48) Possui acesso a água tratada? () Sim () Não

- 49) Possui acesso a tratamento de esgoto? () Sim () Não
- 50) Como funciona a coleta de lixo? _____
- 51) Possui energia elétrica? () Sim () Não
- 52) Sua propriedade possui área de Preservação Permanente (APP)? () Sim () Não
- 53) Há esforços para proteger áreas naturais na sua região (ex.: reservas, áreas de preservação)?
() Sim () Não
- 54) Se sim, como sua comunidade está envolvida?
- 55) Você já recebeu ou participaria de treinamentos sobre educação ambiental de conscientização na sua comunidade? () Sim () Não
- 56) Na produção de artesanato, você utiliza matérias-primas locais? Se sim, acredita que o uso dessas matérias-primas é sustentável a longo prazo? () Sim () Não
- 57) Se não, o que poderia ser feito para garantir a sustentabilidade? _____
- 58) Em relação à pesca artesanal, você acredita que os recursos pesqueiros da região estão sendo explorados de forma sustentável? () Sim () Não
- 59) Se não, quais medidas poderiam ajudar? _____
- 60) Você estaria disposto(a) a implementar práticas ambientalmente sustentáveis se houvesse apoio ou incentivo? () Sim () Não
- 61) Existe algum programa ou projeto ambiental em andamento na sua comunidade? () Sim () Não
- 62) Se sim, você ou sua comunidade participam dele? () Sim () Não
- 63) Há preocupação com a destinação adequada de resíduos gerados pelas atividades de pesca, artesanato ou agricultura? () Sim () Não
- 64) Se sim, qual é a maior dificuldade para o descarte adequado? _____
- 65) Você sente necessidade de capacitação sobre práticas sustentáveis, como:
- () Manejo sustentável de recursos naturais
 - () Técnicas de compostagem ou redução de resíduos
 - () Uso eficiente de água e energia
 - () Reflorestamento ou conservação de áreas naturais
 - () Outro
- 66) Você acredita que a falta de práticas ambientalmente responsáveis pode prejudicar o turismo comunitário na sua região? () Sim () Não
- 67) Existe alguma prática sustentável já implementada em sua atividade (ex.: manejo sustentável de pesca, uso de materiais reciclados no artesanato, técnicas agrícolas sustentáveis)? () Sim () Não
- 68) Se sim, qual? _____
- 69) Quais são os principais desafios ambientais enfrentados pela sua comunidade?
- () Poluição das águas e solos

() Redução de recursos naturais (ex.: peixes, madeira, água potável)

() Mudanças climáticas (ex.: seca, enchentes)

() Outro: _____

70) Você percebe mudanças ambientais que impactam diretamente suas atividades (pesca, artesanato ou agricultura)? Quais? () Sim _____ () Não

ATRATIVOS DA COMUNIDADE

Esta seção do questionário serve para mapear os principais atrativos que a comunidade tem a oferecer aos visitantes e eventuais consumidores.

Anotar abaixo o número de ativos de cada segmento:

- Restaurantes:
- Bares:
- Estabelecimentos de Hospedagem:
- Roças de Palmito Sustentável:
- Roças Agroecológicas:
- Trilhas Ecológicas:
- Pesqueiros Comunitários:
- Artesãos:
- Grupos de Dança e Música:
- Praias Preservadas:
- Mirantes Naturais:
- Manguezais Preservados:
- Trapiches e Péeres:
- Espaços Culturais Comunitários:
- Igrejas Históricas:
- _____
- _____
- _____
- _____

Aplicador do questionário: _____